

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília - SP

NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI

**A CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA CANADENSE PARA A
CONSTRUÇÃO DA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA**



 **FAPESP** **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo**

Marília – SP
2010

NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI

**A CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA CANADENSE PARA A
CONSTRUÇÃO DA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da
Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Informação, tecnologia e conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

Marília – SP
2010

Tognoli, Natália Bolfarini.

T645c A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea / Natália Bolfarini Tognoli. – Marília, 2010.

120 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

Bibliografia: f. 112-120.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães.

1. Arquivística integrada. 2. Arquivística funcional. 3. Diplomática. I. Autor. II. Título.

CDD 025.171

NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI

**A CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA CANADENSE PARA A
CONSTRUÇÃO DA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da
Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Informação, tecnologia e conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães
Orientador
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguía Maraño
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Souza
Universidade de Brasília – UNB

Marília, 01 de fevereiro de 2010

Este trabalho é dedicado aos meus avós Dalva Stefanini Bolfarine e Imbrahy Bolfarine.

AGRADEÇO...

Aos meus pais Valéria e Eduardo, que sempre me incentivaram e fizeram de tudo para que eu me tornasse o que sou hoje.

À minha irmã Luíza, minha amiga e companheira de todas as horas.

Ao Gilberto, companheiro compreensivo e dedicado.

Ao orientador José Augusto Chaves Guimarães que sempre me incentivou na busca pelas respostas e criação de conhecimento, acreditando, sempre.

Ao Thiago, meu irmão, parceiro de sempre nas empreitadas da vida e nas discussões e indignações acerca de tudo!!

À Suellen, pela amizade sincera e pela serenidade e paciência.

Ao Professor Eduardo Murguia, pela amizade, carinho e disposição.

Aos professores do Departamento de Ciência da Informação: João Batista, Telma, Leandra e Mariângela Fujita, pelo apoio dado sempre.

Ao Professor Renato Tarciso por aceitar gentilmente o convite para participar da banca.

À Luciana Duranti pelo apoio, disposição e paciência.

À Professora Heloísa L. Bellotto pelas contribuições dadas no exame de qualificação

Ao Zé Neto, meu querido amigo e revisor!

Aos colegas da Pós-Graduação pelas profícuas discussões dentro e fora da sala!

Aos meus primeiros alunos (V Turma de Arquivologia) que permitiram que eu pudesse passar meus conhecimentos, contribuindo para meu amadurecimento teórico e emocional, me mostrando que aprendemos sempre mais do que ensinamos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, por apoiar e financiar essa pesquisa.

A todos vocês, MUITO OBRIGADA!

“Nothing has really happened until it has been recorded.”

Virginia Woolf

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística Contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

RESUMO

A Arquivística desenvolveu-se com base em um *fazer*, e foi elevada ao *status* de disciplina a partir da publicação dos primeiros manuais da área, no final do século XIX. No entanto, as novas formas de produção documental e as novas tecnologias de informação apresentadas à disciplina no final do século XX e começo do XXI, têm levado os arquivistas a repensar os conceitos e princípios arquivísticos postulados nos antigos manuais. Nesse contexto, nos últimos 30 anos, o Canadá tem sido solo fértil para as discussões que circundam a disciplina na contemporaneidade e a Arquivística canadense tem representado muito bem as necessidades colocadas pelos novos meios de produção documental aos arquivistas, redescobrimo princípios e (re) definindo conceitos, métodos e critérios para a criação, manutenção e uso de registros em meio tradicional e eletrônico. Foi notadamente na década de 80, que um novo paradigma se enunciou na área, e a partir dele, três correntes emergiram: a Arquivística Integrada, enunciada pela Escola de Québec; a Arquivística Funcional ou Pós-Moderna, enunciada por Terry Cook e; a Diplomática Arquivística, enunciada primeiramente na Itália por Paola Carucci, mas desenvolvida e reformulada na América do Norte por Luciana Duranti. No entanto, não existe, na literatura da área, nenhuma sistematização das contribuições dessas abordagens para a constituição da Arquivística contemporânea. Dessa maneira, o presente trabalho identifica o papel dessas abordagens na construção epistemológica da Arquivística na atualidade, mais especificamente, qual o papel da Escola de Québec, Terry Cook e Luciana Duranti nesse contexto. Para tanto, realizou-se um estudo exploratório, teórico e documental sobre a história da Arquivística e sua constituição enquanto disciplina através dos manuais, sobre a história da disciplina no Canadá (francês e inglês), sobre a redescoberta da proveniência em solo canadense, e sobre a Arquivística Integrada, a Arquivística Pós-Moderna e a Diplomática Arquivística, dando ênfase nos estudos da Escola de Québec, de Terry Cook e Luciana Duranti. Os resultados demonstraram a influência que as três correntes exercem na construção de um pensamento arquivístico contemporâneo e global, e como o diálogo entre elas contribui para a emergência de uma Arquivística Contemporânea.

Palavras-Chave: Arquivística Integrada; Arquivística Funcional; Diplomática Arquivística.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **The epistemological Canadian contribution to the construction of Contemporary Archival Science.** 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

ABSTRACT

The Archival Science has its development based on practice, and rises as discipline from the publication of the first archival manuals, at the end of the nineteenth century. However, new form of document production and new information technologies introduced to the discipline by the end of the twentieth century and beginning of the twenty-first century have led the archivists to rethink the archival concepts and principles that were stated by these old manuals. In this sense, in the last 30 years Canada has been fertile ground to the discussions that surround the discipline in contemporaneity and the Canadian Archival Science has played a very important role regarding the needs presented by the new forms of document production to the archivists, rediscovering principles and (re) defining concepts, methods and criteria to the creation, maintenance and use of traditional and electronic records. It was especially by the 80's that a new paradigm was enunciated in the area, and from it, three approaches have emerged: Integrated Archival Science, enunciated by the Québec current; Functional Archival Science or Postmodern Archival Science, enunciated by Terry Cook and; Contemporary Diplomatics, first enunciated in Italy by Paola Carucci and developed and reformulated in North America by Luciana Duranti. Nevertheless there isn't in the archival literature a systematization of these approaches contribution to the constitution of Contemporary Archival Science. In this way, the present work identifies the role of these approaches to the epistemological construction of Archival Science, especially what is the role of Québec current, Terry Cook and Luciana Duranti in this context. In such a way, an exploratory, theoretical and documental study was carried out about the Archival Science history and its constitution as a discipline through the manuals, about the history of the discipline in Canada (French and English), about the rediscovery of provenance in Canadian grain, and about the Integrated Archival Science, Postmodern Archival Science and Contemporary Diplomatics emphasizing the studies of Québec current, Terry Cook and Luciana Duranti. The results showed the influence of these three approaches to the construction of a contemporary and global archival thought, and how the dialogue between them can contribute to the emergence of a Contemporary Archival Science.

Keywords: Integrated Archival Science; Postmodern Archival Science; Contemporary Diplomatics

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro Comparativo das abordagens canadenses _____	101
Quadro 2 – Características da Arquivística Contemporânea _____	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAQ - Association des archivistes du Québec

ACA - Association of Canadian Archivists

ANQ - Archives Nationales du Québec

ARMA - Association of American Records Managers and Administrators

AT - Arquivos Totais

BNQ - Biblioteca Nacional do Québec

CCA- Canadian Council of Archives

IEEE - Institute of Electrical and Electronics Engineers

INTERPARES - International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems

OCA - Organização do conhecimento arquivístico

RAD - Rules for archival description

SAA - Society of American Archivists

UBC - University of British Columbia

UNESP- Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A NATUREZA DA ARQUIVÍSTICA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO: ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	17
2.1. Arquivística: origens e princípios	18
2.2 Os Manuais de Arquivística: Arquivistas Holandeses, Jenkinson e Schellenberg	24
3. A ARQUIVÍSTICA INTEGRADA: O PAPEL DA ESCOLA DE QUÉBEC	33
3.1 Québec e a formação da nova escola arquivística: elementos históricos	35
3.2 A Arquivística Integrada e a gestão da informação orgânica: origens, conceitos e perspectivas	49
4. A ARQUIVÍSTICA PÓS-MODERNA: O PAPEL DA ESCOLA CANADENSE INGLESA	56
4.1 A busca por uma identidade nacional: a herança documental canadense	57
4.2 A redescoberta da proveniência pelos arquivistas canadenses	64
4.3 A Arquivística Pós-Moderna: o papel de Terry Cook nos estudos contemporâneos	69
5. A DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA: O PAPEL DE LUCIANA DURANTI	81
5.1 Diplomática Clássica: elementos históricos e conceituais	83
5.2 A contribuição de Luciana Duranti para os estudos arquivísticos	90
5.2.1 Luciana Duranti e os documentos eletrônicos: a contribuição do Projeto InterPARES	95
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS ABORDAGENS APRESENTADAS: ARQUIVÍSTICA INTEGRADA, ARQUIVÍSTICA FUNCIONAL E DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA E SUAS POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES	100
6.1 Arquivística Contemporânea: uma nova abordagem?	104
6.2 Reflexões acerca do estudo apresentado	108
REFERÊNCIAS	112

As novas formas de produção documental e as novas tecnologias de informação apresentadas à sociedade nos séculos XX e XXI têm levado os arquivistas a repensar o papel na chamada era da informação, assim como os princípios arquivísticos postulados nos manuais da área.

Desenvolvida historicamente a partir de seu fazer, a Arquivística foi introduzida no século XVII primeiramente aos religiosos e historiadores, em manuais de Diplomática, como uma extensão de suas ideias.

Porém, somente no século XIX, a disciplina encontrou uma dimensão científica própria, a partir das reflexões geradas com a publicação de manuais específicos, cujo objetivo residia no estabelecimento de regras e princípios para a organização dos arquivos.

Esses manuais tornaram-se verdadeiras bíblias para os arquivistas modernos, e seus princípios e conceitos são constantemente discutidos no século XXI, de forma a garantir a consistência da Arquivística na Pós-Modernidade. Seus preceitos devem ser repensados e reformulados, dada a inédita quantidade de documentos gerados nos dias de hoje, inclusive em meio eletrônico.

Nesse sentido, destacam-se os estudos realizados no Canadá, a partir do final da década de 80, quando um novo paradigma emerge – enunciado por Hugh Taylor. A partir de então, os arquivistas trabalham em direção à redescoberta do princípio da proveniência, que passa a ser virtual e dinâmico, focando a análise no processo de criação dos documentos.

Esse redescobrimento da proveniência leva os arquivistas a entender a contextualização do documento, sua função, seu criador, a forma, e o papel na instituição que o criou.

É nesse cenário de ruptura paradigmática, de reformulação e reinterpretação de princípios e métodos, relativamente às perspectivas de organização do conhecimento arquivístico, que três abordagens distintas emergem em solo canadense. São elas: a Arquivística Integrada, a Arquivística Pós-Moderna e a Diplomática Arquivística.

A primeira – com estudos baseados na realidade europeia dos documentos históricos e na realidade norte-americana da gestão documental – emergiu no Québec, no final da década de 1980, propondo uma reintegração disciplinar, em que a Arquivística deve abordar o ciclo documental completo, dos documentos correntes aos permanentes.

A segunda abordagem tratada nesse trabalho, a Arquivística Funcional – cujo foco reside nos processos e nos contextos de criação dos documentos, e nas relações dos usuários com os criadores dos documentos –, é desenvolvida na parte inglesa do Canadá e encontra um lócus investigativo privilegiado nos conceitos pós-modernos.

A terceira abordagem, a Diplomática Arquivística, tem seus estudos desenvolvidos primeiramente na Itália, mas no final da década de 1980, no Canadá, a partir dos trabalhos de Luciana Duranti, a disciplina começa a contribuir com as discussões teóricas que circundam a Arquivística na atualidade. A Diplomática Arquivística engloba todo o corpo teórico e metodológico da Diplomática Clássica, e seu foco recai sobre a evidência documental. Essa abordagem passa a ser utilizada pelos arquivistas para compreender os conjuntos documentais gerados nos dias de hoje, inclusive em meio eletrônico.

No entanto, a literatura ainda carece de uma sistematização da constituição das abordagens canadenses, e de como elas contribuem para a elaboração de uma Arquivística Contemporânea. Melhor dizendo, fica o problema: em que medida a Arquivística Integrada, a Arquivística Funcional e a Diplomática Arquivística constituem a base para um pensamento arquivístico contemporâneo, e até que ponto as ideias de seus autores orientam a construção de uma disciplina científica na contemporaneidade.

Face ao exposto, esse trabalho realiza um estudo das influências dessas abordagens para a construção da Arquivística Contemporânea, por meio da aplicação dos princípios e métodos de organização propostos pela Arquivística Integrada, pela Arquivística Funcional e pela Diplomática Arquivística.

Dessa forma, objetivou-se primeiramente identificar quais abordagens constituem o pensamento arquivístico canadense, mapeando-as de forma a sintetizar o contexto no qual elas emergiram, e em seguida identificar suas contribuições para construção epistemológica da Arquivística Contemporânea. Como objetivos específicos emergiram (1) a identificação dos autores precursores das abordagens; e (2) qual o papel exercido por eles nesse novo contexto.

Para a execução dos objetivos delineados, realizou-se um estudo exploratório, teórico e documental, sobre a história da Arquivística – e sua constituição enquanto disciplina por meio dos manuais da área –, e como a mesma foi construída no contexto canadense. Para tanto, foram pesquisados os textos publicados no Canadá nos periódicos eletrônicos *Archivaria* (no contexto canadense inglês) e *Archives* (no francês), além dos trabalhos publicados no periódico *Archival Science*.

A realização deste trabalho justifica-se por fornecer subsídios teóricos para as discussões que circundam a Arquivística na atualidade. Por conseguinte, a pertinência reside

especificamente em apresentar um estudo sobre como uma realidade arquivística específica pode influenciar na construção epistemológica da área como um todo. Essa investigação se fez pertinente, ainda, por dar continuidade aos estudos de pesquisa anterior¹, que teve como principal objetivo caracterizar a contribuição de Luciana Duranti para a construção da Diplomática Contemporânea.

Ressalta-se, ainda, o fato de o presente estudo inserir-se plenamente no contexto e na tradição de pesquisa da linha Produção e Organização da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, que tem abordado as questões arquivísticas no âmbito teórico-metodológico da produção e organização da informação.

Desse modo, essa dissertação apresenta seis capítulos teóricos – incluindo a introdução.

No Capítulo 2, aborda-se o nascimento da Arquivística e sua evolução enquanto disciplina a partir do estudo dos principais manuais da área, publicados nos séculos XIX e XX, e as ideias de seus atores. Aqui, identificaram-se os momentos de ruptura da área: a publicação do *Manual dos Arquivistas Holandeses*, como o primeiro trabalho de cunho teórico, que buscou dar à área uma fundamentação mais específica; e a publicação do livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, de Schellenberg, ao anunciar o conceito de avaliação e a separação entre *records* e *archives*, causando uma ruptura na teoria e prática arquivística norte-americana.

No Capítulo 3, aborda-se a Arquivística Integrada, assim como o contexto histórico em que ela se desenvolveu no Québec, a partir da década de 1960. Para tanto, foram utilizados os trabalhos de Louise Gagnon-Arguin, Jean-Yves Rousseau, Carol Couture, Jacques Ducharme e Michel Duchein, identificando-se o momento em que a disciplina passa a trabalhar com a integração das fases do ciclo vital dos documentos e com a gestão da informação orgânica. Identifica-se também o importante papel que a Associação dos Arquivistas do Québec desempenha na constituição e firmação da Arquivística, bem como a relevância de suas pesquisas para o desenvolvimento da disciplina.

O capítulo 4 aborda o contexto em que se desenvolveu a Arquivística Funcional, ou Arquivística Pós-Moderna, e o momento de ruptura paradigmática enfrentado pela área no final da década de 1980, quando é enunciado um novo paradigma, fruto das novas formas de produção documental, experimentadas devido às tecnologias de informação. Aborda-se ainda, a reinterpretação dos princípios basilares da área, como a “redescoberta” da proveniência

¹ O papel teórico de Luciana Duranti na Diplomática Contemporânea. Pesquisa de Iniciação Científica financiada pela FAPESP, concluída em 2007. Processo nº 2006/02347-4.

pelos arquivistas do Canadá inglês, e os conceitos de Arquivo Total e Macroavaliação, fundamentais para a construção epistemológica da área nessa parte do Canadá, fomentando-a no momento de seleção da herança documental do país. Nesse contexto, é abordada ainda a contribuição de Terry Cook para os estudos arquivísticos contemporâneos. Para tanto foram utilizados textos dos arquivistas pós-modernos, com estudos realizados no Canadá Inglês, destacando-se os trabalhos de Tom Nesmith, Hugh Taylor, Eric Ketelaar e Laura Millar.

O capítulo 5 apresenta o contexto histórico no qual a Diplomática Arquivística se desenvolveu. Nesse sentido, trabalha-se com a origem e desenvolvimento da Diplomática Clássica, assim como o momento em que é identificada uma identidade entre os documentos arquivístico e diplomático. Para tanto, utilizam-se os autores clássicos da disciplina, como Tessier, Bautier, Pratesi e Carucci. No contexto da Diplomática Arquivística, são abordadas as ideias de Luciana Duranti – identificada como marco teórico da área. Analisa-se, ainda, como o método diplomático fundamenta o trabalho de organização arquivística, inclusive em meio eletrônico.

O capítulo 6 apresenta uma revisão das abordagens estudadas no trabalho e identifica pontos de conexão e divergência entre elas. Por meio da delimitação de elementos como definição da Arquivística, fundamentação epistemológica, características do documento de arquivo e objeto de estudo, foram construídos dois quadros que visam a elucidar um possível diálogo entre as abordagens. Destaca-se ainda o papel que o profissional da informação deve desempenhar nesse novo contexto de produção e organização do conhecimento arquivístico. Como consequência, também são apresentados aqui algumas reflexões acerca do trabalho, explicitando a contribuição das abordagens para a construção do pensamento arquivístico contemporâneo, que encontra reflexo nos estudos teóricos e aplicados realizados nos países do “Novo Mundo”.

CAPÍTULO 2

A NATUREZA DA ARQUIVÍSTICA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO: elementos históricos e conceituais

A história dos arquivos confunde-se com a das civilizações e seus escritos. Estudos revelam que os primeiros registros do conhecimento humano surgem com o nascimento da escrita, remontando, portanto, às antigas civilizações do Oriente Médio, mais especificamente à Mesopotâmia e à Síria.

Porém, é a partir dos séculos V e IV a.C. que temos uma institucionalização dos arquivos na antiga civilização grega. Templos e palácios do antigo oriente abrigavam os arquivos e arquivistas, e eram tidos como lugares sagrados, onde os direitos da sociedade estavam assegurados. Desde os primeiros tempos, os documentos nasciam e serviam basicamente à administração, assim como hoje, e posteriormente eram reservados a fim de comprovar o direito ou dever dos cidadãos.

Esses templos, custodiadores da memória social, tinham o poder de conferir fé pública aos documentos neles depositados. Dessa forma, os documentos custodiados pelos templos e palácios eram considerados autênticos e seu conteúdo, verdadeiro.

É da Grécia que vem também a primeira contribuição terminológica para os arquivos, uma vez que é cunhado o termo *archeion* para designar os documentos oficiais e seus depósitos. Posteriormente, esse termo será transmitido aos romanos sob a forma latina de *archivum* (SILVA et al. 1999, p. 53).

O melhor exemplo desse tipo de depósito na Antiguidade é o templo de Metroon, em Atenas. Nele, documentos públicos e privados eram tidos como tesouros e guardados a sete chaves pela Deusa Mãe dos Deuses. Dessa forma, os documentos colocados sob custódia do templo tornavam-se sagrados, e aqueles que os desrespeitassem de alguma forma poderiam ser punidos severamente. “O arquivo assume assim uma característica de respeito, fascinação e repulsa contra qualquer atentado, perigo e dificuldade” (ROMERO TALLAFIGO, 1997, p. 45).

Entre outros documentos custodiados pelo Templo, encontravam-se tratados, leis, minutas de assembleia e documentos privados de grandes filósofos da época, como as peças de Sófocles, Ésquilo e Sócrates.

Os primeiros registros encontrados nas antigas civilizações do Oriente Médio mostram a aplicação, ainda que em formas primitivas, de alguns princípios e métodos arquivísticos, apontando que, já nessa época, os arquivos reuniam elementos que viriam a se tornar clássicos para os estudos dos arquivos nos dias de hoje.

A mais importante das revelações tem a ver com o respeito pelos aspectos orgânicos da estrutura arquivística, como se comprovou em Ebla (Síria). Mas havia também grandes cuidados com a identidade e a autenticidade dos próprios documentos. As placas sumérias evidenciam também, desde cedo, uma estrutura diplomática coerente e eficaz, a qual, em grande medida, servirá de modelo às chancelarias europeias na época medieval e moderna. A correspondência e os contratos administrativos incluem, conforme os casos, a identificação das partes, o nome das testemunhas ou do escriba, a menção da data e, até, a estampagem de selos de validação (SILVA et al., 1999, p. 46).

Porém, não cabe aqui uma extensa explicação sobre a origem dos arquivos e das primeiras instituições arquivísticas², mas um breve histórico sobre o nascimento e evolução da Arquivística enquanto disciplina, e conseqüentemente de seus princípios e postulados.

2.1 Arquivística: origens e princípios

A Arquivística, como colocado acima, tem origem prática na Antiguidade, mas a teórica, enquanto “saber”, surge, segundo alguns pesquisadores no século XVI, devido ao advento de normas regulamentares, como afirma Silva et. al. (1999, p. 93).

Não obstante o conteúdo programático das mesmas, verifica-se que elas têm iminentes princípios gerais de natureza arquivística, os quais irão adquirir depois a forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina – a arquivística – como construção conceitual e sistemática do saber adquirido por uma prática milenar da gestão dos arquivos.

Porém, é difícil precisar em que ano ou século tudo começou. Os arquivos e a prática de organizá-los sempre existiram. Segundo Casanova (1928, p. 293) “nós não inventamos nada de arquivo ou arquivologia (...) o progresso verificado em intermináveis eventos não pertence a uma única civilização. Esse progresso se manifesta em todo lugar”.

Este capítulo pretende ilustrar os principais marcos históricos que levaram à constituição da Arquivística enquanto ciência, ou disciplina.

A maioria dos autores remonta a 1898 para designar o nascimento da Arquivística, enquanto disciplina, a partir da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses.

² Para tanto, ver SILVA et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação, 1999.

Apesar de ser quase um consenso na área, outras ideias também contribuíram para a formulação da Arquivística, entre elas o nascimento de outra disciplina, cujo objeto também reside no documento de arquivo: a Diplomática.

No final do século XVII, as autoridades começam a utilizar os documentos de arquivo como prova de seus direitos e deveres. Dessa forma, era necessário o estabelecimento de metodologias para verificar a autenticidade desses documentos. Nasce, assim, a Diplomática.

Para alguns autores, entre eles Luciana Duranti e Antonia Heredia Herrera, a Arquivística nasce a partir dos manuais de Diplomática. Entre eles, o mais famoso é *De re diplomatice libri VI*, de Jean Mabillon, escrito no século XVII, com o objetivo de estabelecer os princípios e métodos para a crítica documental. Para Duranti, os primeiros elementos da doutrina arquivística podem ser encontrados no último volume da obra monumental de Dom Jean Mabillon sobre Diplomática, publicada em 1681.

A Diplomática estuda documento individual; no entanto, esse primeiro trabalho, explorou a acumulação de documentos, suas características, sua gênese, e o modo como eles deviam ser tratados, e ao fazê-lo, ampliou sua fundamentação teórica aos arquivos, entendidos como o conjunto orgânico de documentos e suas relações (DURANTI, 1995a, p.05).

O método diplomático preconizado por Mabillon é estendido por toda a Europa e vários tratados começam a ser publicados com a introdução da Diplomática nas faculdades de Direito.

Para Marc Bloch (apud LE GOFF, 1990 apud FONSECA, 2005, p. 31), historiador e co-fundador da Escola dos Annales, “naquele ano de 1681, ano da publicação do *De re diplomatice*, na verdade uma grande data na história do espírito humano, a crítica aos documentos de arquivo foi definitivamente fundada”.

Com a Revolução Francesa, o século XVIII assiste a uma grande transformação nas histórias da civilização e dos arquivos. Até o final do século XVII, os arquivos eram completamente descentralizados e serviam basicamente à administração. Em 1789, é criado o Arquivo Nacional da França, antes Arquivo da Assembleia, e posteriormente, em 1794, no dia 24 de junho, transformado nos *Archives Nationales*.

O Arquivo Nacional Francês objetivava zelar pela documentação oficial do regime. Com isso, houve uma centralização dos arquivos, que se tornaram verdadeiros depósitos. “Nesses depósitos deveriam ser recolhidos os documentos produzidos pelos diferentes níveis da administração pública na França” (FONSECA, 2005, p. 39).

Assim começa um modo de administração diferente, onde o documento já não desempenha apenas um papel jurídico, mas constitui um instrumento de poder cujo acesso é sinal do poder do povo. Esta revolução irá ter um impacto determinante nos arquivos com a criação de uma instituição nacional cujo papel é o de assegurar a guarda dos arquivos (GANGON-ARGUIN, 1994, p. 31, tradução nossa).

Ainda no contexto da Revolução Francesa e dos ideais iluministas, é proclamada a abertura dos arquivos ao cidadão comum com a “Lei de 7 Messidor”³. No entanto, a abertura dos arquivos para a população não significou uma mudança muito substancial em relação aos documentos das instituições arquivísticas, pois “os arquivos começaram a ser vistos como tesouro nacional e deviam ser usados como fontes históricas e fornecer conhecimento aos estudiosos” (DURANTI, 1995a, p. 08).

Dessa forma, percebe-se que essa abertura aos cidadãos beneficiou, sobretudo, a pesquisa histórica e favoreceu, assim, a formulação da Arquivística enquanto uma *ciência auxiliar da História*, ao lado da Diplomática e da Paleografia. Segundo Duchein (1983, p. 05, tradução própria).

Em nenhum país – salvo na Suécia, caso único – o direito de acesso aos arquivos estava explicitamente vinculado ao exercício dos direitos democráticos; dito de outra maneira, as leis e os regulamentos foram concebidos para facilitar a investigação de índole histórica e erudita que se baseia nos documentos do passado, mas não para permitir que o cidadão comum conhecesse os procedimentos governamentais e administrativos recentes e atuais.

Também na França, em 1821, é criada a *École Nationale des Chartes*⁴, em Paris, fortalecendo ainda mais a relação entre a Arquivística e a História. Para Rondinelli (2005, p. 40) “a criação da École des Chartes fortaleceu a arquivologia como ciência auxiliar da história e, conseqüentemente, a concepção culturalista dos arquivos”.

A corrente historiográfica no arquivo gerou, segundo Cruz Mundet (2001, p. 41), uma verdadeira febre de formação profissional. Além da criação da *École Nationale des Chartes*, foi criado, também, o *Institut für Oesterreichische Geschichtsfurung* na Áustria, em 1854, a *Escola de Diplomática* na Espanha em 1856, e a *Scuola di Paleografia e Diplomática* na Itália, em 1857.

³ Lei do 7 de Messidor, ano II da Revolução.

⁴ Visionada por Napoleão, a *École Nationale des Chartes* foi criada em 1821 por uma ordem de Luis XVIII. A razão de sua criação foi a necessidade de formação de jovens capazes de organizar os depósitos de documentos confiscados na Revolução, e renovar a história nacional. Assim, em 1829 é criada a formação de arquivista-paleógrafo.

Como consequência, um novo período na Arquivística emergiu, bem como a concepção de documento histórico diferente de documento administrativo. Desse modo, como ressalta Bautier (1968, apud CRUZ MUNDET, 2001, p. 41)

[...] emerge um novo período na Arquivística. Entre 1830 e 1850, de arsenal tradicional do poder, os arquivos se convertem em laboratórios da história, com todas as consequências que este comporta, de maneira destacável o corte fundamental (e certamente desafortunado) entre os arquivos históricos e os administrativos.

Assim, os documentos passam a ser organizados por categorias temáticas, em detrimento do arranjo dos conjuntos documentais. Com isso, documentos oriundos de vários órgãos e governos são tratados como um só grupo e sua ordem original é desrespeitada.

Na intenção de organizar essa enorme quantidade de documentos, os responsáveis pelo “depósito” de documentos, Armand Camus e Pierre Daunou, optaram por separá-los em cinco divisões *chronologico-méthodiques*: legislativa (para as assembleias); administrativa (documentos dos novos ministérios); senhorio (para os títulos de propriedade do Estado); judicial (para os documentos do tribunal) e histórico.

A centralização dos documentos em Arquivos Nacionais, como na França e em outros países – Rússia, Áustria e Itália –, contribuiu para uma desarticulação dos sistemas tradicionais de arquivo. Na França, a concentração de toda a documentação do Império, inclusive dos países dominados por Napoleão, ocasionou uma acumulação sem precedentes no Arquivo nacional.

A organização temática adotada pelo Arquivo Nacional Francês, trouxe graves problemas, como a desarticulação de sistemas inteiros de arquivos. Esse problema seria resolvido mais tarde com a formulação do primeiro princípio arquivístico: o princípio da proveniência.

Com um objetivo meramente pragmático, a fim de resolver os problemas ocasionados pelo acúmulo de documentos nos Arquivos Franceses e pela desordem causada pela classificação temática, é promulgado em 1841 o *princípio da proveniência* (ou *respect des fonds*).

Embora não seja um consenso na área⁵, atribui-se ao burocrata francês e chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, Natalis de Wailly, a enunciação do princípio em uma instrução de serviço (*Instructions pour la mise en ordre et*

⁵ Segundo Heredia Herrera (1991, p. 33) Lodolini afirma que o princípio da proveniência foi aplicado pela primeira vez na Dinamarca em 1791 (...) e Brenneke considera precursor desse princípio, Phillip Ernst Spiers na obra *Von Archivert* de 1777. Martín-Pozuelo afirma que “a formulação do princípio da proveniência não é resultado de um único momento, nem acontece num único lugar” (1998, apud FONSECA, 2005, p. 42).

le classement des archives départementales et communales) do referido ministério, aprovada pelo ministro T. Duchâtel em 24 de abril de 1841, que propunha

[...] reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os documentos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo e dispor em determinada ordem os diferentes fundos (WALLY, apud DUCHEIN, 1983, p. 66, tradução nossa).

Nas palavras de Duchein (1983, p. 64, tradução nossa, grifo nosso)

[...] o princípio da proveniência consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: o que se chama de *fundo* de arquivo dessa administração, desse estabelecimento ou dessa pessoa.

O princípio da proveniência foi rapidamente adotado por outros países europeus, que incorporaram a suas prática e teoria arquivísticas a classificação por fundos. É o caso da Alemanha (*Provenienzprinzip*), da Inglaterra (*archive group*), da Itália (*fondo*) e da Espanha (*fondo*). Nos Estados Unidos, o princípio foi adotado somente a partir do século XX, sob o termo *record group*.

Como extensão ao princípio da proveniência, tem-se o *princípio de respeito à ordem original*⁶, onde a ordem dos documentos de um fundo deve ser respeitada ou restabelecida caso a ordem original (de como os documentos foram produzidos) tenha sido perdida. Logo, documentos provenientes de fundos diferentes não devem ser misturados, e sim, localizados no fundo documental, onde foram produzidos, devendo ser mantida a organização do órgão produtor desses documentos.

A aplicação do princípio da proveniência permite que a análise seja feita com relação ao conjunto de documentos, e não mais da peça documental, beneficiando, assim, a classificação por fundos e não por assunto, permitindo uma organização orgânica, onde os documentos se relacionam, de forma “natural”, como consequência da ação⁷.

O princípio da proveniência constituir-se-á na base teórica e prática da Arquivística moderna, ao ser considerado universalmente, elevando-a ao *status* de disciplina. Michel Duchein⁸ apresenta algumas justificativas teóricas e metodológicas para sua aplicação universal.

⁶ Schellenberg irá falar sobre dois princípios distintos, o princípio da proveniência e o princípio da ordem original; Rousseau e Couture falam de dois graus do princípio da Proveniência, onde o respeito à ordem original está inserido no segundo grau.

⁷ Entende-se aqui, natural como uma *consequência* da produção documental, onde os documentos surgem por motivos funcionais, administrativos e legais.

⁸ Ver DUCHEIN, Michel. Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science. In: Archivaria, nº 16, 1983.

Primeiro, um documento é caracterizado por ‘arquivo’ justamente por sua característica de pertencimento a um todo. “O documento de arquivo, ao contrário do objeto de coleção ou da documentação feito de peças heterogêneas de origens diversas, possui uma *raison d’être* apenas por fazer parte de um todo” (DUCHEIN, 1983, p. 67, tradução nossa).

Segundo, o documento de arquivo faz parte de um processo, e não é concebido isoladamente, e sim como resultado de uma ação, que conseqüentemente irá gerar outra ação, e assim outro documento. “Ele sempre tem uma característica utilitária, que pode aparecer claramente apenas se for mantido seu lugar no todo dos outros documentos que o acompanham” (DUCHEIN, 1983, p. 67, tradução nossa).

Essa segunda justificativa apresentada por Duchein está intimamente relacionada ao princípio da organicidade que parte do pressuposto de que o arquivo é um todo orgânico, reflexo de relações administrativas também orgânicas. Segundo Bellotto (2005, p. 19) “a organicidade é a qualidade segundo a qual, os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas”.

Entende-se, portanto, que para um documento ser considerado documento de arquivo deve estar inserido em um conjunto de documentos, que guardam relações orgânicas entre si, provenientes de um mesmo fundo documental.

Conseqüentemente, para entender um documento, é essencial saber exatamente onde ele foi criado, na estrutura de que processo, para que fim, para quem, quando e como ele foi recebido pelo interessado, e como chegou em nossas mãos. Tal conhecimento é possível apenas se o conjunto de documentos o qual ele pertence foi mantido intacto, separado e sem se misturar com os documentos de origens diferentes, mesmos se eles possuem o mesmo assunto (DUCHEIN, 1983, p. 67, tradução nossa).

A aplicação do princípio de respeito aos fundos garante que o trabalho do arquivista seja livre de interpretações, o que não é garantido pela classificação por assunto, por exemplo. Um arquivista que classifica por assunto tem pelo menos duas maneiras diferentes de olhar um documento. Essa subjetividade pode muitas vezes impedir uma classificação segura, como seria a baseada nos fundos documentais. Como bem expôs Desjardins (apud Duchein 1983, p. 66) “em qualquer outra classificação que não por fundo, corre-se o grande risco de não saber encontrar um documento”.

O documento de arquivo é ainda único em seu momento de produção, o que nos leva ao *princípio da unicidade*, segundo o qual “apesar de sua forma, classe, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam a característica de serem únicos, em função de seu contexto de produção” (BELLOTTO, 2005, p. 20).

O arquivo é formado por um conjunto indivisível de documentos, por essa razão, o *princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística* propõe a “preservação dos fundos de arquivo sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida” (BELLOTTO, 2005, p. 20).

No entanto, não só de enunciação de princípios é feita uma disciplina. A elaboração e constituição de manuais e o ensino da Arquivística em escolas especializadas também representam um elemento fundamental em sua consolidação, como se observará a seguir.

2.2. Os Manuais de Arquivística: Arquivistas Holandeses, Jenkinson e Schellenberg

A promulgação do princípio da proveniência, com rápida extensão às outras instituições e arquivos europeus, demonstrou a iminente necessidade de formulação de conceitos e princípios que pudessem teorizar e reger as práticas já existentes nas instituições.

Fez-se necessário, então, o estabelecimento de regras e princípios científicos para ações e procedimentos adotados pelos profissionais que trabalhavam com a documentação arquivística. A promulgação dessas regras e princípios, meramente pragmáticos, é dada a partir dos manuais de Arquivística.

Dessa forma, é a partir das publicações dos manuais⁹ que a Arquivística firmar-se-á enquanto disciplina, libertando-se da posição meramente auxiliar a que tinha sido submetida pelo historicismo do século XIX, uma vez que as regras e métodos neles postulados irão gerar as primeiras reflexões de cunho teórico sobre a área, possibilitando assim, sua extensão ao campo disciplinar.

O primeiro manual dedicado inteiramente à disciplina é o “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos” (*Handleiding vor het ordenen en bescheijven van archieven*), comumente chamado de “Manual dos Arquivistas Holandeses”, publicado em 1898, por S. Muller, T. Feith e J. Fruin, e considerado por muitos o mais importante manual arquivístico

⁹ Destaca-se ainda a importância do *Manual de Arquivística* publicado na Itália, em 1928, por Eugenio Casanova, que foi o primeiro a referir-se à disciplina como “Arquivística”; e do *Archivkunde: ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des Europäischen Archiwesens* do alemão Adolf Brenneke, publicado em 1953, que defendia a preservação dos documentos de arquivo para fins de pesquisa, influenciando sobremaneira a célebre obra de Schellenberg, *Modern Archives: Principles and Techniques* de 1956.

de todos os tempos, uma vez que exerceu uma maior influência – por ser o primeiro, e por ter sido traduzido para mais de 60 idiomas¹⁰.

As 100 regras apresentadas no Manual para o tratamento dos documentos de arquivo foram discutidas exaustivamente pelos arquivistas da Associação holandesa durante toda a década de 1890.

Para Luciana Duranti (1995a, p. 10) o Manual dos Holandeses deve ser considerado o primeiro tratado científico arquivístico uma vez que

[...] os problemas ou regras que apresentaram e explicaram neste volume, são os primeiros esforços reais para articular sistematicamente conceitos e métodos que encontram seu valor em ideias de teoria arquivística que têm lógica e consistência internas e não provenientes do contexto histórico, legal ou cultural.

Como afirmou Ketelaar (2000, p. 324, tradução nossa) o manual dos Arquivistas holandeses codificou e padronizou a metodologia arquivística antes que a teoria pudesse se desenvolver. No entanto, ainda que de ordem pragmática, representou um ponto de partida para as discussões de cunho teórico na área da Arquivística.

É importante lembrar que ele foi escrito para a instrução prática dos arquivistas Holandeses, para ajudá-los a lidar com os documentos Holandeses. É um manual para trabalhadores, não um tratado filosófico. O fato de nós, Americanos, conseguirmos tirar alguma coisa daí, é um verdadeiro tributo às suas bases teóricas fundamentais (EDDY¹¹, apud KETELAAR, 1996, p. 32, tradução nossa) .

O Manual contribuiu, portanto, para a inserção da Arquivística no campo das disciplinas, dando início às reflexões que se seguiram no começo do século XX.

Em 1922, foi publicado, na Inglaterra, *A Manual of Archival Administration*, de Sir Hilary Jenkinson, outra importante contribuição para o estabelecimento e fortalecimento da disciplina.

O teórico figura, ao lado de Schellenberg, entre os principais pensadores da teoria e prática Arquivística em países de língua inglesa do século XX, representando um importante papel na Arquivística moderna e contemporânea. Seu trabalho é uma resposta aos crescentes desafios de se organizar a massa documental acumulada na Inglaterra, no curso da Primeira Guerra Mundial.

Seu objetivo era estudar as características dos documentos de arquivo para chegar à compreensão dos princípios e conceitos que poderiam auxiliar os arquivistas no tratamento da documentação moderna. Jenkinson entendia o documento de arquivo como

¹⁰ O Manual dos Arquivistas Holandeses foi traduzido para o português e publicado no Brasil em 1960, com o nome “*Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*”, sob os auspícios do Arquivo Nacional.

¹¹ Declaração feita por Henry Howard Eddy, há 50 anos sobre a Publicação do Manual na década de 40 nos Estados Unidos.

[...] aquele que foi elaborado ou usado no curso de uma transação administrativa ou executiva (seja pública ou privada) da qual ele mesmo faz parte; e subsequentemente preservado em sua própria custódia pela informação que contém, pela pessoa ou pessoas responsáveis por aquela transação ou por seus legítimos sucessores (JENKINSON, 1922, p. 11, tradução nossa).

Segundo Jenkinson, os arquivos deveriam ser preservados pelos próprios criadores, para uso próprio, sem considerar uso futuro para fins históricos ou de pesquisa. “Ele acreditava que apenas os materiais preservados para a informação do próprio criador e sob sua custódia poderiam ser considerados arquivo” (STAPLETON, 1983, p. 77, tradução nossa). Cabia, portanto, aos próprios administradores e criadores, a avaliação de qual documento deveria ser preservado para fins de prova e pesquisa, e de quais deveriam ser eliminados. Segundo Cook (1997, p. 23, tradução nossa)

[...] a solução para o dilema de Jenkinson era conceder aos criadores de documentos a desagradável tarefa de reduzir a vasta acumulação de documentos modernos, assim ‘fazer do administrador o único agente para a seleção e destruição de seus documentos’.

Logo, essa maneira de ver os documentos como um produto natural de atos e transações de uma administração, dotava os documentos, segundo Jenkinson das características de imparcialidade e autenticidade. Essas qualidades davam ao arquivo o valor de prova do passado.

Na sua obra, Jenkinson afirma que os arquivos não se formam no interesse ou para a informação da posteridade, mas sim porque têm duas qualidades importantes – imparcialidade e autenticidade - as quais levam ao conhecimento da verdade, desde que seja entendido o seu contexto administrativo (SILVA et. al., 1999, p. 123).

O papel do arquivista era reduzido ao de um simples guardião dos documentos, cuja tarefa era proteger a integridade dos fundos, e a imparcialidade e autenticidade dos documentos de “valor arquivístico”, ou seja, aqueles que já haviam sido avaliados pelos criadores.

Nesse sentido, a avaliação documental não era discutida por Jenkinson, muito menos aceita. Para ele “qualquer intervenção nos documentos resultaria na diminuição de sua integridade e de seu valor como prova imparcial do passado”. (TSCHAN, 2002, p. 178, tradução nossa).

Contudo, com essa proposta, a ideia de “documento imparcial” de Jenkinson caía por terra, uma vez que seriam preservados apenas aqueles documentos que os administradores julgassem como verdadeiros correspondentes da história “oficial”. No entanto, essa verdade histórica, contada por meio dos documentos selecionados pelos criadores, não importava

muito para Jenkinson, uma vez que, para ele, a verdade histórica diferenciava-se da verdade arquivística¹² (diplomática).

O tratado de Jenkinson representa uma visão administrativa dos arquivos, e influenciou sobremaneira a Arquivística inglesa durante anos. Ainda hoje, continua tendo muito peso teórico na área, uma vez que o conceito central de sua obra – a imparcialidade – continua sendo uma questão muito discutida e revisada na literatura atual. Como ressalta Cook (1997, p. 25, tradução nossa)

[...] suas ideias estão vivendo uma revista hoje, especialmente no Canadá e Austrália, mas também em todo lugar, entre muitos teóricos dos documentos eletrônicos, em face aos documentos efêmeros, documentos virtuais, informação descontextualizada, aumento de incidentes de destruição documental desordenada e inescrupulosa.

Os estudos de Jenkinson e dos arquivistas Holandeses foram essenciais para a inserção da Arquivística na *episteme* da modernidade enquanto disciplina. Porém, esses manuais retratam situações e momentos históricos particulares, onde os fundos e documentos analisados eram essencialmente históricos, baseando-se fundamentalmente no positivismo e em eventos do século XIX e começo do XX. Como ressalta Bucci (apud Cook, 1997, p. 26, tradução nossa)

[...] os princípios arquivísticos não estão fixados no tempo, mas, como visões da própria história, ou da literatura, ou filosofia, refletem o espírito de suas épocas e são, portanto interpretados de maneira diferente por gerações sucessivas.

Em meados do século XX, em um cenário entre guerras e pautado pela Depressão de 1929, uma nova abordagem da teoria arquivística começa a tomar forma nos Estados Unidos, a cargo do arquivista norte-americano T.R. Schellenberg.

A emergência da teoria norte-americana se deve ao aumento da quantidade de documentos produzidos pela administração pública. Com o aumento da população, surgiram novas necessidades; novos cargos e funções acumularam-se nas administrações. Com isso, a quantidade de documentos gerada era muito maior, uma vez que eles eram o reflexo dessa administração, e foram criados a partir dessas novas necessidades.

¹² A verdade histórica corresponde à veracidade dos fatos inscritos nos documentos, enquanto a verdade diplomática corresponde à autenticidade diplomática dos documentos, ou seja, se o documento possui a estrutura diplomática correta para aquela problemática jurídica e se foi criado pela pessoa responsável por aquela ação. Entende-se como “verdade arquivística” aquela que corresponde à criação de documentos e sua relação com o contexto administrativo.

Nessa época, as tecnologias de informação começaram a evoluir e surgiu uma nova forma de produção documental, mais rápida e em grande escala. Depois da década de 30, era praticamente impossível manter todos os documentos produzidos pelas instituições públicas.

Devido à necessidade de racionalizar a produção documental e de organizar e eliminar os documentos produzidos pelas administrações públicas e privadas, novos conceitos emergiram, como a questão dos *valores* (primário e secundário), a diferença entre *record* e *archives*, e a *avaliação documental*, todos defendidos no livro de Schellenberg, *Modern Archives: principles and techniques*¹³, publicado em 1956, representando um novo momento na Arquivística moderna.

Assim como Jenkinson, Schellenberg escreveu seu manual baseando-se na nova realidade de produção e acumulação dos documentos modernos, observada depois da década de 30. Para o autor, os manuais publicados até então – principalmente o de Jenkinson - não refletiam a realidade arquivística dos Estados Unidos e, sim, a realidade arquivística Europeia, limitando o trabalho dos arquivistas norte-americanos¹⁴.

Em 1934, foi fundado o Arquivo Nacional dos Estados Unidos (*National Archives of the United States*), cujo objetivo residia em melhorar a eficiência governamental do país no tangente aos documentos produzidos pelos órgãos dos governos, assim como reduzir a massa documental que se formara nos anos anteriores. Nesse sentido, em 1935, Schellenberg, recém formado em História, garantiu um posto no referido Arquivo, trabalhando aí até 1956, quando publicou seu manual. Dessa forma, as teorias por ele desenvolvidas foram frutos desse cenário em que viveu e trabalhou por mais de vinte anos.

[...] os Arquivos Nacionais assumiram a responsabilidade por 10 milhões de metros cúbicos de documentos que haviam sido acumulados durante um período de 150 anos. Além disso, programas iniciados durante a Grande Depressão resultaram em uma expansão dos serviços governamentais e em um aumento no volume de documentos. Essa situação forçou Schellenberg e os membros da equipe dos Arquivos Nacionais a se concentrarem na redução do volume de documentos, selecionando apenas documentos de valores permanentes para os Arquivos, para disponibilizá-los aos pesquisadores de forma inteligível (STAPLETON, 1983, p.76, tradução nossa).

¹³ O livro foi publicado no Brasil em 1973 sob o nome de Arquivos Modernos: princípios e técnicas.

¹⁴ De fato, os trabalhos desenvolvidos por Schellenberg se diferenciavam bastante daqueles desenvolvidos por Jenkinson, principalmente no que concerne à avaliação e seleção de documentos. Essa discordância levou Schellenberg a se referir a Jenkinson como um “fóssil velho” (*old fossil*) cujas ideias eram consideradas um entrave para o desenvolvimento teórico e prático da Arquivística moderna. Jenkinson, por sua vez, considerava as concepções de Schellenberg como “perigosas” aos documentos. No entanto, ambos os autores defendiam a natureza orgânica dos conjuntos documentais, assim como o princípio de respeito aos fundos.

Schellenberg desenvolveu, então, o conceito de avaliação para selecionar entre os documentos contidos nas massas documentais, aqueles que poderiam ser preservados devido ao seu valor para fins de pesquisa.

Como o próprio Schellenberg destacou (2004, p. 179)

[...] uma redução de tais documentos torna-se essencial, tanto para o próprio governo quanto para o pesquisador. O governo não pode conservar todos os documentos produzidos em consequência de suas múltiplas atividades. Torna-se impossível prover espaço para armazená-los, bem como pessoal para cuidar dos mesmos.

A teoria da avaliação baseia-se no fato de que os documentos possuem essencialmente dois valores: “primário” e “secundário”.

O valor primário corresponde ao uso que a própria entidade produtora faz do documento, pois como destacou Schellenberg (2004, p. 180), “os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos. Esses usos são, é lógico, de primeira importância”.

O valor secundário corresponde ao uso que outras entidades ou pessoas farão do documento e pode ser dividido em: *valor probatório* e *valor informativo*. Aquele corresponde “à prova que contém da organização e do funcionamento do órgão governamental que os produziu”, enquanto este “corresponde à informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições, com que o órgão haja tratado” (SCHELLENBERG, 2004, p. 181).

Na discussão sobre valor de prova, Schellenberg diz que precisam ser preservados os documentos que ilustram a maneira como um órgão é organizado e que reflete seus padrões de ações, suas políticas e procedimentos. Esses documentos garantem a transparência dos documentos produzidos pelo governo. Na prática Schellenberg afirma que o valor de prova aumenta de acordo com a posição que o órgão produtor ocupa na administração (...) já o valor informativo é desprovido do contexto de proveniência. Ele é determinado pelo conteúdo e como ele se relaciona com as pessoas, lugares e fenômenos (TSCHAN, 2002, p. 184, tradução nossa).

Os documentos de valor primário deveriam ser avaliados e selecionados por seus criadores, com a ajuda de um arquivista, podendo vir a ter um valor secundário. Esses documentos, considerados correntes (*records*), servem fundamentalmente à administração. Como definiu Schellenberg (2004, p. 41), são eles

[...] todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

Os documentos que servem para fins históricos têm, na concepção de Schellenberg, o nome de arquivos (*archives*) e devem servir para outro fim senão àquele que o produziu, tendo o valor probatório e informativo. Schellenberg (2004, p. 41) os definiu¹⁵ como

[...] documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente

Cabia, portanto, ao arquivista estabelecer a análise dos valores secundários e proceder à seleção dos documentos que seriam importantes para fins de pesquisa. Para Schellenberg, a razão pela qual um documento era criado, para servir às necessidades de seu criador, não era a mesma razão pela qual ele deveria ser preservado. Por esse motivo, o autor acreditava que o criador não possuía critérios para proceder à avaliação dos documentos de valor secundário, à medida que não possuía vivência acadêmica para saber qual documento possuía valor para a pesquisa.

Nesse sentido, a partir da distinção entre *records* e *archives*, Schellenberg distingue também os profissionais que irão trabalhar com os documentos de valor corrente e intermediário (*records officers*) e os que irão trabalhar com os documentos de valor permanente (*archivists*).

Essa discussão é fruto das ideias apresentadas por Emmet J. Leahy, membro dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos e da Comissão Hoover¹⁶ (*Hoover Commission*), e responsável por cunhar termo *record management*, ou gestão de documentos que, segundo a legislação norte-americana, tem como objetivo

[...] o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do governo federal e efetiva e econômica gestão das operações das agências (FONSECA, 2005, p. 44).

Com base na legislação, fica bem clara a preocupação dos norte-americanos em racionalizar a produção documental do pós-guerra.

No entanto, a distinção estabelecida entre *records* e *archives* e a criação dos programas de gerenciamento de documentos permitiram uma divisão da Arquivística na

¹⁵ Schellenberg destacou ainda, que essa era a realidade norte-americana, e que cada país deveria ter sua própria definição de “arquivo”, baseada em sua realidade documental.

¹⁶ A Comissão Hoover foi estabelecida nos Estados Unidos, em 1947, sob ordem do Presidente Harry S. Truman, recomendando mudanças administrativas no Governo Federal. Entre as mudanças, estão aquelas referentes aos documentos de arquivo que eram produzidos pela administração pública, cujo gerenciamento e custódia eram de responsabilidade dos Arquivos Nacionais.

América do Norte separando *record managers* e os *archivists*, causando uma “ruptura” nos conceitos e métodos arquivísticos vistos até então.

Essa divisão, de certa forma, prejudicou a consolidação da Arquivística norte-americana no século XX, uma vez que proporcionou seu afastamento dos campos que dela mais necessitavam, como o a administração, por exemplo. Segundo Duranti (1995a, p. 19)

[...] a teoria arquivística foi concebida e formulada como um conjunto de ideias acerca da natureza dos documentos, da criação dos documentos, da acumulação dos documentos e da preservação e guarda dos documentos. Assim, como a criação de documentos e sua conservação se converteram em um campo exclusivo da nova prática dos *records management*, a teoria arquivística foi extraída do corpo de conhecimento arquivístico e abandonada em um tipo de ‘limbo’.

No entanto, com a nova realidade documental apresentada aos Arquivos Públicos após da década de 1930, fez-se necessário a introdução de novos conceitos e métodos, assim como de novas teorias para que documentos importantes pudessem ser preservados e documentos cujo valor primário tenha sido cumprido, descartados, sem prejuízos e danos para a administração e a sociedade.

Schellenberg entrou na profissão arquivística na época em que o crescente aumento no volume dos documentos era o maior e mais novo problema (...). Ele preferiu, na maior parte, ir para a análise de problemas concretos. Conseqüentemente, seus escritos exibem uma inclinação prática com a reavaliação da definição de arquivo que incluem documentos modernos e seu potencial uso para a pesquisa. Talvez a última contribuição mais significativa de Schellenberg é seu discurso sobre avaliação (...). Todos os arquivistas devem admirar e apreciar a vontade de Schellenberg em encarar o problema da massa nos documentos modernos e seu sucesso em consegui-lo (STAPLETON, 1983, p. 84, tradução nossa).

Nesse sentido, o trabalho de Schellenberg se destacou devido à preocupação com a avaliação de documentos, introduzindo nos Estados Unidos uma nova maneira de pensar o documento de arquivo, de acordo com os valores que ele obtém ao longo do ciclo de vida¹⁷. Seu trabalho, porém, contribuiu também para o fortalecimento da cisão na Arquivística norte-americana, causando sua separação dos documentos administrativos, limitando-a ao campo da pesquisa histórica.

Essa cisão, ocasionada em meados do século XX, pode ser observada por meio da separação das associações norte-americanas. Na década de 50, foi criada a *American Records Management and Administration*, posteriormente (1975) *Association of American Records*

¹⁷ O ciclo de vida dos documentos é uma metáfora sobre as fases, ou idades pelas quais um documento passa desde sua criação até sua eliminação ou recolhimento ao arquivo permanente. Segundo Bellotto (2004, p. 23) a teoria das três idades nada mais é do que a sistematização da passagem dos documentos da fase administrativa (arquivo corrente), onde cumpre o papel de “arsenal da administração”, para a fase permanente (arquivo permanente), onde os documentos obtêm um valor informativo e para fins de pesquisa, obtendo a qualidade de “celeiro” da história.

Managers and Administrators (ARMA). Fruto da *Society of American Archivists* (SAA), a ARMA objetiva a regulamentação de guias e padrões para o gerenciamento de documentos administrativos (*records*) de diversas organizações, públicas ou privadas, em diversos suportes. “A missão da ARMA Internacional é educar, defender e oferecer fontes que permitam aos profissionais gerenciar a informação, como um elemento crítico das operações organizacionais e de governança” (ASSOCIATION OF AMERICAN RECORDS MANAGERS AND ADMINISTRATORS, 2009)

Ao contrário, a SAA optou por defender o papel mais tradicional da Arquivística, voltando-se apenas aos documentos de valor histórico. Fundada em 1936, a Associação tinha como objetivo “promover princípios de economia arquivística e facilitar a cooperação entre os arquivistas e os órgãos de arquivo” (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2009). Esses arquivos poderiam ser de qualquer tamanho, públicos ou privados.

O papel da SAA hoje continua limitado aos documentos de valor histórico, fato que se deve à separação da Arquivística nos Estados Unidos. Seus objetivos englobam, entre outros, o estabelecimento de políticas e padrões para o tratamento dos documentos de valor permanente, e a contínua formação dos profissionais de arquivo (os arquivistas), assim como a atualização profissional no que tange às novas formas de produção documental, e a preservação dos documentos eletrônicos.

Segundo Couture, Ducharme e Rousseau¹⁸ (1988, p. 51, tradução nossa), essa separação entre as associações contribuiu sobremaneira para a cisão arquivística na América do Norte, impedindo uma visão mais integrada dos arquivos e da disciplina também no Canadá inglês, onde “foi aplicado o modelo americano sem muito exame, o que explica a existência da *Association of Canadian Archivists*¹⁹ (ACA) que reuniu os especialistas interessados nos documentos de conservação permanente” (COUTURE, DUCHARME, ROUSSEAU, 1988, p. 53, tradução nossa).

Dessa forma, a integração de teoria e prática arquivística dos documentos administrativos e históricos só será restabelecida mais tarde, na década de 80, no Canadá francês, sob o nome Arquivística Integrada, tema que se abordará no próximo capítulo.

¹⁸ Ver COUTURE, Carol.; DUCHARME, Jacques.; ROUSSEAU, Jean-Yes, . L’archivistique a-t-elle trouvé son identité? *Argus*, vol. 17, n. 2, 1988, p. 51-60.

¹⁹ A ACA foi fundada em 1975 atuando na Seção dos Arquivos (*Archives Section*) da Associação Histórica do Canadá (*Canadian Historical Association* - CHA). Em 1978 obteve sua emancipação e hoje representa mais de 600 arquivistas cuja língua é o inglês, com sede em Ottawa.

CAPÍTULO 03

A ARQUIVÍSTICA INTEGRADA: o papel da Escola de Québec

“Uma nova arquivística está a emergir no horizonte das profissões. É urgente que se realize uma verdadeira integração e que surja uma profissão cuja missão essencial consiste em gerir, tratar e dar acesso á informação, e que participe, em cooperação com as várias disciplinas, no desafio lançado pela explosão documental”.

Jean-Yves Rousseau e Carol Couture

A América do Norte conheceu, nos anos 50, novos conceitos e novas práticas arquivísticas para o tratamento da massa documental acumulada durante mais um de um século pelas administrações públicas.

Essa nova realidade apresentada aos arquivistas gerou uma ruptura na teoria e na prática arquivística no momento em que separou seu objeto, o documento de arquivo, diferenciando-o para os *record managers* e o para os *archivists*.

No entanto, a partir dos anos 80, uma nova “corrente” surge no Canadá francês com a intenção de reintegrar a disciplina, trabalhando novamente com todo o ciclo documental, dos documentos correntes até os permanentes. É a chamada Arquivística Integrada.

A parte francesa do Canadá, diferentemente dos Estados Unidos, tem trabalhado na (re)integração da disciplina desde a década de 60, além de focar os estudos na gestão da informação orgânica e sua importância para o estabelecimento da disciplina nos séculos XX e XXI.

Esse capítulo visa a elucidar a contribuição da Escola de Québec para a constituição da Arquivística canadense e a colaboração desta na construção da Arquivística Contemporânea.

Como consequência, serão abordados, aqui, o histórico da disciplina em Québec a partir da década de 60, a contribuição da *Association des archivistes du Québec* (AAQ), o papel desempenhado pelos Arquivos Nacionais do Québec, as Leis sobre informação e arquivo, os principais autores e as principais obras publicadas nesse contexto, a Arquivística Integrada e a importância da gestão da informação orgânica, temas centrais na discussão dos trabalhos dos arquivistas e autores do Québec.

3.1 Québec e a formação da nova escola arquivística: elementos históricos

Pode-se dizer que o Québec encontra-se em uma posição privilegiada no contexto da formação da disciplina arquivística no Canadá. Ao contrário dos Estados Unidos e do Canadá Inglês, a escola de Québec evolui com base em duas realidades diferentes: a norte-americana (na qual os *records managers* ocupam uma posição central), e a europeia (na qual a tradição dos arquivos históricos é muito mais forte).

Nesse contexto, a Arquivística quebequense baseia-se nas práticas europeias fundamentadas no conceito de fundo e no princípio da proveniência, e nos métodos de gerenciamento dos documentos ativos e semi-ativos, observados pela tradição norte-americana.

Essa visão integradora é, portanto, uma das principais características da disciplina no Québec. Como demonstrou Louise Gangnon-Arguin (1992, p. 10, tradução nossa)

[...] uma das características importantes da arquivística quebequense é a presença de correntes de pensamento no próprio meio profissional, a influência que elas têm sobre o papel do arquivista e sobre o sentido mais ou menos amplo dado à palavra “arquivo”. Essas correntes de pensamento recaem sobre as abordagens francesa e americana e sobre sua integração.

No entanto, essa visão é resultado de estudos recentes, que datam do começo da década de 1960, quando surgem as primeiras preocupações com a teorização e a com a prática profissional da disciplina, consequência das grandes mudanças na vida social, política, cultural e econômica do Estado.

No começo dos anos 60, o episódio conhecido como Revolução Tranquila²⁰ (*Révolution tranquille* ou *Quiet Revolution*) mudou significativamente as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do Québec. Nas eleições para Primeiro Ministro, a *Union Nationale* perdeu para o candidato do *Parti Libéral*, Jean Lesage, marcando o início de uma reorientação do Estado Quebequense, que passou a exercer um papel maior na sociedade contemporânea, realizando importantes obras sociais, políticas e econômicas, defendendo a modernidade.

Com a Revolução Tranquila, o Estado tomou para si algumas ações e responsabilidades que, durante muito tempo, haviam sido desempenhadas por empresas e organizações privadas, aumentando assim sua participação e responsabilidade em alguns setores, como a educação, saúde e cultura.

²⁰ A Revolução Tranquila tem esse nome devido à forma pacífica e sem violência como foi conduzida.

“O impacto dessas mudanças foi sentido em todos os aspectos da vida coletiva; o campo das profissões e aquele dos saberes não escaparam” (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 16, tradução nossa). Nesse sentido, no campo dos arquivos, também se observaram profundas mudanças, resultado dessa nova forma governamental.

Conseqüentemente, em 1961 foi criado o Ministério da Cultura (*Ministère des Affaires culturelles*), que seria responsável por uma nova vida cultural no Québec, onde o Estado reconhecia seu papel nesse desenvolvimento. A criação do referido Ministério representou também uma importância muito grande no campo dos arquivos, à medida que reconheceu a responsabilidade do Estado sobre os documentos que por ele eram produzidos.

O Estado declara-se responsável pelo gerenciamento e preservação dos documentos produzidos por ele, tanto os ativos e semi-ativos como os históricos, chegando a criar um sistema de gerenciamento de documento muito confiável. Como destacou Héon (2005, p. 78, tradução nossa),

[...] o Governo criou um comitê de arquivos e começou a trabalhar com um sistema integrado de gerenciamento de documentos: um inventário de documentos, um plano de classificação, tabelas de documentos, armazenamento de documentos semi-ativos, um processo para a destruição dos documentos, a produção de cópias de segurança, e o recolhimento de documentos de valor permanente.

Até então, os documentos de origem administrativa, ativos e semi-ativos, eram mantidos juntos à *Secrétariat de la province*, cabendo aos Arquivos da Província do Québec (futuro Arquivos Nacionais do Québec) apenas os documentos históricos. Por essa razão, em 1965, o conselho legal dos governos determinou que os arquivos ativos e semi-ativos deveriam permanecer sob custódia do *Secretariat*, cabendo aos Arquivos da Província apenas os documentos históricos.

Nesse momento, há uma ruptura entre os arquivos históricos e administrativos – só reparada com a Lei dos Arquivos de 1983 –, uma vez que os arquivos históricos produzidos pelo governo passam a ser de responsabilidade do Ministério, enquanto os arquivos administrativos eram delegados à Secretaria da Província.

Ao separar a responsabilidade dos arquivos históricos do governo e a dos documentos correntes governamentais, criou-se contudo, a ambigüidade que será mantida pela Lei (...) serão necessários 30 anos para desatar o impasse com a Lei dos arquivos e para unificar a responsabilidade dos documentos governamentais. O próprio meio profissional será fortemente marcado por essa divisão de jurisdição (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 18, tradução nossa).

Ainda nesse contexto, entre os anos de 1963-64, o Ministério da Cultura começa a julgar necessária a participação de profissionais capacitados e de lugares adequados para o tratamento da documentação gerada pelo Estado. “Nesse sentido, a profissão começa a ser

reconhecida, assim como as exigências profissionais e materiais necessárias para sua ação” (GAGNON-ARGUIN, 1992, p.19, tradução nossa).

Como observado no capítulo anterior, a ruptura entre os *records managers* e os *archivists* gerou também uma separação nos movimentos associativos norte-americanos, entre as décadas de 50 e 70, quando foi criada a ARMA, em oposição às ideias e ao foco de trabalho da SAA.

No entanto, a ruptura entre os arquivos históricos e administrativos do Estado, observada na década de 60, não influencia a realidade integradora apresentada pelo movimento associativo quebequense.

Em 9 de dezembro de 1967, é criada a *Association des archivistes du Québec*²¹ (AAQ), cujo objetivo era reunir os arquivistas para discutir o momento arquivístico da época, assim como esclarecer as dúvidas e tentar criar soluções para o gerenciamento e preservação dos documentos.

Ao contrário de outros movimentos associativos que foram criados a partir de outras associações – por exemplo, a ARMA –, a AAQ é o resultado da união de arquivistas e historiadores, muitos deles pertencentes à SAA, que trabalhavam nos Arquivos Nacionais do Québec ou na Universidade de Laval (onde eram ministrados cursos de Arquivística) e que sentiam a necessidade de um movimento que refletisse a realidade arquivística do Québec, contribuindo para as questões práticas e teóricas da disciplina.

A AAQ, durante os primeiros anos de funcionamento, cumpriu muito bem seu papel, à medida que conseguia, de alguma forma, responder às necessidades de seus membros, criando periódicos científicos e boletins que informavam a situação da associação e da Arquivística no Québec. No entanto, durante 1974, a associação passou por uma “crise”, devido à presença de muitos gestores de documentos, uma vez que ela defendia a união das atividades (compreendendo todo o ciclo vital dos documentos) tidas como “distintas” pelas outras associações. Foi assim que, no mesmo ano, foram estabelecidas duas sessões dentro da associação: a sessão “gestão de documentos” e a sessão “arquivos históricos” (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p. 53, tradução nossa).

²¹ “Foi durante a conferência da *Society of American Archivists* realizada em Santa Fé que os arquivistas canadenses começaram a explorar a ideia de que seria com certeza vantajoso unir os arquivistas do Québec em uma associação. Essa foi a era da *Quiet Revolution*, quando tudo era possível. Jacques Mathieu, François Beaudin e outros, decidiram aceitar o desafio e assim nasceu a *Association des archivistes du Québec*, em dezembro de 1967” (COUTURE, 2005, p. 29, tradução nossa).

Carol Couture, em *Taking Stock: the evolution of Archival Science in Québec*²², apresenta a criação da AAQ como o primeiro grande marco para a evolução da disciplina no Québec, uma vez que a criação de uma associação, qualquer que seja, contribui decisivamente para a firmação de uma profissão, à medida que une pessoas com um objetivo comum, buscando dividir e compartilhar o conhecimento adquirido pela prática profissional.

Para Louise Gagnon-Arguin (1992, p. 125, tradução nossa) “o nascimento de uma associação profissional recai sobre um conjunto de circunstâncias resultantes de uma conjuntura favorável, ao mesmo tempo em que é a manifestação da aparição de uma consciência profissional”.

Couture (2005, p. 30, tradução nossa) afirmou que a criação da AAQ foi um sinal de que os arquivistas do Québec tinham alcançado esse estágio de consciência e que estavam prontos para oferecer um serviço essencial e único para a sociedade.

Além de trazer à luz a proposta de integração da disciplina, já na década de 70, e de fortalecer profissionalmente a Arquivística no Québec, a fundação da AAQ proporcionou aos membros trocas de experiências por meio da organização de encontros e conferências, a promoção de um estatuto profissional e o desenvolvimento da disciplina para a formação e pesquisa.

Nesse contexto, desde 1972, a AAQ realiza congressos anuais, compreendendo seus membros, arquivistas e gestores da informação, assim como alunos e qualquer pessoa interessada que não seja membro da associação. Os temas são variáveis e o lugar onde são realizados os congressos também²³.

Outra importante contribuição da Associação é a criação de um periódico científico específico para os arquivos, cujo objetivo consiste em discutir e construir um conhecimento científico teórico e prático para a área.

A criação de um periódico científico permite à disciplina se valer de um importante instrumento para sua evolução, “demonstrado a vitalidade e o dinamismo de uma associação” (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 143, tradução nossa). Nesse contexto, é publicado, em 1969, o periódico *Archives*

²² Ver COUTURE, Carol. Taking Stock: the evolution of Archival Science in Québec. *Archivaria*, n° 59, (spring), 2005.

²³ Vale ressaltar aqui que “desde 1975, ano da fundação da *Association of Canadian Archivists* a AAQ se recusa a participar de um projeto de federação canadense de arquivistas reunindo as associações provinciais. Ela quer continuar a poder recrutar membros de expressão francesa de outras províncias e conservar seu caráter fraco-fônico” (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 142, tradução própria).

[...] refletindo a emergente consciência da necessidade de se adquirir e de gerar conhecimento pertinente para a ciência arquivística no Québec assim como para disseminar e partilhar daquele conhecimento. De fato, um periódico profissional é o método preferido para falar e escutar; dizer aos outros o que fazemos e o que realizamos, e escutar o que os nossos colegas e os colegas de outras áreas têm a dizer. (COUTURE, 2005, p. 30, tradução nossa).

O periódico constitui parte importante na história de vida da disciplina no Québec, uma vez que é, no período, a primeira e única publicação arquivística periódica. Seu foco não recai somente na realidade arquivística do Québec, ainda que essa seja a maioria, mas na realidade arquivística global, trabalhando com artigos sobre a gestão de documentos correntes, bem como os documentos históricos, reforçando, assim, a concepção integradora da AAQ e da Arquivística do Québec.

Para Louise Gagnon-Arguin (1992, p.152, tradução nossa), “a história do periódico testemunha uma parte importante da evolução da profissão e da disciplina e constata que ela constitui o veículo privilegiado do discurso profissional”.

Ainda no contexto de publicações, na década de 70, a AAQ publicou o primeiro volume do boletim *La Chronique*, com intenção de manter os associados atualizados sobre as atividades da Associação e de seus membros.

Couture atribui como consequência da publicação do primeiro periódico arquivístico quebequense a edição do primeiro manual francês de Arquivística (*Manuel d'archivistique*), sob os auspícios da *Association des archivistes françaises*, em Paris, na década de 70. Nessa época, é criado também o primeiro curso²⁴ de graduação em Arquivística na Universidade de Laval, permanecendo o único em todo o Québec até 1983.

Durante esse período, um importante número de jovens graduados tornaram-se profissionais arquivistas; esses jovens profissionais queria olhar além das tarefas diárias da prática arquivística. As leituras que eles tinham e o conhecimento transmitido por seus professores os convenceram de que a ciência arquivística é mais do que uma série de tarefas repetitivas: ela é dotada de um corpo de disciplinas e gera questões que requerem definições, desenvolvimento, e disseminação para um grande público. O lançamento do *Archives* em 1969 marcou portanto a adoção de uma ferramenta científica, um componente importante no desenvolvimento da disciplina arquivística no Québec (COUTURE, 2005, p. 30, tradução nossa).

Conclui-se, portanto, que a criação de uma Associação permitiu aos arquivistas do Québec um maior desenvolvimento teórico – à medida que criou um periódico científico para estudar e discutir melhor as questões teóricas –, baseado na prática diária e na troca de experiências com outros da mesma profissão; permitiu também uma união entre os arquivistas e os gestores de documentos, reunindo em uma só profissão os trabalhos concernentes ao

²⁴ O curso estava inserido no departamento de História e oferecia um certificado de graduação em Ciência Arquivística.

ciclo vital dos documentos; promoveu a reunião dos profissionais e interessados na área por meio de Congressos; e incentivou a criação de um curso superior de graduação em Arquivologia, a partir do momento em que tornou visível e expôs a necessidade de profissionais que pudessem atender às demandas da nova vida cultural, social e econômica experimentada pelo Québec na década de 60.

Como pôde ser observado, o desenvolvimento da Arquivística no Québec está diretamente relacionado aos fatores políticos, econômicos e sociais apresentados à sociedade após a Revolução Tranquila.

Nesse sentido, a criação do Ministério da Cultura e todas as resoluções e Leis defendidas e cunhadas por ele, assim como suas políticas culturais, influenciaram sobretudo a constituição da Arquivística quebequense nas décadas seguintes a sua criação.

Em 1969, são criados os Arquivos Nacionais do Québec²⁵ – ANQ – (antigo Arquivos da Província do Québec), considerados a principal instituição arquivística quebequense, fruto da Lei que aboliu a *Loi du Secrétariat*²⁶ e modificou outras disposições legislativas.

Com a abolição dessa lei, os arquivos passam a ser responsabilidade do Ministério da Cultura, que anuncia a contratação de conservadores para os ANQ. No entanto, apesar do peso do nome, os ANQ não exerciam muitas atividades concernentes aos documentos públicos e privados ativos e semi-ativos, sendo responsáveis apenas pelos documentos históricos. Segundo Gilles Héon (2005, p. 78, tradução nossa)

[...] os ANQ eram arquivos apenas no nome. Eles não tinham direito legal para revisão dos documentos correntes criados pelos departamentos e órgãos e, portanto, para identificar os arquivos futuros do governo. Eles não podiam intervir nos arquivos das instituições públicas não-governamentais e muito menos privadas, com exceção de aceitar serem depósitos dessas instituições.

Ao conservador eram dadas, portanto, as atividades e responsabilidades do arquivista. Essas responsabilidades recaiam sobre a organização de documentos históricos, preparação de índices, catálogos e, também, de exposições. “Assim, em 1969, é confiada ao arquivista nacional a responsabilidade pelo tratamento, difusão e conservação dos arquivos de valor histórico” (GAGNON-ARGUIN, 199, p. 70, tradução nossa).

²⁵ *Les Archives Nationales du Québec.*

²⁶ A *Loi sur le Secrétaire de la Province* foi adotada pelo governo do Québec em 1886 e perdurou até 1969 tendo um grande impacto para os arquivos, à medida que instituiu a custódia dos documentos aos ministérios que os produziram. “O artigo 3 estabelece que a secretaria da província é a guardiã de todos os documentos e registros que claramente não pertencem a nenhum outro departamento. Essa provisão garantia que cada ministério fosse responsável pelos seus documentos” (HÉON, 2005, p. 76, tradução nossa).

Nesse contexto, a legislação compreendia como arquivos nacionais apenas os documentos históricos de natureza pública ou privada, assim como aqueles que foram criados nos ministérios e que não correspondiam mais à fase corrente.²⁷

Mais tarde, em 1971, o governo instituiu a regionalização dos ANQ, estendendo sua responsabilidade aos centros regionais, situados nas regiões administrativas do Québec. Cada arquivo regional era composto de um arquivista²⁸ e de profissionais técnicos, responsáveis pelo tratamento e organização da documentação mais importante para a história regional²⁹.

A regionalização dos arquivos apresentou várias vantagens. Ela permitiu, entre outras coisas, respeitar o princípio de territorialidade dos arquivos. Além do mais, ela colocou os arquivos em um contexto favorável para uma melhor compreensão de seus conteúdos ao aproximá-los de outras fontes produzidas na região, tais como os jornais, as revistas, as cartas, as fotografias, os documentos privados. A presença de um arquivista nas regiões garantiu, para alguns, uma melhor identificação dos fundos importantes para a aquisição para a região (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 72, tradução nossa).

Em 1972, a publicação de uma diretriz pelo Ministério da Cultura marcou o que Carol Couture aponta como o segundo principal momento para o desenvolvimento e solidez da Arquivística no Québec.

Durante os anos anteriores, a Biblioteca Nacional do Québec (BNQ) era responsável tanto pela conservação das obras literárias quanto pela conservação dos fundos e dos manuscritos dos autores dessas obras. Nesse contexto, no dia 9 de junho do referido ano, a ministra da cultura, Claire Kirkland-Casgrain, emite uma diretriz declarando que a partir daquela data, os fundos dos autores seriam de responsabilidade dos Arquivos Nacionais do Québec.

Essa diretriz ficou conhecida como *L'affaire des manuscrits*, e provocou uma grande discussão entre bibliotecários e arquivistas, à medida que os primeiros se sentiram ultrajados por terem sua responsabilidade reduzida apenas às publicações dos autores. Para os bibliotecários, os arquivistas não possuíam o conhecimento necessário para a conservação daqueles fundos, pois eram desprovidos do conhecimento teórico e acadêmico, sendo apenas conservadores técnicos.

²⁷ Nesse momento da história arquivística do Québec, as relações entre os documentos ativos/semi-ativos e a concepção de uma disciplina integradora parece bem distante.

²⁸ “Os Arquivos Nacionais do Québec representam um importante empregador para os arquivistas. Em 1971-1972, os ANQ contratam 16 empregados. Em 1987-1988, esse número passou para 124. Entre eles, encontra-se em 1971-1972, dez empregados profissionais e 35 em 1981-1982. Esse aumento do número de empregados prova o aumento dessa instituição nacional” (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 82, tradução nossa).

²⁹ Posteriormente, com a *Loi sur les archives* de 1983, os ANQ passam a trabalhar também com a gestão dos documentos, oficializando o caráter integrador da Arquivística do Québec.

A indignação não partiu apenas dos bibliotecários e dirigentes da BNQ. Muitos arquivistas e escritores também expressaram sua opinião contrária à diretriz em jornais e periódicos da área³⁰, uma vez que os arquivistas não recebiam o mesmo tratamento e muito menos um treinamento teórico à altura dos bibliotecários.

e graduado em biblioteconomia, escreveu um panfleto denunciando as ações do governo: "... bibliotecários e até mesmo técnicos em biblioteconomia recebem consideravelmente mais treinamento teórico do que os arquivistas...os arquivistas do Québec precisarão se organizar de maneira séria...se eles quiserem chegar no nível de competência dos bibliotecários e gerenciadores de informação (COUTURE, 2005, p. 31, tradução nossa).

A declaração de Biron e a discussão suscitada a partir da publicação da diretriz demonstram a preocupação dos arquivistas em adquirir um conhecimento mais teórico e acadêmico que pudesse justificar sua existência enquanto uma área do conhecimento. A publicação da diretriz levou os arquivistas a se perguntarem: "Quem somos? O que fazemos? Quais habilidades possuímos?" (Couture, 2005, p. 31, tradução nossa).

Essas perguntas reforçaram na área a ideia da criação de cursos de graduação que pudessem oferecer aos arquivistas e conservadores uma formação acadêmica que explicasse a essência do trabalho arquivístico.

Para Gagnon-Arguin (1992, p. 80, tradução nossa), a diretriz constituiu um momento privilegiado no qual foi expresso o discurso profissional relativo à profissão e à disciplina arquivística.

A publicação da diretriz ocasionou outra discussão nos Arquivos Nacionais do Québec no que tange aos arquivos governamentais. Durante a transferência dos fundos dos autores, iniciou-se também um debate sobre quais documentos deveriam ser de responsabilidade dos ANQ. Para a BNQ³¹, os documentos privados, de interesse público, deveriam ficar sob sua custódia, cabendo aos ANQ apenas os documentos de origem governamental.

Apesar dos vários manifestos e discussões, os arquivos privados custodiados até então pela BNQ foram finalmente transferidos para os ANQ, que passaram a ser reconhecidos pelo governo e pelo grande público como a grande instituição que realmente é, assim como seus profissionais e a especificidade de suas práticas profissionais.

O *affaire des manuscrits* possibilitou, portanto, uma maior responsabilidade aos ANQ, à medida que endereçou a eles o papel de custodiadores de documentos privados, de

³⁰ Os jornais *La Presse*, *Le Devoir*, *Le Soleil*, *Montréal-Matin* e *Montréal Star* dedicaram várias páginas e números ao assunto, à medida que publicavam as cartas de bibliotecários, arquivistas e escritores, contrários ao *affaire des manuscrits*.

³¹ A BNQ tinha seu trabalho baseado na realidade de outras bibliotecas nacionais, como dos EUA e algumas da Europa, daí seu interesse em custodiar fundos privados de autores.

interesse público; assim como um momento de reflexão dos arquivistas sobre seu papel e sua formação, favorecendo mais tarde, a implantação de cursos de Arquivística que pudessem oferecer ao profissional de arquivo uma formação acadêmica e teórica, capaz de dar conta das novas realidades apresentadas.

Ainda em 1972, foi adotada a Lei de bens culturais³², que passava para o governo a responsabilidade de proteger os elementos que constituem o patrimônio cultural do Québec, que anteriormente se limitava apenas aos monumentos históricos.

“Os bens protegidos são agora, os lugares e os bens arqueológicos, os lugares naturais, as obras de arte, os móveis, os documentos, os livros de valor que fazem igualmente parte do patrimônio cultural” (ASSEMBLÉE NATIONALE, 1972, p. 1844, apud GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 23, tradução nossa).

A lei instituiu ainda uma comissão de bens culturais, cujo papel era fazer recomendações ao ministério sobre as questões relativas aos bens culturais, e dar um aval sobre os bens que deveriam ser incorporados ao patrimônio cultural do Québec. Essa comissão era formada por 12 pessoas, e entre elas estavam alguns arquivistas.

Segundo Gagnon-Arguin (1992, p. 24, tradução nossa), a lei de bens culturais marcou uma etapa no desenvolvimento da Arquivística e dos arquivos, à medida que possibilitou aos arquivistas ocuparem um papel significativo no Ministério da cultura, além de reafirmar o papel cultural dos arquivos.

Ainda segundo a autora, a lei possibilitou um refinamento da disciplina no Québec, dado que os fundos de arquivo estavam também enquadrados no conceito de bem cultural, incentivando os arquivistas dos ANQ a apurar seus métodos de trabalho, principalmente aqueles relativos à classificação, descrição e utilização de microfilme.

[...] Eles publicam um documento explicativo sobre as vantagens da lei para os arquivos privados e sobre os diferentes procedimentos administrativos necessários ao reconhecimento de um fundo de arquivo como bem cultural (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 25, tradução nossa).

A lei que regulamentava sobre os bens culturais foi o ponto de partida para o, também segundo denominação de Carol Couture, terceiro principal momento no desenvolvimento da Arquivística no Québec: a política cultural de Jean Paul L’Allier.

Segundo Couture (2005, p. 32, tradução nossa), os arquivistas sempre se preocuparam com herança cultural. Desde 1960, avanços no desenvolvimento da cultura podem ser observados no Québec, com a criação do Ministério da Cultura.

³² *Loi sur les biens culturels*

Nesse sentido, em 1965, o ministro Pierre Laporte redigiu o primeiro livro branco (*livre blanc*) do ministério, no qual determinava a responsabilidade do governo do Québec sobre a política cultural do Estado. O livro apresentava 60 recomendações, dentre elas uma específica para os arquivos: a recomendação número 49, que sugeria a necessidade da adoção de uma lei sobre os arquivos.

No entanto, o livro nunca foi apresentado à Assembleia Nacional, devido às mudanças no governo, e essas recomendações permaneceram no anonimato até 1976, quando serviram de base para a elaboração do livro verde (*livre vert*) *Pour l'évolution de la politique culturelle*, de Jean-Paul L'Allier, ministro da cultura na época.

Em relação aos arquivos, esse livro recomenda a adoção de uma lei sobre os arquivos e propõe uma comissão da Biblioteca e dos Arquivos Nacionais. Esse livro também sofrerá as consequências de uma mudança de governo. Mesmo que tenha sido publicado, ele não pode ser aplicado depois (GAGNON-ARGUIN, 1992, p.20, tradução nossa).

Dois anos depois da publicação do livro de L'Allier, Camille Laurin, ministra do Estado para o desenvolvimento cultural, publicou o documento "*Politique québécoise du développement culturel*", no qual também defendia a adoção de uma lei sobre os arquivos e um repasse maior de fundos para os Arquivos Nacionais do Québec.

Apesar da constante preocupação com a criação de uma lei sobre os arquivos, adotada em todas as políticas culturais observadas após a Revolução Tranquila, somente na década de 80 foi promulgada uma lei sobre os arquivos. No entanto, essas discussões tiveram grande impacto, na visão de Couture (2005, p. 32, tradução nossa), na comunidade arquivística do Québec, à medida que trouxe para a discussão o papel que a Arquivística e os arquivistas deveriam desempenhar nesse momento.

Foi durante esse período de debates épicos que três correntes de pensamento da disciplina emergiram no Québec: alguns arquivistas queriam concentrar seus esforços no gerenciamento de documentos; alguns queriam concentrar sua atenção no gerenciamento de arquivos históricos; outros viram seu papel em torno do ciclo de vida dos arquivos e defenderam o que ficou conhecida como *prática arquivística integrada* (COUTURE, 2005, p. 33, tradução nossa).

Para o autor (2005, p. 33, tradução nossa), as propostas colocadas por L'Allier em seu livro desafiaram os arquivistas a definirem seu papel no gerenciamento da herança cultural do país, além de influenciar na elaboração de uma lei sobre os arquivos, e estabelecer um paradigma administrativo-cultural, que levou a Arquivística a refletir sobre sua posição profissional e disciplinar.

As promulgações da Lei de Acesso aos Documentos Públicos e Proteção de informações Pessoais³³, em 1982, e da Lei dos Arquivos³⁴, em 1983, fundamentam, para Couture (2005, p. 33, tradução nossa), o quarto momento principal na constituição da disciplina no Québec.

O novo papel do Estado na constituição da herança cultural do Québec exigia uma legislação que pudesse fazer frente à demanda dos cidadãos pelo acesso à informação produzida pelo governo.

O direito à informação era, até então, uma prática limitada às atividades governamentais. Com o crescimento da ação econômica e social do Estado e o aumento da informação devido às novas tecnologias, aumentaram também as exigências por parte dos cidadãos em acessar as informações produzidas pelos órgãos governamentais.

Em 1980, foi criada a comissão *Pare (Commission d'étude sur l'accès du citoyen à l'information gouvernementale et sur la protection des renseignements personnels)* para estudar o direito dos cidadãos ao acesso à informação produzida pelo Estado e a proteção das informações pessoais contidas nos documentos.

A comissão estudou os princípios e as principais modalidades de aplicação de uma lei de acesso aos documentos e, em 1982, apresentou à Assembleia Nacional um projeto de lei que afirma

[...] o princípio de acesso aos documentos públicos e garante a proteção das informações pessoais, identifica os organismos que são submetidos a ela e determina as medidas administrativas que permitirão o exercício desse direito: preparação de lista de classificação, procedimentos de acesso, declaração de arquivos pessoais (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 27, tradução nossa).

Durante o período, houve uma grande discussão sobre o direito à informação produzida pelas organizações públicas, contribuindo muito para um debate sobre o gerenciamento das informações, assunto que, segundo Couture (2005, p. 33, tradução nossa), havia sido pouco discutido nos últimos anos. No entanto, essas discussões – muitas delas travadas dentro da Comissão *Pare* – não levaram em conta a contribuição dos arquivistas, muito menos das AAQ e dos ANQ, ignorando-os completamente.

Apesar disso, a Lei contribuiu muito para a afirmação da Arquivística no Québec, tanto enquanto disciplina, quanto em profissão.

Com a promulgação da Lei, todos os órgãos públicos foram obrigados a abrir seus arquivos e divulgar suas informações, quando essas fossem requeridas, ao grande público.

³³ *Loi sur l'accès aux documents des organismes publics et sur la protection des renseignements personnels, L.R.Q.*

³⁴ *Loi sur les archives, L.R.Q.*

Nesse sentido, fez-se necessária a organização das informações para uma otimização nos serviços de recuperação da informação, contribuindo, assim, para uma abertura no mercado de trabalho dos órgãos públicos e para-públicos. Segundo Louise Gagnon-Arguin (1992, p. 29, tradução nossa), “vários ministérios já empregavam gestores de documentos para organizar e tratar seus documentos ativos e semi-ativos, mas a lei de acesso à informação obriga todos os ministérios e todos os órgãos públicos e para-públicos a organizar sua documentação”.

Nesse momento os arquivistas são chamados para desenvolver nos órgãos públicos e para-públicos sistemas inteiros de gestão de informação, estreitando ainda mais sua ligação com os documentos ativos e semi-ativos, possibilitando uma integração que visasse a todo o ciclo vital dos documentos.

Durante esse período a AAQ começa a oferecer aos arquivistas cursos de aperfeiçoamento em gestão de documentos; e aos gestores de documentos, cursos de Arquivística, contribuindo para a visão integrada que se instaurara no Québec a partir da publicação da Lei.

Além do desenvolvimento profissional, a contribuição também pôde ser sentida no campo disciplinar. Os arquivistas procuraram definir seu objeto de trabalho – os arquivos – identificando neles características específicas que os diferenciasses no vasto campo da ciência da informação (COUTURE, 2005, p. 34, tradução nossa). Nesse contexto, emergem os termos “informação registrada”, “informação verbal”, “informação orgânica registrada” e “informação não-orgânica registrada”, promulgados primeiramente em 1988 por Couture, Ducharme e Rousseau em *L’archivistique a-t-elle trouvé son identité?*

A lei de acesso à informação uniu a Arquivística e a gestão de documentos em uma só disciplina. Segundo Gagnon-Arguin (1992, p. 31, tradução nossa) a lei

[...] introduziu os documentos recentes no seio da arquivística. Ao obrigar os órgãos públicos e para-públicos a dar acesso aos seus documentos, ela os forçou a tratá-los e a avaliá-los. Nesse sentido, sua atenção recai sobre os documentos ativos e semi-ativos. Ela prepara também os documentos que têm valor permanente.

Os bons resultados profissionais e disciplinares obtidos com a promulgação da lei de acesso aos documentos públicos encorajou os arquivistas e a Assembleia Nacional do Québec a adotar uma lei há muito tempo esperada pelos profissionais: a Lei dos Arquivos.

Em 21 de dezembro de 1983 foi aprovado o projeto da Lei dos Arquivos cujos objetivos principais são

[...] assegurar a conservação, a atribuição de valor e a difusão dos arquivos públicos, oferecer aos serviços de arquivos privados uma ajuda tecnológica e financeira e controlar o transporte fora do Québec de documentos antigos que apresentam um interesse histórico (ASSEMBLÉE NATIONALE, 1983, p. 198, apud GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 31, tradução nossa).

A lei, ao definir os arquivos como “o conjunto dos documentos, qualquer que seja sua natureza, produzidos ou recebidos por uma pessoa ou por um organismo para as suas necessidades ou o exercício de suas atividades e conservados pelo seu valor de informação geral”, estende sua aplicabilidade aos documentos públicos e privados.

É de responsabilidade do ministro da cultura o estabelecimento das políticas de gestão e conservação dos documentos para a preservação da documentação histórica, e o gerenciamento dos documentos ativos e semi-ativos.

Aos ANQ é conferido um importante papel no gerenciamento do ciclo documental dos documentos públicos. Os órgãos públicos devem aplicar políticas de gestão de documentos ativos e semi-ativos, controlados e amparados pela legislação e pelos ANQ que, por sua vez, são responsáveis por recolher a documentação de caráter permanente. Os documentos que serão destruídos deverão ter autorização dos ANQ para a eliminação.

Cabe ainda aos ANQ regulamentar sobre os documentos privados, preservando-os e garantindo seu acesso.

Esse papel unificador e regulamentador dos ANQ³⁵, promovido pela Lei dos Arquivos, garantiu-lhe a característica de um arquivo total (*total archives*), assegurando-lhe um papel ativo no gerenciamento de documentos ativos, semi-ativos e permanentes dos setores público e privado à medida que sua missão é “orientar o gerenciamento do ciclo de vida dos documentos para garantir que os melhores documentos sejam acessados e que sua aquisição siga um cronograma pré-estabelecido para a preservação permanente” (GADOURY; NAHUET, 2005, p. 06, tradução nossa).

A Lei dos arquivos teve, portanto, um grande impacto na construção da teoria e da prática arquivística, à medida que pôde garantir um eficiente gerenciamento dos documentos em todas as suas idades, independente de sua natureza, integrando os documentos ativos e semi-ativos aos permanentes. As discussões que suscitaram antes e depois da criação da Lei

³⁵Vale ressaltar aqui que, como visto anteriormente, desde a década de 70 o Québec possui uma política de descentralização de arquivos, em que cada região possui um arquivo responsável pela sua documentação. Centros dos ANQ, arquivos privados e conselhos regionais fazem parte dos sistemas de descentralização dos arquivos do Québec.

também foram importantes, pois “contribuíram para o nível acadêmico da disciplina e fortaleceram o vigor intelectual dos arquivistas” (COUTURE, 2005, p. 35, tradução nossa).

Outra contribuição advinda da promulgação da Lei dos arquivos é a criação de cursos de formação na área de arquivo. Segundo Gagnon-Arguin (1992, p. 33, tradução nossa) a lei contribui para o “desenvolvimento de uma nova expertise e cria a possibilidade de novas pesquisas. Essa é uma das razões que incitou o desenvolvimento da formação institucional e do aumento de atividade de aperfeiçoamento”.

Desse modo, a formação profissional em Arquivística tem suas raízes na criação da Lei dos arquivos. Nessa época, cursos são criados nas Universidades e atividades de formação profissional na AAQ e nos ANQ aumentam significativamente.

Couture chega mesmo a afirmar que a promulgação da Lei de acesso aos documentos e da Lei dos arquivos originou o quinto momento mais importante na constituição da Arquivística do Québec: a criação de cursos de graduação em Arquivística nas Universidades.

De 1965 a 1970, a Universidade de Laval ofereceu os primeiros cursos de formação universitária, no entanto, vinculados ao curso de História. Entre 1983-84 mais duas universidades criaram programas de graduação em Arquivística, a Universidade de Montreal e a Universidade do Québec, em Montreal³⁶. Para Couture (2005, p. 36, tradução nossa), “essas instituições estavam cientes que a criação permanente de programas arquivísticos em nível universitário repercutiria nos perfil dos futuros arquivistas e nos desenvolvimento da disciplina”.

A criação dos cursos de graduação nas Universidades demonstra também, o crescente interesse pela formação acadêmica dos profissionais, assim como um aumento da pesquisa científica, garantindo a sustentabilidade da disciplina e sua autonomia nos campo das ciências documentais.

O sexto momento mais significativo para a evolução da Arquivística no Québec é, segundo Couture (2005, p. 37, tradução nossa), a criação do Conselho Canadense de Arquivos³⁷ (CCA) em 1985, resultado de várias iniciativas dos setores cultural e acadêmico.

A criação de um Conselho contribuiu por facilitar a troca de experiências profissionais e acadêmicas entre os arquivistas e pesquisadores do país por meio de uma rede de trabalho,

³⁶ *Université de Montréal e Université du Québec au Montréal.*

³⁷ *Canadian Council of Archives*

garantindo também uniformidade e padronização de algumas atividades específicas como a descrição documental³⁸.

O sétimo e último momento significativo para a evolução da disciplina, segundo Carol Couture (2005, p. 38, tradução nossa), foi a realização do XII Congresso Internacional de Arquivos³⁹, em Montreal, em 1992.

O Congresso discutiu a profissão arquivística na era da informação, assim como os caminhos que a disciplina e os profissionais deveriam tomar para garantir uma consistência na contemporaneidade, face à explosão documental ocasionada pela produção em massa de documentos pelas novas tecnologias de informação.

Nesse sentido, abordou-se o papel que o arquivista ocupa nesse novo contexto de produção, os instrumentos necessários a uma padronização arquivística, a formação acadêmica como resposta aos avanços tecnológicos do século XXI, e as organizações e seus sistemas de arquivo.

Couture observou que uma das principais contribuições do congresso foi a definição dos elementos centrais que formam a base da disciplina arquivística. Segundo o autor (2005, p. 38, tradução nossa), foram identificados sete elementos

[...] uma definição mais compreensiva e clara do documento como objeto de nosso estudo; a renovação da disciplina; a existência de uma disciplina e de uma profissão arquivística; o refinamento e ampliação da missão da disciplina; o reforço do princípio básico dos arquivos (respeito aos fundos); um aumento do conhecimento dos argumentos que justificam nossa disciplina; e uma estrutura mais efetiva de nossas ações.

Infere-se, portanto, que o Congresso contribuiu para que os arquivistas canadenses pudessem examinar a disciplina e a profissão, assim como os caminhos que vinham sendo traçados desde o início de sua formação no país, tomando decisões em conjunto que pudessem refletir nas teorias e práticas arquivísticas.

Os momentos históricos abordados nesse capítulo, compreendendo o começo da década de 60 até meados da década de 80, demonstram um amadurecimento da disciplina e da profissão arquivística no Québec, em um período relativamente curto.

Esses momentos históricos constituem uma disciplina renovada a partir das discussões de caráter prático-funcional, geradas em congressos e eventos da área, oferecidos por

³⁸ Durante as discussões no CCA foram criadas as regras para a descrição arquivística (*Rules for Archival Description – RAD*) cujo objetivo era padronizar as práticas relacionadas à descrição dos fundos documentais.

³⁹ *The XII International Congress on Archives*

associações profissionais, e por discussões de caráter teórico realizadas nas publicações de periódicos científicos⁴⁰ e de livros e manuais específicos⁴¹.

3.2. A Arquivística Integrada e a gestão da informação orgânica: origens, conceitos e perspectivas

Foi também a partir de publicações que se enunciou teoricamente pela primeira vez uma Arquivística Integrada, unindo a Arquivística francesa à gestão de documentos ativos e semi-ativos.

Embora baseada em duas realidades “opostas” e que, teoricamente, compreendiam duas concepções distintas, a Arquivística no Québec desenvolveu bases teórica e própria muito sólidas.

Esse desenvolvimento compreendeu três correntes de pensamento, das quais apenas a primeira será objeto de estudo desse capítulo: integrada⁴², americana⁴³ e global⁴⁴.

⁴⁰ Destaca-se aqui, mais uma vez a contribuição do periódico *Archives*, que desde a década de 60 tem contribuído para o amadurecimento teórico científico da Arquivística no Québec e no mundo. Em 1992 o periódico publicou uma reunião de catorze ensaios intitulada *L'expérience québécoise*, com 14 artigos tratando dos mais diversos assuntos dentro da arquivística quebequense, como “a história da AAQ, do ANQ, e da legislação arquivística; o treinamento arquivístico; e o estado dos arquivos em instituições governamentais, religiosas, educacionais, em municípios, hospitais, órgãos privados e sociedades históricas. Essa edição incluiu também o novo Código de Ética da AAQ” (GADOURY; NAHUET, 2005, p. 08, tradução nossa).

⁴¹ Destaca-se aqui a publicação do manual *Les archives au XX siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche* (Montréal, 1982) por Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, com a colaboração de Jacques Ducharme, Marlène Gagnon e Denise Péliasser, cujo foco era o ciclo de vida dos documentos, de sua criação até seu uso para a pesquisa; Gadoury e Nahuet (2005, p. 07) destacam ainda as seguintes obras: *Les instruments de recherche pour les archives* (1984) de Louis Cardinal, Victorin Chabot, Jacques Ducharme, Gilles Janson e Georges Lapointe; *L'archivistique. Son histoire, ses acteurs depuis 1960* (1992) de Louise Gagnon-Arguin; *La normalisation en archivistique. Un pas de plus dans l'évolution d'une discipline* (1992), antologia publicada sob a direção de Carol Couture; *Une histoire de l'archivistique* (1998) de Paul Delsalle; *Images en mouvement. Stockage. Repérage. Indexation* (1998) de James M. Turner; *Typologie des documents des organisations. De la création à la conservation* (1998) de Louise Gagnon-Arguin e Hélène Vien; Ainda nesse contexto, destaca-se a publicação de dois importantes textos que se tornaram referência na área: *Les fondements de la discipline archivistique* (1994) publicado por Jean-Yves Rousseau, Carol Couture, com a contribuição de outros autores, que examina os aspectos teóricos da profissão; e o livro *Les fonctions de l'archivistique contemporaine* (1999) escrito por Carol Couture com a contribuição de outros autores, cujo objetivo é descrever as funções arquivísticas.

⁴² Desenvolvida na Universidade de Montréal.

⁴³ Essa corrente é inspirada na tradição norte-americana e propõe a distinção entre os documentos ativos /semi-ativos dos documentos históricos, distinguindo, portanto, as profissões de gestores de documentos e arquivistas.

⁴⁴ Desenvolvida na Universidade do Québec em Montréal, essa corrente baseia-se em um modelo de análise sistêmica, desenvolvido por Michel Roberge, que “apresenta a gestão de documentos administrativos e de arquivos”(GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 100, tradução nossa). Nessa corrente, o gestor de documentos irá trabalhar tanto com os documentos ativos e semi-ativos como com os documentos de valor permanente.

Na década de 70, Jacques Mathieu, diretor dos ANQ na época, declarou no *Annuaire du Québec 1970* ser necessário um reconhecimento do papel dos arquivos que fosse além do cultural. Segundo ele, era necessário reconhecer, também, seu valor administrativo para as instituições.

A declaração de Mathieu ganhou, durante os anos seguintes, um reforço a partir da publicação de artigos e livros que englobavam todas as tarefas arquivísticas e todos os documentos de arquivo (ativos, semi-ativos e históricos) como pertencentes a uma só disciplina.

Segundo Gagnon-Arguin (1992, p. 98, tradução nossa) o texto *Vers une nouvelle conception de l'archivistique* de Bissonnette, Doyle-Frenière e Frenière, de 1974, foi o primeiro a apontar a mutação que a Arquivística estava sofrendo, destacando a gestão de documentos como a grande impulsionadora para essa nova visão integrada. Seis anos mais tarde, Ducharme e Rousseau publicam *L'interdépendence des archives et de la gestion des documents: une approche globale de l'archivistique*, apresentando a interdependência dos arquivos históricos e da gestão de documentos.

Ainda segundo a autora, esses artigos constituem o fundamento da abordagem integrada dos arquivos, disseminada mais tarde, em 1982, por Couture e Rousseau, com a publicação de *Les archives aux XXe siècle*, abordando os arquivos como essenciais à administração e à história e cultura, e definindo a Arquivística como

[...] a disciplina que engloba os princípios e as técnicas que regem a criação, o tratamento, a conservação e a utilização dos arquivos. A definição desses últimos: o conjunto de documentos criados ou recebidos por uma pessoa física ou moral, pública ou privada, no exercício de suas atividades (COUTURE; ROUSSEAU, 1982, p. 281, tradução nossa).

A Lei dos arquivos tem uma influência direta na constituição da abordagem integrada, à medida que confiou aos ANQ a tarefa de gerir os documentos produzidos pela administração do Estado, entendendo os arquivos como “o conjunto dos documentos, qualquer que seja a sua data ou natureza, produzidos ou recebidos por uma pessoa ou organismo para as suas necessidades ou o exercício das suas atividades e conservados pelo seu valor de informação geral” (GOUVERNEMENT DU CANADA, 2007, p. 01, tradução nossa).

Nesse sentido, a máxima da abordagem integrada é justamente a definição de arquivo pela Lei, que não especifica a idade dos documentos, subentendendo-se que qualquer documento contendo as características expostas na lei supracitada, possa ser objeto da Arquivística, independente da idade.

Essa nova realidade apresentada primeiramente pelos ANQ colocou em discussão a disciplina arquivística, pois, à medida que propõe uma integração dos arquivos públicos e privados administrativos e históricos, propõe também uma integração entre os arquivistas e gestores da informação, colocando em questão a natureza dessas duas profissões e de seus profissionais.

A integração entre as duas profissões é justamente fruto da necessidade colocada diante os ANQ em trabalhar com arquivos de naturezas “supostamente” diversas, implicando aí na necessidade de uma ampliação da disciplina. Como destacam Couture, Ducharme e Rousseau (1988, p. 53, tradução nossa)

[...] assiste-se hoje no Québec, a um crescimento gradual do consenso quanto à necessidade funcional e até mesmo estratégica de unir em uma só profissão os profissionais do *record management* e aqueles da arquivística tradicional, em torno de noções, princípios e métodos comuns [...].

Nesse sentido, a nova Arquivística proposta por Couture, Rousseau, Ducharme, Mathieu, Frenière, Gagnon-Arguin, entre outros, contribui relevantemente para as organizações, já que é capaz de lidar com os problemas de gestão da informação.

A Arquivística e o arquivista não são mais vistos como simples guardiões da memória histórica e institucional. Eles participam, agora, do momento de criação dos documentos ativos e semi-ativos, garantindo também uma racionalização da informação e de seus processos. A contribuição dos arquivistas para a gestão da informação, e a união das profissões em um só profissional “constituem a base da identidade moderna da disciplina” (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p. 53, tradução nossa).

Nesse contexto, a informação começa a ter um papel mais ativo na disciplina, pois é um elemento fundamental para o funcionamento e desenvolvimento de qualquer organização e, por essa razão, deve ser gerida de forma eficaz. Emergem, portanto, os termos “informação orgânica” e “informação não-orgânica”.

A informação orgânica é definida como aquela que é produzida e/ou recebida no âmbito de uma atividade. A produção de uma ou mais informações orgânicas darão origem aos arquivos da instituição. Já as informações não-orgânicas são aquelas contidas em documentos bibliográficos, como as publicações e os materiais de referências, por exemplo. Observa-se, portanto, que os conceitos de documento de arquivo e documento bibliográfico dão lugar, respectivamente, à informação orgânica e informação não-orgânica, na concepção da Arquivística Integrada.

Além disso, a informação orgânica pode ter um *valor primário* e um *valor secundário*, correspondendo aos valores dos documentos de arquivo colocados primeiramente por Schellenberg.

A gestão de documentos também dará lugar à gestão da informação orgânica, que desempenhará um papel decisivo, no que tange à organização e disseminação das informações e à rapidez nos processos de tomada de decisão no interior das organizações.

Para que as organizações possam usufruir de um sistema de gestão que ofereça uma solução para os problemas gerados pela produção e acúmulo desordenado de informações, Couture, Ducharme e Rousseau (1988) criaram um programa⁴⁵ em três fases, por meio do qual a Arquivística pode demonstrar sua grande contribuição no campo da gestão integrada da informação orgânica.

A primeira fase corresponde à produção, difusão e acesso à informação orgânica, onde a informação é concebida de maneira estruturada e inteligível. É registrada em um suporte adequado, sendo posteriormente inserida no canal de difusão apropriado, a fim de ser facilmente acessível e de permitir uma comunicação máxima que tenha em conta tudo quanto do ponto de vista legal, cultural e tecnológico [...] A segunda fase componente do programa diz respeito à classificação e à recuperação da informação [...] a terceira e última fase componente do programa centra-se na proteção e na conservação da informação. A informação bem protegida e conservada segundo normas técnicas e materiais precisas pode ser facilmente comunicada (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 68).

É justamente por meio da implantação de um programa que englobe a produção, a difusão e acesso, a classificação, a recuperação e a preservação da informação que a Arquivística poderá exercer seu papel no seio da gestão da informação, apresentando seu novo papel, integrando todas as fases do ciclo vital dos documentos, assegurando uma unidade e continuidade no trabalho arquivístico. Nesse sentido, a Arquivística Integrada possui três objetivos:

- garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo, permitindo, assim, uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário;
- permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos;
- integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70).

⁴⁵ Não vamos nos ater aqui ao programa, uma vez que seu quadro e sua explicação podem ser observados em COUTURE Carol., DUCHARME Jacques., ROUSSEAU Jean-Yves. *L'archivistique a-t-elle trouvé son identité?* Argus, vol. 17, nº 2, 1988, p.51-60; ROUSSEAU, Jacques; COUTURE Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa:Dom Quixote, 1998.

Uma disciplina que quer ser reconhecida socialmente deve se esforçar ao máximo para construir um conjunto de conceitos, teorias e práticas globais, ao invés de fragmentá-los em duas disciplinas ‘opostas’, como ocorrera até então com a Arquivística tradicional e a gestão de documentos. A proposta dos teóricos do Québec é um ponto de partida para uma consolidação da Arquivística enquanto uma disciplina integrada e autônoma, capaz de oferecer as soluções para os problemas colocados às organizações na era da informação, no que tange à produção e organização de informações orgânicas registradas.

Para tanto, é necessário primeiramente que a Arquivística estruture e delimite suas atividades e seu campo de estudo (ou seja, se ela irá trabalhar somente com os documentos ativos e sem-ativos, com uma face unicamente administrativa; ou com os documentos históricos em uma visão mais tradicional; ou, ainda, se ela irá se ocupar dos documentos de valor primário e secundário, em uma face mais integrada); que ela se desassocie da condição então apresentada de disciplina auxiliar da História e da Administração, demonstrando que não existe um laço de dependência, e sim de cooperação entre elas; assumindo um papel autônomo; e que possa fazer alianças em pé de igualdade com outras disciplinas, demonstrando seu papel “cooperativo” e não, “dependente”.

A cooperação entre a Arquivística e a História deve ser a mesma entre a Arquivística e a Biblioteconomia, a Ciência da Informação, a Informática, a Diplomática, a Paleografia, a Administração, reforçando sua autonomia, porém não descartando seu caráter interdisciplinar. A História não deve exercer um papel dominante sobre a Arquivística.

A Arquivística deve em primeiro lugar libertar-se da tutela dessa disciplina mais conhecida e melhor organizada que é a história. É indispensável analisar esse laço de dependência instituído pela tradição entre a história e a arquivística, de modo a poder cortá-lo para que a arquivística possa depois adquirir a sua autonomia (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70).

A visão de uma disciplina integradora, autônoma e interdisciplinar nos é dada a partir de reflexões sobre a prática arquivística. Como se observou no capítulo anterior, a disciplina desenvolveu sua teoria, seus princípios e conceitos a partir de questões de ordem pragmática. Portanto, é importante que as bases da formação e da pesquisa em Arquivística sejam reforçadas, convidando os alunos e pesquisadores a refletir sobre os caminhos que têm levado à disciplina a (re)descobrir novos campos de atuação.

Nesse sentido, os promulgadores da abordagem integrada defendem os programas de formação em Arquivística como fundamentais para a constituição da disciplina, pois oferecem um momento de reflexão sobre as práticas, contribuindo para o surgimento de novas ideias e abordagens. “Todos os esforços de formação vividos em um contexto de pesquisa, provocam

uma reflexão sobre a disciplina, uma avaliação e um confronto dos princípios e conceitos que a sustentam, assim como uma teorização e normalização de suas práticas” (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p. 58, tradução nossa).

Esses esforços observados no contexto da pesquisa em Arquivística estão refletidos também no contexto prático e profissional da disciplina, uma vez que esses últimos serão os reflexos da aplicação da teoria desenvolvida nos programas de formação. Na realidade, a aplicação da teoria e a observância da prática constituem um ciclo, pois a teoria é criada a partir da prática, sendo essa última um resultado da primeira.

Constata-se que a pesquisa e a formação em Arquivística irão contribuir também para sua visibilidade profissional nas organizações e, conseqüentemente, na sociedade.

A inovação, a interrogação e a definição do corpus teórico essencial à existência da disciplina arquivística passam necessariamente pela formação e investigação. Sem o contributo de uma e de outra, a arquivística arrisca-se a permanecer uma prática repetitiva de métodos que relevam da técnica (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 255).

Carol Couture e Jacques Ducharme, autores da abordagem integrada, dedicaram-se exaustivamente ao estudo da pesquisa na Arquivística⁴⁶ observando como os teóricos a identificam, qual sua importância para o desenvolvimento da disciplina, quais os elementos mais pesquisados na área, e sua relação com a prática.

Como resultado, observou-se que a pesquisa em Arquivística tem sido timidamente abordada nos últimos dez anos (não mais de 40 artigos foram publicados em língua inglesa e francesa) por poucos teóricos que, embora reconheçam o essencial papel da pesquisa no desenvolvimento da disciplina, não foram capazes de caracterizá-la.

Na intenção de fazê-lo, Couture e Ducharme, ao estudar os poucos teóricos que tratavam do assunto, como César Gutiérrez Muñoz, Barbara Craig, Mary Sue Stephenson, David Gracy, Louise Gagnon-Arguin, entre outros, estabeleceram uma tipologia de pesquisa em Arquivística que engloba os seguintes campos: **(1)** O objeto e objetivo da Arquivística (engloba os estudos relacionados ao objeto: informação/documento ativo e semi-ativo/documento histórico, e a pesquisa dentro dos arquivos); **(2)** Arquivos e Sociedade (estuda a Arquivística enquanto uma disciplina e uma profissão, e o lugar que ocupa o arquivista na sociedade); **(3)** A história dos arquivos e da Arquivística (a história das instituições e a evolução dos princípios e conceitos basilares da área); **(4)** Funções Arquivísticas (as funções mais reconhecidas na disciplina, como criação de documentos, avaliação, aquisição, arranjo,

⁴⁶ Ver COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel. Research in archival science: a status report. *Archivaria*, n° 59 (spring), 2005, p. 41-67.

descrição, preservação e acesso); (5) Gerenciamento de Programas arquivísticos e de serviços (analisa as questões relativas à teoria e prática organizacional, programas de planejamento e avaliação, instalações); (6) Tecnologia (ciência da computação aplicada aos arquivos e os sistemas de informação); (7) Tipos de mídia e arquivos: documentos eletrônicos; (8) Ambientes arquivísticos; e (9) Assuntos específicos relacionados aos arquivos (inclui os estudos em campos como a ética, acesso à informação, privacidade).

Os autores atentam ainda, para uma rede de difusão da pesquisa, pois, sem ela, seria impossível uma comunicação efetiva entre os pesquisadores, e sobre o que está sendo pesquisado na área. “Parafraçando Robert Garon, sem uma rede para difusão, a pesquisa não pode atingir seu objetivo principal: fazer avançar o conhecimento e a disciplina da qual emana” (COUTURE; DUCHARME, 2005, p. 59, tradução nossa).

Uma rede de comunicação e difusão pode ser um periódico científico, monografias, relatórios, comunicações em congressos, publicações em anais, etc. Ainda segundo os autores, na América do Norte em específico, os periódicos que funcionam como uma rede de difusão de pesquisa são: *Archivaria* (periódico da Associação dos Arquivistas Canadenses), *Archival Science* (periódico da Associação dos Arquivistas Americanos), *Provenance* (periódico da Associação dos Arquivistas da Geórgia), *Janus* (boletim do Conselho Internacional de Arquivos) e *Archives* (periódico da Associação dos Arquivistas do Québec).

Os esforços realizados pelos arquivistas e autores do Québec, ao analisar a importância e o *status* da pesquisa em Arquivística na América da Norte, demonstram um interesse específico em desenvolver teoricamente uma disciplina que durante anos teve a teoria precedida pela prática. Esses autores, em especial Carol Couture, Louise Gagnon-Arguin, Jean-Yves Rousseau e Daniel Ducharme, têm colaborado de maneira decisiva para o desenvolvimento da disciplina no Québec, divulgando a Arquivística canadense (francesa) e seus resultados em todo mundo, por meio de publicações, defendendo uma visão integradora da disciplina, em que a informação orgânica interpreta o papel principal, influenciando, assim, toda a prática e a teoria da Arquivística Contemporânea.

A Arquivística Integrada é, portanto, a abordagem capaz de sustentar uma Arquivística Internacional (LOPES, 1997, p. 45, tradução nossa), pois engloba conceitos e metodologias de realidades distintas, uma característica comum entre as disciplinas da ciência contemporânea.

CAPÍTULO 04

A ARQUIVÍSTICA PÓS-MODERNA: o papel da Escola Canadense Inglesa

“Process rather than product, becoming rather than being, dynamic rather than static, context rather than text, reflecting time and place rather than universal absolutes- these have become the postmodern watchwords for analyzing and understanding science, society, organizations, and business activity, among others. They should likewise become watchwords for archival science in the new century, and thus the foundation for a new conceptual paradigm for the profession”.

Terry Cook

Assim como o Québec, a parte inglesa do Canadá tem respondido muito bem às necessidades colocadas aos arquivistas no século XXI, transformando o solo canadense em terra fértil para as discussões que circundam a Arquivística na contemporaneidade.

As novas tecnologias de informação, os meios de comunicação e as novas formas de produção documental conduziram a área a um repensar de seus conceitos e princípios arquivísticos, assim como do papel do arquivista na sociedade da informação.

O objeto da Arquivística, antes entendido como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade ou pessoa no decorrer de uma atividade, passa a ser compreendido como o conjunto de *informações* orgânicas, registradas em meios virtuais e dinâmicos.

O momento é, portanto, de revolução científica. Segundo o arquivista Theo Thomassen, (1999, p. 07, tradução nossa) o desenvolvimento das tecnologias de informação e da comunicação está conduzindo a uma mudança de paradigma⁴⁷ na Arquivologia. Ele afirma que

[...] em nosso caso, o assombroso desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu origem a novas ideias, as quais, num certo ponto, não podem ser integradas às tradições arquivísticas existentes [...]. No início dos anos 1980, ficou claro que os computadores afetariam tremendamente o mundo arquivístico, mas a maioria dos arquivistas ainda considerava o computador como uma simples ferramenta técnica.

⁴⁷ “Na teoria de Khun, uma paradigma ‘é aquilo que os membros de uma comunidade partilham, e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham de um paradigma’. Aquilo que é capaz de provocar um estremeamento na estrutura de um paradigma é uma *anomalia*, ‘um fenômeno para o qual o paradigma não preparou o investigador’. A partir daí emerge um novo paradigma, que é mais do que a rearticulação do paradigma “deposto”, pois um novo paradigma significa ‘uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos dos seus métodos e aplicações’. Essa passagem de um paradigma para outro é o que Khun chama de ‘revolução científica’” (FONSECA, 2005, p. 57).

Nesse novo cenário de reformulação e reinterpretação, e de mudança paradigmática, relativamente às perspectivas de organização do conhecimento arquivístico, uma nova corrente emergiu no Canadá Inglês: a Arquivística Funcional ou Pós-moderna, cujo objetivo é defender e repensar os princípios, conceitos e métodos basilares da disciplina, para que essa possa adaptar-se e sobreviver na contemporaneidade.

Aborda-se nesse capítulo, a contribuição da Escola Canadense Inglesa e, conseqüentemente, da Arquivística Funcional para a constituição da Arquivística Canadense. Analisar-se-á, também, a influência dessa escola na construção de uma disciplina contemporânea.

Para tanto, são discutidos aqui, alguns fatores históricos essenciais à formação da disciplina na parte inglesa do Canadá, como a redescoberta da proveniência pelos arquivistas canadenses no final da década de 1980 e a discussão sobre o papel dos fundos arquivísticos, os teóricos defensores da abordagem pós-moderna, e a constituição dos conceitos de Arquivos Totais e Macroavaliação – tópicos constantemente discutidos pelos teóricos canadenses ingleses e que têm contribuído sobremaneira para a contínua afirmação da disciplina no século XXI.

4.1 A busca por uma identidade nacional: a herança documental canadense

Desde os primeiros anos da Confederação (início do século XIX), o Canadá demonstrou forte preocupação com a história do país e, conseqüentemente, com a herança documental canadense, produzida muitas vezes fora de sua esfera geográfica.

Havia, nessa época, a necessidade de estabelecer uma identidade canadense, um senso de nacionalismo e patriotismo, que poderiam ser alcançados por meio da preservação e estudo da história local.

Muitas sociedades convivendo em uma só. Descendentes de nativos, franceses e ingleses procuravam, com o estabelecimento de uma história local, distinguir-se de suas origens exteriores, na tentativa de criar uma memória coletiva própria.

Nesse contexto, o Arquivo Nacional do Canadá foi criado após cinco anos da instituição do país como Confederação, conforme destacou Heather MacNeil (1994, p. 134, tradução nossa).

Ao contrário dos Estados Unidos, o Canadá, desde os primeiros dias da Confederação, instituiu uma tradição de envolvimento direto do governo no cuidado e administração de suas fontes históricas e culturais. O envolvimento do setor público nas esferas cultural e social do país estava profundamente inserido na consciência do Canadá.

Essa busca por uma identidade própria, baseada no estudo dos documentos de arquivo como fontes históricas que fomentam a criação de uma memória coletiva, levou à emergência do conceito de Arquivos Totais (*Total Archives*), discutido exaustivamente há mais de 150 anos na literatura canadense.

A autora Laura Millar, em *Discharging our Debt: the evolution of the Total Archives concept in English Canada*⁴⁸, fornece um histórico detalhado do surgimento do termo no Canadá inglês, desde o começo de 1800, dividindo sua evolução em três períodos distintos.

O primeiro período compreende 1800-1900, um século no qual a principal orientação era colecionar o maior número possível de documentos pertencentes aos órgãos do governo ou a outras fontes relativas à origem histórica do país. Nesse contexto, em 1824, documentos eram importados e copiados de outros órgãos que não os canadenses, mas que mantinham alguma relação com a história do país. Arquivistas viajam para Inglaterra, França e Estados Unidos e copiavam os documentos, colecionando-os nos arquivos do Canadá, não sendo importante sua autenticidade diplomática ou sua proveniência.

Os primeiros arquivistas Canadenses copiaram, à mão, milhares e milhares de documentos dos órgãos coloniais britânicos e franceses, arquivos de missionários, documentos sobre o comércio de pele, e qualquer outra coisa relevante para a experiência canadense (MILLAR, 1998, p. 108, tradução nossa).

Devido a essa política de “recolhimento e cópia” de materiais diversos de fontes variadas, o volume nos fundos dos arquivos canadenses aumentou significativamente sem a observância de alguns critérios fundamentais. Documentos não-oficiais eram colocados no mesmo patamar que os oficiais, e o contexto no qual eram criados – tão defendido na Arquivística – não fazia a menor diferença, pois o que realmente importava era a informação, independente da fonte.

Na década de 1870, o arquivista entendia o conceito de gerenciamento arquivístico como o “estudo e amor à história e a coleção de provas por meio das quais seriam escritas as grandes histórias do Canadá” (MILLAR, 1998, p. 109, tradução nossa), e seu papel era proteger os documentos dos órgãos departamentais e adquirir materiais históricos.

⁴⁸ Ver MILLAR, Laura. *Discharging our debt: the evolution of the Total Archives concept in English Canada*. *Archivaria*, nº 46, (spring), 1998, p. 103-146.

Nesse período, fica muito clara a importância dada aos materiais históricos como fontes arquivísticas, que de alguma forma poderiam remeter à construção de uma memória coletiva ou influenciar a história canadense após o estabelecimento da Confederação.

Em 1912, foi estabelecido o *Public Archives Act*, que oferecia uma definição de arquivo, muito diferente daquelas propostas por Ingleses e Franceses, enfatizando o significado histórico, em detrimento do institucional. No ato, estava claro que era papel dos Arquivos Públicos o cuidado e gerenciamento de todo tipo de registro público, documentos ou qualquer outro material histórico de qualquer natureza ou tipo. O ato ainda deu aos arquivistas o poder de adquirir qualquer documento fora da esfera governamental, incluindo aí os documentos privados, cuja responsabilidade passava a ser do governo, uma vez que era instituída sua importância para a formação da história nacional.

O papel dos Arquivos Públicos do Canadá como custodiadores da herança documental pública e privada está intimamente ligado à não-tradição do papel de benfeitores privados na constituição da memória do país. Ao contrário dos Estados Unidos, que possuíam benfeitores nas artes e cultura, como Rockefeller e Carnegie, o Canadá contava com poucas iniciativas privadas e, por essa razão, o Estado teve que desempenhar um papel de liderança no estabelecimento da herança cultural do país.

Nasceu assim a fundação para uma visão arquivística canadense distinta, uma visão que compreendia a aquisição de cópias e originais de documentos públicos e privados como uma função arquivística legítima e principal para os Arquivos Públicos, como era chamado. O conceito de arquivos totais, que ainda não havia sido articulado por nome, encontrou suas origens nessa crença do papel central do governo na preservação de documentos históricos de todas as fontes. O núcleo dos arquivos totais encontra-se nessa aceitação da responsabilidade pública para a sociedade e o cidadão (MILLAR, 1998, p. 111, tradução nossa).

O segundo período do desenvolvimento dos Arquivos Totais compreendeu 1900-1970, e marcou um grande período na evolução da disciplina no Canadá, devido à explosão documental do pós-guerra, às mudanças tecnológicas, culturais e burocráticas, e à emergência do conceito de *records management*. Durante esse período, o senso de fortalecimento da identidade nacional ainda era muito presente, mas havia também uma necessidade, até então desconhecida, de gerenciar a grande massa documental originada nesse novo contexto.

A explosão documental levou os arquivistas canadenses a repensar o papel dos arquivos correntes criados pelos órgãos governamentais. Até então, uma maior importância era dada aos documentos de valor histórico. Em 1936 ficou claro que era necessário destruir os documentos modernos que não possuíam valor secundário, caso contrário, seria impossível

manter e custodiar os documentos que realmente importavam para a história nacional, devido ao alto custo para armazená-los.

Esse período compreendeu uma mudança no pensamento arquivístico canadense, deslocando os estudos para a necessidade de gerenciar os documentos correntes, necessidade essa ligada ao fortalecimento do Canadá após a guerra⁴⁹.

Nesse contexto, em 1949, o governo estabeleceu a *Royal Commission on National Development in the Arts, Letters and Sciences* – Comissão Massey-Lévesque⁵⁰ - que representava o interesse do governo em assumir um papel de destaque na promoção de um nacionalismo com base nas artes e na cultura canadense. Uma das áreas estudadas pela Comissão foi o Arquivo Público, visto como um importante lugar no desenvolvimento cultural da sociedade.

A comissão Massey-Lévesque entendia os Arquivos Públicos como instituições importantes para um gerenciamento de documentos que englobasse todo o ciclo vital, além do importante papel em promover a identidade nacional por meio dos documentos históricos, públicos ou privados. “O arquivista deveria ser gestor e custodiador dos documentos” (MILLAR, 1998, p. 115, tradução nossa).

A Comissão reconheceu, também, a importância do estabelecimento de repositórios regionais e provinciais de arquivos, há muito tempo reclamado pelos historiadores e pesquisadores. Nesse período houve um aumento desses repositórios, responsáveis pela documentação gerada em seu território e que mantinham uma relação cooperativa com as instituições de nível nacional.

Nessa época, os documentos privados continuavam a ser tão importantes quanto os documentos de origem pública, e era dever das instituições arquivísticas regionais, municipais, provinciais e nacionais zelar pelos registros de qualquer natureza, mídia ou proveniência, desde que eles possuíssem um valor significativo para a história do país.

⁴⁹ O Canadá lutou na 2ª GM independente da Inglaterra, e suas conquistas e fracassos serviram para unir, como nunca, os Canadenses da parte inglesa. Segundo Millar (1998, p. 114, tradução nossa) os canadenses da parte inglesa procuraram construir uma identidade nacional emergente, distanciando-se dos britânicos e dos norte-americanos. Para tanto, o reconhecimento do papel das artes e da cultura era fundamental para a constituição dessa identidade.

⁵⁰ A Comissão Massey-Lévesque foi a maior investigação realizada no Canadá. Ela examinou a supremacia cultural dos Estados Unidos e de outras nações sobre o Canadá, e seu relatório final, submetido em 1º de junho de 1951 continha recomendações que englobavam todos os aspectos da educação, cultura e mídia, afirmando a ameaça que o Canadá estava sofrendo por parte dos Estados Unidos. Nesse sentido, a Comissão recomendou a fundação de instituições nacionais de cultura, como a Biblioteca Nacional do Canadá.

Em 1972, foi cunhado o termo *Total Archives* – articulado primeiramente em um relatório da *Comission of Canadian Studies (Symons Comission⁵¹)* – para designar os repositórios arquivísticos públicos que tinham a “responsabilidade de gerenciar documentos públicos por meio de seu ciclo de vida para objetivos administrativos e de pesquisa, e adquirir e preservar documentos privados de valor histórico” (MILLAR, 1998, p. 117, tradução nossa).

No entanto, a concepção de Arquivos Totais não era um consenso na área arquivística. Alguns autores, como Terry Cook, defendiam um sistema de arquivos que pudesse dar valor e englobar os documentos provenientes de outras fontes, não apenas aqueles gerados na administração pública. Segundo o autor (1979, p. 141, tradução nossa) “os arquivos deveriam adquirir coleções que refletem o complexo da sociedade; os arquivos não devem coletar apenas os documentos dos ricos, poderosos e famosos, mas também dos encanadores, assim como dos políticos”.

Outro fator que causou discórdia entre os autores da área, com relação ao conceito de Arquivos Totais, foi o fato de que eles eram responsáveis por documentos de várias mídias, e sua organização geralmente não seguia o princípio da ordem original, pois os documentos de outras mídias, que não o papel, eram separados e armazenados em repositórios especiais, em lugares diversos, destruindo, assim, a ordem original de produção desses registros.

Ao contrário do Québec, os arquivistas canadenses da parte inglesa, não estavam totalmente de acordo com a concepção que englobasse todas as fases do ciclo vital dos documentos. Muitos defendiam o arquivo como fonte de pesquisa, exclusivo aos documentos permanentes, outros defendiam o papel do arquivista como gestores de documentos. Nesse último caso, no entanto, o foco também recaía sobre a preservação da memória nacional.

Embora a pauta dos arquivos totais fosse administrativa e histórico-cultural, essa última dominou a prática arquivística durante a primeira metade do século XX e mais além. A pauta administrativa dos arquivos totais foi realizada lentamente e com muita dificuldade (...) (MACNEIL, 1994, p. 137, tradução nossa).

Ainda na década de 70, o país reconheceu sua característica multicultural e as fronteiras da identidade nacional foram reduzidas ao nível de comunidades, ocasionando, conseqüentemente, um aumento na descentralização dos repositórios arquivísticos. Dessa forma, o conceito de Arquivos Totais, passa a não ser mais suficiente para englobar os diversos repositórios que foram criados após a década de 70, pois havia uma necessidade das

⁵¹ A comissão Symons foi a primeira a avaliar o papel das Universidades na sociedade canadense e, assim como a Comissão Massey-Lévesque, procurava estabelecer uma identidade canadense própria, longe das influências dos Estados Unidos.

comunidades em defender os registros criados em um contexto específico e que, de alguma forma, refletia a realidade daquela região.

Em 1975 foi criada a *Association of Canadian Archivists*⁵²(ACA), um espaço no qual poder discutir-se o desenvolvimento da disciplina no país, com objetivo de promover a difusão do conhecimento arquivístico na parte Inglesa do Canadá. A fundação de uma Associação favoreceu a troca de experiências entre os arquivistas e a profissionalização da Arquivística no Canadá Inglês, à medida que fomentou programas de desenvolvimento para os profissionais da área e contribuiu para um melhor entendimento entre os membros sobre a importância da criação de um sistema de arquivos no país.

Nesse contexto, em 1978, foi criado o *Consultative Group on Canadian Archives*, cujo objetivo era examinar as atividades arquivísticas que estavam sendo desenvolvidas no Canadá.

O grupo enfatizou o valor dos documentos de arquivo para suas comunidades, declarando que ‘o lugar que os documentos locais ocupavam nas identidades locais, no orgulho e na preocupação com a herança está sugerido pela emoção com a qual algumas comunidades defendem seus documentos, embora possam estar armazenados de forma pobre’. O grupo sentia que os repositórios públicos devem ficar com as “responsabilidades maiores” para garantir a preservação dos documentos privados negligenciados. Mas a formação de arquivos locais era tão necessária e inevitável quanto. As pessoas gostariam de ter acesso à sua história; eles prefeririam acessar os documentos públicos e privados locais, ao invés de ter que viajar para centros metropolitanos distantes (MILLAR, 1998, p. 123, tradução nossa).

O grupo visionou, ainda, um sistema de arquivos do Canadá, que pudesse englobar todos os tipos de instalações arquivísticas, públicas ou não, que iriam de universidades a instituições privadas e religiosas. Nesse sistema, empresas particulares, como petrolíferas e bancos, igrejas e universidades, trabalhariam juntos para desenvolver padrões e programas de serviços arquivísticos para todos os repositórios. Aos grandes repositórios públicos caberia a função de assistir os repositórios menores.

Em 1985, Fundou-se o Conselho Canadense de Arquivos (CCA) que tinha como objetivo financiar e desenvolver projetos para suprimir as necessidades dos arquivos provinciais e municipais.

Segundo Millar (1998, p. 124, tradução nossa), ao final desse segundo período no desenvolvimento da Arquivística Canadense, há uma mudança do conceito de Arquivos Totais para um Sistema de Arquivos. A população e a comunidade arquivística clamavam por uma maior participação local, regional e privada na preservação de seus documentos e a

⁵² A missão atual da ACA “é promover a liderança da profissão arquivística e facilitar um entendimento e apreço da herança documental do Canadá” (ASSOCIATION OF CANADIAN ARCHIVISTS, 2009).

necessidade de fortalecimento da identidade do Canadá Inglês era dada agora a partir do fortalecimento dos registros locais, da memória construída regionalmente.

A terceira fase do desenvolvimento do conceito de Arquivos Totais e, conseqüentemente, da Arquivística no Canadá Inglês, inicia-se após a década 1980. Para Laura Millar (1998, 125, tradução nossa) são quatro os fatores que influenciaram a mudança da disciplina: (1) *redução do financiamento do governo*, que diminuiu drasticamente os fundos direcionados ao CCA, forçando-o a eliminar alguns programas, e a contar com fundos de natureza privada; (2) *aumento das tecnologias de informação*, pois os arquivistas precisaram aprender sobre os documentos gerados eletronicamente e distinguir informação de documento, fazendo com que as instituições de arquivo focassem na criação dos registros, favorecendo, assim, os programas de gerenciamento de documentos; (3) *fortalecimento das políticas públicas*, com uma maior preocupação do governo e das instituições de arquivo em dar acesso às informações contidas em documentos públicos após a lei de acesso e proteção da privacidade, e conseqüentemente, em gerenciar efetivamente as informações geradas pelos órgãos; e (4) a *descentralização da identidade*, enunciada já na década de 70, leva os canadenses a uma separação em comunidades que irão criar grupos ou associações, museus, bibliotecas e arquivos regionais, dando maior importância à história oral, ao folclore e aos arquivos pessoais que compõem a história da região.

A partir dessa reflexão sobre o conceito de Arquivos Totais, conclui-se que a busca por uma herança documental tem levado os arquivistas canadenses – principalmente da parte inglesa – a enunciar conceitos que são relevantes para a construção da arquivística no país, e que demonstram seu papel na constituição de uma nova disciplina. O conceito de Arquivos Totais pode ser considerado uma das grandes contribuições para a área, uma vez que tenta englobar em um só conceito documentos provenientes de fontes e mídias diversas.

No início, a tentativa de estabelecer uma memória e uma história nacional era tanta, que alguns princípios como o da proveniência e o da ordem original não tinham a menor importância, pois a história contada nos documentos valia mais do que a autenticidade diplomática dos registros.

A evolução do conceito de AT e da disciplina ao longo de dois séculos, é fruto da importância dada aos registros, reconhecida pelos arquivistas e pela comunidade canadense. Esse reconhecimento encontra reflexo nos arquivos comunitários, municipais e regionais, e nas pesquisas publicadas em periódicos da área, por meio dos quais os arquivistas identificam um novo paradigma, além da necessidade de repensar os princípios e conceitos da disciplina para que essa possa manter-se útil nesse novo contexto de produção documental.

O arquivista Hugh Taylor identificou, em 1987, uma mudança paradigmática, como foi destacado por Ketelaar (2000, p. 326, tradução nossa)

Hugh Taylor proclamou e previu a mudança de paradigma. O objeto do novo paradigma da ciência arquivística é o que Thomassen chama de “*process-bound information*”, que é a informação gerada pelos processos administrativos e estruturada por esses processos com objetivo de permitir uma recuperação contextual, com o contexto desses processos como ponto de partida.

Para Taylor, não se trata apenas de documentos gerados em meios diferentes, de uma forma mais rápida.

Nós ficaremos anestesiados e paralisados (...) se continuarmos pensando que tudo o que temos são bits (...) o mesmo texto e imagem se movendo mais rápido e ocupando menos espaço, onde devemos fazer alguns ajustes tecnológicos pra continuar no ramo (TAYLOR, 1987, p. 14, tradução nossa).

É preciso que exista a consciência da emergência de um novo paradigma, ocasionada pelas mudanças sociais, tecnológicas e profissionais ocorridas nos últimos anos. Com isso, o arquivista deve repensar o papel da informação nas instituições públicas e privadas, em que a máxima “direito à informação” nunca esteve tão em alta.

Como gerar e processar as informações dentro de contextos completamente novos, em meio eletrônico? Como manter a integridade dessa informação e como disponibilizá-la de modo confiável e eficiente? Essas são algumas perguntas que o profissional da informação deve ter em mente quando se deparar com essa nova realidade.

Um re-exame das bases do conhecimento arquivístico é fundamental para a compreensão desse novo paradigma emergente.

4.2 A “redescoberta” da proveniência pelos arquivistas canadenses

Para tentar compreender esse novo processo de produção e organização do conhecimento arquivístico, os arquivistas canadenses têm se esforçado, publicando inúmeros artigos em periódicos da área, como o *Archivaria*⁵³ e *The American Archivists*⁵⁴, e trabalhado em direção ao que eles chamam “redescoberta da proveniência⁵⁵”.

⁵³ Periódico publicado sob os auspícios da *Association of Canadian Archivists*, com sede em Ottawa.

⁵⁴ Periódico publicado sob os auspícios da *Society of American Archivists*, com sede em Chicago.

⁵⁵ Vale ressaltar aqui, novamente, que a Arquivologia Canadense, sofrera uma influência muito grande dos Estados Unidos, reforçando a tradição histórica baseada em princípios biblioteconômicos, em que o assunto era mais importante do que o contexto de criação dos documentos.

A tentativa para solidificar uma tradição arquivística canadense na parte inglesa se deu por meio da publicação da coleção de ensaios *Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance*, em 1993, sob os auspícios da *Society of American Archivists*, com organização de Tom Nesmith.

Essa coleção reedita artigos... que refletem o melhor do pensamento e debate arquivístico canadense ao longo de quatro categorias: a história completa e evolução dos arquivos canadenses; as principais declarações teóricas sobre a natureza dos arquivos e do trabalho arquivístico, análise sistemática dos registros arquivísticos e das mídias, e os destaques das contribuições canadenses para a prática arquivística (MACNEIL, 1994, p. 135, tradução nossa).

A reunião dos artigos de diversos autores em um livro é fruto do pensamento em comum sobre a redescoberta da proveniência pelos arquivistas do Canadá inglês e sobre as convergências e divergências acerca do conceito de Arquivos Totais. Ao longo dos ensaios, autores como Hugh Taylor, Tom Nesmith, Terry Cook, entre outros, debatem também a aliança entre a Arquivística e a História, e a administração dos arquivos correntes, assim como os documentos eletrônicos e o papel do arquivista nesse novo contexto.

O princípio basilar da Arquivística é, então, elevado ao status de “salvador”, e sua redescoberta e reinterpretação é fundamental para a compreensão dos processos de criação e organização dos registros, e para os contextos em que esses documentos foram gerados.

Entendido antes como um princípio físico e estático, seu objetivo era proteger a integridade dos fundos, mantendo-os unidos fisicamente. No entanto, mais do que manter a união dos documentos provenientes de uma mesma fonte criadora, em um fundo específico, o princípio pode ser utilizado para a análise funcional nos contextos e processos de criação dos documentos.

[...] as funções e atividades que os documentos incorporam, os processos e os procedimentos que eles refletem, suas relações com outros tipos de documentos. A aplicação desse conhecimento ao gerenciamento de documentos por todo seu histórico de vida é visto como um meio dos arquivistas forçarem e expandirem seus papéis enquanto administradores e custodiadores de documentos (MACNEIL, 1994, p. 142, tradução nossa).

Nesse sentido, e focando a análise no processo de criação dos documentos, o princípio ganha uma nova abordagem, e seu papel no arranjo e descrição é substituído pelo entendimento do “contexto evidencial que dá origem aos documentos” (NESMITH, 1992, p. 16, tradução nossa).

Nesmith irá trabalhar em *Archives from the bottom up*⁵⁶, com o conceito de “*provenance knowledge*”, no qual a importância do conhecimento do contexto é muito mais relevante do que o conhecimento do assunto do documento. O arquivista deve focar-se mais no **porquê** e em **como** as pessoas criam os documentos, e não em seu assunto. Baseando-se nessa teoria, o autor propõe um estudo do historiador do documento (*historian of the record*), em que a história social deve desempenhar uma papel importante na construção teórica e metodológica dos estudos arquivísticos. O estudo do contexto evidencial do documento pode ser oferecido pela Diplomática Contemporânea, que irá explorar a informação sobre os criadores de documentos e sobre sua administração, forma, função e características físicas.

A informação que os documentos transmitem é sempre incompleta e tendenciosa; os documentos corrompem e obscurecem talvez mais do que revelam. Para saber o porquê disso e como isso afeta seu uso na pesquisa nós precisamos saber algo sobre o contexto histórico maior que os criou e avaliou (NESMITH, 1982, p. 16, tradução nossa).

Esse redescobrimto da proveniência leva os arquivistas a entender a contextualização do documento, sua função, seu criador, sua forma, e seu papel na instituição que o criou.

[...] ao focar-se na ‘proveniência, respeito aos fundos, contexto, evolução, inter-relações, ordem’ dos documentos, que está, tradicionalmente no centro da nossa profissão e discurso teórico, os arquivistas poderiam mover-se do ‘paradigma da informação’ para o ‘paradigma do conhecimento’ (COOK, 1997, p. 36, tradução nossa).

Agora, o princípio deixa de ser estático e passa a ser um princípio dinâmico e funcional, que condiz muito mais com a realidade organizacional em que a estabilidade estrutural desapareceu, e podendo ser utilizado com muito mais valor na era dos documentos eletrônicos, com a dinamicidade caracterizando os processos de criação dos registros.

Ao invés de abandonar o pensamento arquivístico os arquivistas canadenses começaram a descobrir (ou redescobrir) a excitação intelectual da informação contextualizada, que era o próprio legado da profissão. Uma grande gama de estudos logo apareceu no Canadá para explorar a informação da proveniência sobre os criadores de documentos, a administração de documentos, e as formas, funções, e características físicas de vários documentos arquivísticos em todos os meios. (COOK, 1997, p. 36, tradução nossa)

Essa redescoberta da proveniência é defendida por autores como Luciana Duranti, Terry Cook, Hugh Taylor, Laura Millar, Heather MacNeil, David Bearman, Eric Ketelaar, Tom Nesmith, entre outros. Esse último, juntamente com Hugh Taylor e com o alemão Hans Booms, defende ainda uma proveniência social (*societal provenance*), em que, além de

⁵⁶ Ver NESMITH, Tom. *Archives from de bottom up*. *Archivaria*, nº 14, 1982 (Summer), p. 05-26.

revelar as forças administrativas por trás dos contextos de produção e dos processos documentais, o princípio permite uma análise sócio-cultural desses processos e contextos.

Segundo Nesmith (2002, p. 35, tradução nossa), os arquivistas têm visto a proveniência de um modo restrito, como se apenas um único indivíduo tivesse criado, utilizado e acumulado o conjunto de documentos. Para ele, a origem dos documentos é muito mais complexa, como muitos dos arquivistas começam a concluir.

Concluiu-se que os contextos social e intelectual moldam as ações das pessoas e instituições que criam e mantêm os documentos, as funções que os documentos executam, as capacidades das tecnologias de informação em capturar e preservar a informação em um certo tempo, e a história de custódia dos documentos. Muitas pessoas, instituições e influências (incluindo os próprios arquivos e seus patrocinadores, doadores, e usuários) podem estar envolvidos na origem dos documentos, pois suas ações contam para a existência, preservação e características dos documentos quando nós as encontramos nos arquivos (NESMITH, 2002, p. 35, tradução nossa).

Nesse sentido, o estudo da proveniência dos documentos seria fundamental para compreender a dimensão social do documento dentro da estrutura na qual foi criado e/ou mantido, ou seja, quem está envolvido nos processos de criação dos documentos, e até que ponto tem suas influências impregnadas direta ou indiretamente nesses documentos.

Essa abordagem, primeiramente introduzida na Alemanha por Hans Booms e seu colega Siegfried Butter, caminha a favor de um novo paradigma social nos arquivos, cujo objetivo é refletir as ações da sociedade.

Em 1991, Booms afirmou que os valores da sociedade eram melhor identificados não diretamente por meio de dinâmicas sociais e opinião pública, como ele defendera antes, mas indiretamente por meio da pesquisa nas funções daqueles criadores de documentos designados pela sociedade para realizar suas necessidades e desejos (COOK, 1997, p. 30, tradução nossa).

Boom pressupõe, então, que o estudo das funções dos criadores de documentos contribui para um entendimento dos valores sociais que são envolvidos na criação, manutenção e uso desses registros. Dessa forma, o foco recai em um contexto maior, ou macro, de criação dos documentos, que só pode ser revelado por meio das funções e atividades desenvolvidas pelos criadores. No entanto, ao desenvolver essa nova abordagem, Boom tinha em mente seu uso exclusivo para as metodologias de avaliação documental.

Por essa razão, o autor que melhor representa esse novo paradigma social dos arquivos é o inglês Hugh Taylor, que desde 1965, tem os estudos desenvolvidos e publicados em solo canadense. Influenciado pelas teorias da comunicação e mídia de McLuhan, Taylor foi um dos primeiros autores a trabalhar a influência e os impactos que as novas mídias de comunicação e as tecnologias de informação teriam para o trabalho arquivístico.

Em 1984, Taylor publica no periódico canadense *Archivaria* o artigo *Information Ecology and the Archives of the 1980's*⁵⁷, no qual cunhou o termo “*historical shunt*”, algo como “desvio histórico”, em português. Nesse texto, Taylor discute os prejuízos que a aliança arquivo-história trouxe para os arquivistas contemporâneos. Segundo o autor, essa aliança impediu que os arquivistas desempenhassem um papel completo no ciclo de vida dos documentos, limitando seus trabalhos aos arquivos históricos, diminuindo seu papel na administração contemporânea.

Dessa forma, para Taylor, esse novo ambiente de criação e gerenciamento de informação é uma nova oportunidade para os arquivistas restabelecerem seu contato com os documentos administrativos, e assim, saírem desse desvio histórico entrando novamente na corrente principal do *record-keeping*. Para tanto, sustenta que o arquivista deveria estar equipado “não apenas com um conhecimento histórico acadêmico, mas ter conhecimento em automação, teoria da comunicação, gerenciamento de documentos, diplomática e uso dos documentos na administração” (TAYLOR, 1984, p. 31, tradução nossa).

No final dos anos 80, mais precisamente em 1987, Taylor, ao identificar em *Transformation in the Archives: technological adjustment or paradigm shift?*⁵⁸ um momento de mudança paradigmática, coloca os arquivistas novamente em contato com a proveniência, reavivando o termo e seu sentido, explorando as relações entre a sociedade e os documentos, entre os atos e as informações documentadas, entre os criadores e os documentos por eles gerados.

A contribuição de Taylor vai muito além. Segundo Terry Cook (1997, p. 35, tradução nossa, grifo nosso), ele encorajou os arquivistas a adotarem “uma nova forma de historiografia social” de modo a deixar claro *como e por que* os documentos foram criados. Além disso, as especulações de Taylor desafiaram os arquivistas a não permanecerem isolados em sua profissão e com seus muros disciplinares.

Os estudos do autor inglês contribuíram para o redescobrimto da proveniência no Canadá, para a identificação de um novo paradigma social na área, voltado muito mais para a sociedade e para a função que os documentos e seus criadores desempenham nessa última, e para uma aproximação da Arquivística com outras disciplinas, como a Comunicação, a Diplomática Contemporânea, a Tecnologia da Informação, a História, a Sociologia, a Administração.

⁵⁷ Ver TAYLOR, Hugh A. *Information Ecology and the Archives of the 1980's*. In : *Archivaria*, vol. 18 (summer 1984) pp. 25-37.

⁵⁸ Ver TAYLOR, Hugh A. "Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift? In: *Archivaria* vol. 25 (Winter 1987-88), pp. 12-28.

Após os *insights* de Taylor, a Arquivística canadense respira em direção a essa redescoberta e novas abordagens surgem a fim de sustentar a aplicabilidade dos princípios e métodos arquivísticos no século XXI, entre elas a Arquivística Funcional e a Diplomática Contemporânea.

Essa redescoberta coloca os arquivistas novamente em contato com a informação contextualizada, transformando o solo canadense em terra fértil para as publicações acerca dos princípios arquivísticos e de suas reinterpretações para uma manutenção da disciplina em um novo contexto de criação de registros. Como constatou Silva et al. (1999, p. 165)

[...] a melhor expressão da arquivística canadiana recente surge numa coletânea editada em 1993, por ação conjunta da Society of American Archivists e da Association of Canadian Archivists, sob o título *Canadian archival studies and the rediscovery of provenance*.

4.3 A Arquivística Pós-Moderna: o papel de Terry Cook nos estudos contemporâneos

As origens de uma Arquivística Funcional ou Pós-moderna remontam ao final da década de 80, com a identificação do novo paradigma enunciado por Hugh Taylor, com estudos aprofundados nos textos de Terry Cook, que também admite a obsolescência dos princípios e métodos arquivísticos gerados no século XIX, defendendo seu repensar para a sobrevivência e adaptação da disciplina nos dias atuais.

Nesse contexto de reformulações e reinterpretações conceituais e disciplinares, o nome de Terry Cook aponta no horizonte arquivístico canadense como uma tentativa de fortalecer a disciplina e integrá-la às novas demandas de produção documental.

Como Thomassen e Taylor, Cook defende a ideia de uma mudança de paradigma na área, que deve englobar agora o contexto sócio-cultural e ideológico de criação dos documentos. Essa visão recai também sobre o papel desempenhado pelos registros nesse novo momento. Segundo o autor, este não deve mais ser visto com um objeto estático e sim como um agente ativo na formação da memória humana e organizacional.

Baseando-se nessa afirmação, Cook defende o pós-modernismo como a tendência intelectual dominante dessa era, e por essa razão uma influência direta a todas as ciências e disciplinas, entre elas a Arquivística, indo de encontro às concepções que moldaram as características documentais no século XX, como a neutralidade e a imparcialidade, e que

permanecem hoje em dia como uma releitura dos postulados jenkinsonianos em obras de autores considerados “modernos” como Luciana Duranti.

Na Arquivística Contemporânea, os princípios e conceitos são repensados, assim como na sociedade em geral. Para Cook (2001b, p. 23, tradução nossa), “os valores nos quais a sociedade se apoiou, os grandes mitos da civilização ocidental, as metanarrativas mantidas durante décadas ou séculos, não tem mais credibilidade”. No século XXI, é necessário repensar esses princípios e conceitos enunciados.

Assim, uma vez que a sociedade vive hoje em um mundo pós-moderno, todo o pensamento arquivístico deve também sofrer influências pós-modernas, começando pela concepção de documento arquivístico, até então defendido pelos arquivistas modernos como um mero subproduto de uma atividade administrativa, inocente, neutro e imparcial.

O pós-modernismo desconfia e se rebela contra o moderno. As noções de verdade universal ou conhecimento objetivo baseados em princípios do racionalismo científico do Iluminismo ou emprego do método científico ou crítica textual clássica são dispensados como quimeras. Usando análise lógica sem remorsos, os pós-modernistas revelam o ilógico de textos alegadamente racionais. O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam a herança documental, e de fato, a estrutura do documento, sistema residente de informação e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto e seu conteúdo. *Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo.* Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído (COOK, 2001a, p. 07, tradução nossa, grifo nosso).

Essa preocupação em conceituar o documento arquivístico pós-moderno, – registro gerado eletronicamente – identificar sua natureza e seu contexto é uma forte característica do pensamento arquivístico funcional, que passa a entendê-lo como uma entidade construída e mantida socialmente.

Em particular, há uma pesquisa minuciosa sobre como os documentos são vistos na sua criação, durante a fase corrente e finalmente durante sua manutenção dentro de um arquivo. Como tal, há uma chamada para o entendimento sobre os ‘fatores social e cultural, os padrões e valores, a ideologia, que influenciam na criação dos documentos’ (TRACE, 2002, p. 140, tradução nossa).

Se na pós-modernidade tudo é moldado segundo algum propósito, com os documentos não seria diferente. Para a corrente pós-moderna, seria impossível um documento ser gerado sem que houvesse intenções de poder e manipulação por trás dele. O discurso e a forma do documento são minuciosamente elaborados, de forma a construir as relações de poder entre o dominador e o dominado.

Nesse sentido, o pós-modernismo busca dar voz aos marginalizados, voz essa que está presente em outras narrativas, que não as metanarrativas conhecidas e hoje em dia em constante incredulidade.

Essa incredulidade em relação às metanarrativas deu-se pela globalização dos meios de comunicação, como resultado da explosão informacional gerada pela *web* e pelas novas formas de produção de informação em canais, e páginas da internet.

Por causa desses desenvolvimentos revolucionários, há também uma conscientização das outras vozes, outras histórias, outras narrativas, outras realidade – ao invés daquelas que tradicionalmente ocuparam as leituras escolares, os livros de história, museus, monumentos públicos, meios populares e os arquivos. (COOK, 2001b, p. 23, tradução nossa)

Para os pós-modernos, o documento é visto como uma forma de poder e de manipulação, e, por essa razão, fruto de tantos artigos sobre o assunto. Cook e Schwartz⁵⁹ (2002) atentam para o crescente número de autores⁶⁰ cujos focos de análise recaem sobre o papel dos documentos e conseqüentemente do arquivo e do arquivista na sociedade pós-moderna.

Tais autores rejeitam a abordagem positivista até então encontrada na teoria e prática arquivística, que supõe os documentos de arquivo como neutros e imparciais. Segundo Trace (2002, p. 140, tradução nossa), os registros são muito mais entidades socialmente construídas, criadas por alguma razão, longe de serem imparciais e autênticos. Para O’Toole (apud Cook e Schwartz, 2002, p. 178, tradução nossa) os registros são manifestações de poder político e social, geralmente criados e usados para propósitos instrumentais.

A criação e uso de registros e arquivos por seus criadores, e sua avaliação e gerenciamento pelos arquivistas sempre irá refletir as relações de poder. Arquivos, nós escrevemos, não são armazéns passivos de coisas velhas, mas lugares ativos onde o poder social é negociado, contestado, confirmado. Como extensão, a memória não é algo encontrado ou coletado em arquivos, mas algo feito e continuamente refeito (COOK; SCHWARTZ, 2002, p 172, tradução nossa).

Nessa abordagem, os documentos – individuais ou coletivos – são todos uma forma de narrativa, que vão além de uma simples evidência de um fato.

Os documentos são moldados, símbolos construídos por um autor para alguma finalidade. Nenhum texto é um produto inocente de uma ação. Para Terry Cook (2001b, p. 25, tradução nossa), muitas vezes essa construção se dá em padrões inconscientes de comportamento social, convenções de linguagem, processos de organização e modelos de informação que ligam à natureza construída, que está escondida.

⁵⁹Ver COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan, M. Archives, Records, and Power: From (Postmodern) Theory to (Archival) Performance. In: *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, n. 2, 2002, p. 171-185

⁶⁰ Entre esses autores, destaca-se a importante contribuição de Eric Ketelaar (2000) e Verne Harris (2005)

Essa inconsciência leva a Arquivística e os profissionais de arquivo a denominarem esse processo de criação dos documentos como algo neutro e imparcial, quando na realidade não o é.

A concepção pós-moderna procura, portanto, “desnaturalizar” o que a sociedade assume como natural, aquilo que foi durante anos, aceito como normal, natural e racional. Tudo é socialmente e culturalmente construído. Para os pós-modernos, desconstruir e reformular são as melhores maneiras de refletir a diversidade da época contemporânea.

E é exatamente nesse contexto de reinterpretações, desconstruções e reformulações, que está inserida a Arquivística Pós-Moderna, ou Arquivística Funcional, enunciada e caracterizada por Cook

[...] a partir do foco no contexto por trás do conteúdo; nas relações de poder que moldam a herança documental; na estrutura do documento, seus sistemas de informação residentes e subsequentes, e convenções narrativas e de processo como sendo mais importante do que seu conteúdo informacional (COOK, 2001b, p. 25, tradução nossa).

O foco no contexto do documento é dado por meio do estudo da proveniência, já enunciado aqui. A abordagem pós-moderna, é fruto dessa redescoberta, e trabalha no sentido de reconhecer as relações existentes entre os criadores de documentos, as funções desempenhadas por eles e refletidas nos registros, assim como as convenções narrativas empregadas nesse processo que, de algum modo, irão refletir na herança documental. Nesse sentido, a abordagem pós-moderna apoia-se na análise funcional do processo de criação dos documentos – daí o nome Arquivística Funcional – que, segundo Katelaar (2000, p. 327, tradução nossa), substitui a arquivística descritiva, uma vez que somente por meio da interpretação funcional do contexto de criação dos documentos, pode entender-se a integridade dos fundos e as funções dos documentos de arquivo em seu contexto original.

A análise desse contexto é feita a partir da análise dos criadores de documentos, de cima para baixo, do todo para a peça (*top-down approach*) visando a permitir ao arquivista um melhor entendimento da função, do processo e da atividade que gerou o documento.

É necessário que a disciplina considere o contexto social, organizacional e funcional de criação e manutenção dos registros. Com isso, o foco passa a ser externo e não mais interno. O que se deve levar em conta é o contexto e o processo do documento. Uma visão macro, e não micro e limitada, segundo os teóricos pós-modernos da área.

Portanto, o foco no objeto de estudo da disciplina deve ser deslocado do registro documental para o processo de criação desse registro, que por sua vez, não deve mais ser estático e imutável.

Assim como o foco de estudo da disciplina deve ser descolado do registro para o processo, do estático para o dinâmico, é necessário que se entenda a Arquivística como uma ciência dinâmica, capaz de mudar e adaptar-se às mais diversas realidades documentais, independente de suporte, meios, valores e épocas.

A partir dessa reflexão, Oddo Bucci conclui que a Arquivística não é imutável, e muito menos universal. Segundo ele (2000, apud COOK, 2001b, p. 13, tradução nossa) “as inovações radicais na prática arquivística têm se tornado incrivelmente incompatíveis com a continuação da doutrina, que procura manter-se fechada no interior dos baluartes de seus princípios tradicionais”.

A disciplina está, pois, em constante evolução, assim como seus conceitos e princípios, que também estão longe de serem verdades universais. Todos são mutáveis e dinâmicos, “à medida que refletem as mudanças na natureza dos documentos, as organizações que criam os documentos, os sistemas de manutenção dos documentos, os usos dos documentos, e as tendências culturais, legais, tecnológicas, sociais, e filosóficas da sociedade” (COOK, 2001b, p. 29, tradução nossa).

É necessário, portanto, que a Arquivística e os arquivistas incorporem as ideias pós-modernas, como uma nova forma de olhar a disciplina e entender os novos contextos de produção documental.

Nesse sentido, Terry Cook, em *Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: Postmodernism and Practices of Archives*⁶¹, apresenta quatro razões para os arquivistas não dispensarem as ideias pós-modernas:

(1) o pensamento pós-moderno está impregnado no espírito da era atual tendo um grande impacto em vários campos da cultura popular, assim, uma vez que os arquivos refletem as características de seu tempo e lugar, “o auto-conhecimento profissional requer que os arquivistas tentem entender esse fenômeno contemporâneo”(COOK, 2001b, p. 19, tradução nossa);

(2) os arquivistas e pesquisadores acadêmicos que buscam documentos em instituições arquivísticas possuem uma estrutura intelectual pós-moderna, uma vez que o pensamento pós-moderno está infiltrado na cultura universitária. Dessa forma, é necessário que os arquivistas, enquanto profissionais, entendam esse pensamento;

⁶¹ Ver COOK, Terry. *Fashionable nonsense or Professional rebirth: postmodernism and practices of archives*. In: *Archivaria*, vol. 51, 2001.

(3) o crescente surgimento de autores na América do Norte que defendem as ideias pós-modernas, e por essa razão, “os arquivistas devem ler e tentar compreender esses autores, que tem muito a contribuir para a área” (COOK, 2001b, p. 20, tradução nossa);

(4) os escritores pós-modernos estão chamando a atenção para os arquivos – enquanto instituições, documentos, meios de registros, memória coletiva e fenômeno social – em suas obras.

Aqui, Terry Cook chama a atenção para o caso de Jacques Derrida com o livro *Archive Fever*, de 1996, em que o autor apresenta uma visão do arquivo bem diferente daquela imagem tradicional que a profissão tem de si mesma, e que “poderia muito bem influenciar a opinião pública geral, moldar a visão do novo arquivista, e transformar as expectativas de pesquisadores e responsáveis” (COOK, 2001b, p. 21, tradução nossa).

As percepções pós-modernas devem, portanto, segundo Cook, desafiar os arquivistas e estimulá-los. Discussões abertas permitem que eles saiam de conchas fechadas e de um pensamento moderno e positivista.

O pós-modernismo, por meio da desconstrução, fragmenta a antiga estrutura moderna, permitindo à disciplina uma maior abertura nas suas perspectivas em direção a um novo mundo.

Nesse cenário de reinterpretação, Terry Cook propõe algumas reformulações ou “novas formulações” para os conceitos e princípios mais importantes da área, visando a mudar o foco da disciplina – do registro para o processo ou função que o gerou.

Entre os princípios e conceitos reformulados por Cook, destaca-se aqui, novamente, o *Princípio da Proveniência*, cujas características são agora a virtualidade e elasticidade, e que irá refletir as funções e processos que levaram o criador a gerar um documento, em uma instituição ou organização dinâmica, que está em constante evolução, com pessoas e culturas diferentes, com abordagens e convenções distintas. Para a abordagem pós-moderna, a proveniência é agora virtual e está ligada à função e à atividade geradora.

O *princípio da ordem original* também é discutido. Seu foco muda, e manter os documentos físicos na mesma ordem em que foram produzidos, com o mesmo sistema de classificação não é mais possível. Devem-se levar em conta os softwares e a intervenção desses na produção dos documentos, e como eles são armazenados sem um meio físico. Segundo Cook (2001a, p. 21, tradução nossa), “os documentos são combinados intelectualmente e funcionalmente, de formas diferentes, para objetivos diferentes, em lugares e horas diferentes, em vários tipos, por pessoas diferentes”. A ordem irá refletir os múltiplos

usos, e não o arranjo físico. Um documento pode ser ordenado de várias maneiras, refletindo diferentes usos, para casos diversos.

Nesse contexto, o conceito de documento (*record*) é também reformulado, e esse passa a ser dinâmico e não mais estático, e seus componentes – estrutura, conteúdo e contexto – não estão mais fixados em um meio unicamente físico, pois são armazenados em forma de dados e por softwares diferentes.

Assim, o documento deixa de ser um objeto físico para se tornar um *dado conceitual*, controlado por metadados que virtualmente combinam conteúdo, contexto e estrutura, para fornecer evidência da atividade ou função do criador. Além disso, como o conteúdo e uso do documento mudam ao longo do tempo (incluindo o uso arquivístico), os metadados mudam, e o documento e seu contexto são continuamente renovados (...) o documento não é mais um objeto passivo, um ‘registro’ de evidência, mas um agente ativo desempenhando um constante papel nas vidas dos indivíduos, organizações e sociedade (COOK, 2001a, p. 22, tradução nossa, grifo nosso).

Os *fundos arquivísticos*, por sua vez, refletirão essa nova visão documental, pois deixam de ser concebidos como o reflexo de uma ordem física, e passam a refletir uma relação de realidade virtual baseada no processo dinâmico de criação dos documentos e em seus autores, e cujo foco recai na função e na atividade que contextualizam os documentos.

O *arranjo e descrição* dos documentos, como consequência, devem se concentrar menos nas entidades físicas documentais, uma vez que em meio eletrônico, isso nada quer dizer. É necessário que seja desenvolvido um entendimento contextual das múltiplas relações e inter-relações do documento com seu universo de criação. É preciso descrever o processo de criação e manutenção dos documentos, e entendê-los além dos fundos, ou seja, entender quem os produz, para que foi produzido, em que contexto e quais foram os processos desempenhados nessa atividade.

A descrição pós-moderna refletiria as pesquisas contextuais sustentadas pelos arquivistas na história dos documentos e de seus criadores, e produziria descrições em constante-mudança, uma vez que a criação dos documentos e a própria história custodial nunca termina. A descrição é continuamente reinventada, reconstruída, renascida. A descrição pós-moderna, focando-se dessa maneira na história do documento, refletiria uma maior nuance no contexto, o que abriria uma riqueza de conteúdo informacional (COOK, 2001b, p. 34, tradução nossa).

A *preservação* dos documentos também muda. Além de reparar, conservar e manter salvo o documento em meio físico, ela irá garantir também a migração de conceitos e inter-relações que agora definem os registros e fundos virtuais.

Na pós-modernidade, o *arquivo* deixa de ser simplesmente o lugar onde estão alocados os documentos antigos utilizados pelos pesquisadores em suas consultas, para ser tornar dinâmico, um “arquivo sem paredes” como enuncia Cook, existente na Internet, facilitando o

acesso público a vários sistemas de *record-keeping*, tanto de documentos permanentes, como de documentos correntes.

Refletindo essa concepção de reformulação e reinterpretação de conceitos no Canadá Inglês, e as influências sofridas por Terry Cook, Laura Millar, em “*The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance: Archival Context in Space and Time*”⁶², propõe que o termo fundo seja redefinido, uma vez que, para a autora, o fundo nada mais é do que o resíduo, o que sobrou do conjunto de documentos.

Uma solução simples é redefinir o conceito de fundo. Ao invés de propor que o fundo é o conjunto de todos os documentos criados, acumulados, ou usados por alguém, nós poderíamos dizer que eles são os restos de todos os documentos criados, acumulados, ou usados por alguém (MILLAR, 2002, p. 07, tradução nossa).

A partir da definição de que o fundo é formado por resíduos de atividades, e de que, dessa forma, nunca poderá estar completo, Millar procura redefinir o conceito de respeito aos fundos. Para ela (2002, p. 14, tradução nossa), não podemos respeitar o que não existe, portanto, esse conceito deveria ser chamado de respeito à proveniência.

Nesse sentido, a autora toma o princípio como virtual, elástico e dinâmico, refletindo as funções e os processos de produção nos quais os criadores são envolvidos ao criar um documento e que, segundo ela, deve abranger três componentes principais: a história do criador, a história do documento e a história custodial.

Estudar a *história do criador* é estudar quem criou, acumulou e/ou usou o documento ao longo do tempo. O foco aqui deve ser no criador e não nos documentos criados por ele. “A ênfase deve ser colocada em *quem*, e não em *o que*. Essa é a nossa proveniência existente, encarregada de acomodar mudanças organizacionais e funcionais através do tempo” (MILLAR, 2002, p 12, tradução nossa, grifo nosso).

A *história dos documentos* pode também ser chamada de história do gerenciamento físico e da movimentação dos documentos, ao longo de tempo de vida. Seu estudo permitiria ao arquivista conhecer como o documento foi criado, usado e/ou mantido, por quem e por que, para onde foi levado, e se foi recolhido ou destinado à eliminação.

O terceiro e último componente da proveniência, proposto por Millar diz respeito à *história custodial* do documento, ou seja, a explicação de como esse documento chegou à instituição custodiadora, ou às mãos de um custodiador, e quais os cuidados que lhes foram garantidos durante esse processo. Segundo a autora (2002, p. 13, tradução nossa), “isso

⁶² Ver MILLAR, Laura. *The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance: Archival Context in Space and Time*. In: *Archivaria*, vol. 53, 2002, p 01-15.

ofereceria uma camada de contextualização ao processo arquivístico. A história custodial⁶³ documentaria como os documentos se tornaram arquivos, e como eles foram gerenciados nessa instituição através do tempo”.

Entender as razões pelas quais um documento é criado, quem o produziu e qual sua intenção, assim como seu ciclo vital – do momento em que nasce até quando é eliminado ou recolhido, quem o recolhe e por que –, são fatores essenciais para que os documentos possam ser contextualizados na sociedade que os produz e os utiliza.

Nesse sentido, estudar a proveniência significa, hoje, estudar o contexto de produção de um documento, elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho arquivístico no século XXI.

Além dos sete conceitos reformulados, Cook propõe ainda a reformulação do conceito de avaliação – agora macroavaliação⁶⁴ – que irá refletir claramente as ideias pós-modernas do autor, e que pode ser considerada sua grande contribuição para a área, influenciando todo o processo de avaliação documental canadense, inclusive dos arquivos governamentais.

Considerando o contexto mais importante que o conteúdo do documento, Cook propõe uma avaliação maior (*macroappraisal*), em direção às funções e atividades dos criadores dos documentos, e como os cidadãos interagem com eles.

A macroavaliação é o jeito canadense de fazer avaliação (...) ela valia o valor social do contexto funcional-estrutural e da cultura do local de trabalho no qual os documentos são criados e utilizados por seus criadores, e a inter-relação dos cidadãos, grupos, organizações – “o público” – com esse contexto funcional-estrutural (COOK, 2005, p. 101, tradução nossa).

A seleção documental deve estar baseada nos documentos que irão refletir essas interações e essas funções e atividades.

A proposta de Cook vai ao encontro novamente da redescoberta da proveniência, e das ideias pós-modernas, em que os documentos devem ser selecionados e avaliados com base na narrativa contextual de criação, ao invés do conteúdo, englobando tanto os documentos que representam a voz dos poderosos, como os que representam a voz dos marginalizados.

Influenciado diretamente pelas ideias de David Bearman (1986) – com suas concepções acerca do poder do princípio da proveniência e da importância de estudar o

⁶³ Vale dizer aqui, que as normas de descrição arquivística preveem um campo para a descrição das instituições coletoras e sobre a história dos criadores. No entanto, são campos opcionais, quando na realidade deveriam ser campos obrigatórios.

⁶⁴ A *macroavaliação* foi desenvolvida por Terry Cook entre 1989-1990, e o termo *macroappraisal* foi primeiramente proposto pelo autor no texto *Mind over Matter: Towards a new Theory of Archival Appraisal*, publicado em 1992, em uma coleção de ensaios.

contexto muito mais do que o conteúdo –, pela história do documento de Tom Nesmith (1982), e pela historiografia social de Hugh Taylor (1988), Cook ignora as concepções e o paradigma Schellenberguiano de avaliação, indo de encontro ao estabelecimento de um valor histórico do documento baseado no conteúdo do assunto.

As reflexões de Bearman e Taylor ofereceram uma saída do esmagador peso do volume dos documentos modernos e de seus equivalentes eletrônicos problemáticos: mover-se do conteúdo do assunto dos documentos (os valores informativos de Schellenberg) para os padrões, tendências, e ideias do contexto dos documentos (e assim para um renovado senso de proveniência). Eu então caracterizei esse movimento como “Mind over matter” (COOK, 2006, 124, tradução nossa).

Por meio do movimento *Mind over Matter*, Cook anuncia uma mudança do paradigma da informação – conteúdo informacional do documento e assunto – para o paradigma do conhecimento – contexto de criação.

Nesse sentido, a aplicação da macroavaliação garantirá que mais de uma história seja contada, uma vez que os pós-modernistas acreditam que não exista apenas uma única narrativa na série documental, mas sim, muitas histórias, que servirão para públicos diferentes, em momentos e lugares diferentes.

Dessa forma, o significado do documento é relativo, pois existem muitos outros textos dentro daquele texto, e cabe ao arquivista moldar o sentido do documento. A macroavaliação é uma ferramenta importante nesse sentido, à medida que permite ao arquivista contar outras histórias, além daquela explícita no documento, por meio da história de seus criadores e de como e por que esse documento foi gerado.

A macroavaliação foca a governança ao invés das estruturas e funções do governo *per se*. A governança enfatiza o diálogo e a interação dos cidadãos e grupos com o estado, assim como as próprias políticas do estado e procedimentos; foca também em documentar o impacto do estado na sociedade e as funções da própria sociedade, engloba todas as mídias ao invés de privilegiar o texto escrito, procura múltiplas narrativas e *hot spots* de discursos contestados entre cidadãos e estado, ao invés de aceitar as linhas políticas oficiais; e deliberadamente procura dar voz ao marginalizado, ao “outro”, aos perdedores assim como aos vencedores, aos desfavorecidos e desprivilegiados assim como aos poderosos e articulados, que é realizado por meio de novas formas de olhar os arquivos e os dados eletrônicos, e então escolher o documento mais conciso no melhor meio para documentar essas várias vozes (COOK, 2001b, p. 31, tradução nossa).

Os arquivistas devem ter em mente cinco questões⁶⁵, de forma a garantir a aplicabilidade da macroavaliação, permitindo uma maior visibilidade das diversas histórias contadas em um documento: (1) por que os documentos foram criados – não o que eles contêm; (2) como eles foram criados e usados pelos usuários originais – e não como eles poderão ser usados

⁶⁵ Essas cinco questões foram propostas por Elizabeth Shepherd, como antecedentes à análise funcional dos documentos. No entanto, elas também podem ser utilizadas pelos arquivistas no momento da macroavaliação.

futuramente; (3) quais funções do criador ele sustenta – não qual estrutura interna ou características físicas ele tem; (4) o que deve ser documentado – não qual documentação deve ser guardada; e (5) quais criadores são importantes.

Metodologicamente, Terry Cook (2005, p. 139) propõe, em *Macroappraisal in Theory and Practice: origins, characteristics, and Implementation in Canada, 1950-2000*⁶⁶, cinco passos principais que devem pressupor a implantação da macroavaliação:

(1) Uma pesquisa sobre a complexidade e a importância relativa das várias sub-funções, programas, e atividades dentro do alvo funcional compreendido, objeto da macroavaliação;

(2) Uma pesquisa que localize com precisão o local estrutural onde a maioria dessas funções ou sub-funções acontece;

(3) Uma pesquisa para entender a natureza e as expressões mais utilizadas pelos cidadãos que interagem com essas funções ou programa;

(4) Formação de uma hipótese de macroavaliação sobre o local onde estão os melhores documentos, o que eles globalmente e conceitualmente deveriam ser; e quais funcionalidades significantes da governança eles deveriam documentar; e

(5) Teste e confirmação dessa hipótese avaliando funcionalmente tipos selecionados de documentos dentro do programa funcional que está sendo avaliado, e avaliando o valor dos documentos que estão fora do programa de macroavaliação.

A macroavaliação está inserida, portanto, na concepção da Arquivística Funcional, cuja prioridade será dada sempre ao criador, observando a função social que o documento tem dentro do seu contexto de criação, e como esse documento interage com seu usuário, seja ele o criador ou pesquisador.

Essencialmente, a macroavaliação muda o foco principal da avaliação do registro para o contexto funcional no qual o documento é criado. *O que foi registrado, onde está, e qual o valor de pesquisa que o documento tem*, não são mais as principais questões levantadas pelos arquivistas no momento da avaliação. Ao invés dessas questões, os arquivistas usam o conhecimento obtido por meio da análise funcional de uma instituição, incluindo uma análise da interação da função e estrutura, da cultura organizacional, dos sistemas de *records-keeping*, e do envolvimento do cidadão-cliente com a instituição ou função (COOK, 2001a, p. 06, tradução nossa, grifo nosso).

Nesse sentido, o arquivista deve ter em mente que ao estabelecer políticas de avaliação, ou selecionar os documentos que devem ser preservados para fins históricos e culturais, ele está moldando a herança documental, ao decidir o que deve ser lembrado ou

⁶⁶ Ver Cook, Terry. *Macroappraisal in Theory and Practice: origins, characteristics, and Implementation in Canada, 1950-2000*. In: *Archival Science*, vol. 5, 2005, p. 101-161.

esquecido pela sociedade. Para Cook (2006, p. 103, tradução nossa) “nós, arquivistas, estamos literalmente co-produzindo os arquivos. Nós estamos fazendo história. Estamos exercendo o poder sobre a memória”.

O redescobrimento da proveniência pelos arquivistas canadenses gerou uma excitação intelectual entre os autores da área, e deu origem às novas concepções apontadas nesse capítulo. A mais importante delas, a Arquivística Funcional, prima pelo contexto funcional e social do documento, dando ênfase na proveniência e na dinamicidade do registro arquivístico, enquanto um objeto virtual, construído a partir de uma intenção, e cujo foco recairá sobre o processo de criação desses registros.

“Processo ao invés de produto, tornar-se ou invés de ser, dinâmico ao invés de estático, contexto ao invés de texto, refletir tempo e lugar, ao invés de verdades absolutas (COOK, 2001a, p. 24, tradução nossa). Esse é o lema que deveria ser adotado pela Arquivística no novo século, sob o qual estão fundamentadas todas as concepções e reformulações propostas pela Arquivística Pós-Moderna.

CAPÍTULO 5

A DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA: o papel de Luciana Duranti

“After all is said and done, it is the record which is our special area of knowledge”.

Barbara Craig

A terceira abordagem tratada neste trabalho tem também os estudos desenvolvidos no Canadá, mas suas bases estão fundamentadas na Itália, a partir das discussões de Paola Carucci sobre os documentos contemporâneos, na década de 1980. Esses estudos correspondem à Diplomática Arquivística Contemporânea, uma superação da Diplomática Clássica, e cujo foco recairá no estudo dos documentos e de suas funções.

Essa Diplomática contemporânea encontra reflexo nos estudos sobre a redescoberta da proveniência realizados pelos autores do Canadá inglês e, conseqüentemente, na importância do estudo do contexto de produção e criação dos documentos contemporâneos.

Quando a Arquivística se depara com os novos formatos e as novas estruturas burocráticas no final da década de 70, faz-se necessário a apropriação do método analítico-comparativo da Diplomática para que os arquivistas possam compreender o processo de produção dos registros em meio eletrônico e tradicional.

A incorporação da Diplomática pela Arquivística foi defendida primeiramente na década de 60, com o estabelecimento de uma identificação entre o objeto de ambas as disciplinas, a partir dos estudos do arquivista francês Robert-Henri Bautier. Após um hiato de duas décadas, o arquivista britânico Christopher Brooke propõe o estudo de uma Diplomática moderna que pudesse ser incorporada à Arquivística para responder às novas demandas para a organização do conhecimento arquivístico no século XXI.

A proposta de Brooke é, então, ecoada na Europa e na América do Norte, respectivamente, a partir dos estudos de Paola Carucci, Francis Blouin, Hugh Taylor, Tom Nesmith e Luciana Duranti. Essa última desenvolveu seus trabalhos na Universidade de British Columbia, em Vancouver, onde estudou a fundo os princípios e métodos promulgados pela Diplomática Clássica, aplicando-os aos documentos contemporâneos.

O resultado dos estudos desses autores foi a “reinvenção” de uma disciplina que até então estava limitada ao estudo dos documentos históricos, desempenhando um binômio necessário com a Paleografia.

Nesse contexto, aborda-se neste capítulo a reinvenção da Diplomática pela Arquivística a partir do histórico da disciplina e de seu contexto de formação, e dos estudos sobre os documentos contemporâneos realizados por Luciana Duranti no Canadá.

5.1 Diplomática Clássica: elementos históricos e conceituais

A Idade Média compreendeu um período de grande importância para o espírito crítico, uma vez que manifestou, por meio da crítica documental, a consciência da força de um documento escrito.

Essa importância dada aos atos escritos possibilitou o surgimento de disciplinas e métodos capazes de assegurar a autenticidade de um documento.

Antigamente, a autenticidade documental não era uma característica intrínseca ao documento, e sim atribuída a ele de acordo com a instituição na qual estava alocado. Eram os arquivos públicos que tinham o poder de autenticar os documentos neles depositados, atribuindo-lhes o valor de fé pública.

Segundo MacNeil (2000, p. 03, tradução nossa), “quando pessoas físicas começam a depositar documentos falsos em arquivos públicos, para conferir-lhes fé pública, torna-se necessária a introdução de sanções para assegurar a autenticidade dos documentos”.

Nesse sentido, devido ao crescente número de falsificações, no século VI, foram introduzidas no Código Civil de Justiniano, regras práticas para distinguir os documentos autênticos dos falsos. Essas regras, porém, eram aplicáveis apenas aos documentos contemporâneos a ela, sendo impossível aplicá-las aos de épocas anteriores.

No entanto, a Idade Média registra uma crescente preocupação com a aplicação de normas para a compilação de documentos. Na Alta Idade Média, por exemplo, durante o pontificado de Inocêncio III (1198-1216) a redação e transcrição de documentos emanados da chancelaria Papal são regulamentadas. Dessa maneira, como citam Galende Díaz e Garcia Ruipérez (2003, p. 10), “na Alta Idade Média encontramos diversos casos isolados de crítica diplomática eminentemente jurídica, com referência e aplicação aos elementos externos e internos dos documentos”. Segundo os autores, por essas disposições e pela aplicação das mesmas, Inocêncio III pode ser considerado o iniciador da crítica diplomática.

Na Renascença, a contribuição para os estudos sobre a autenticidade de documentos partiu dos humanistas italianos Francesco Petrarca e Lorenzo Valla, respectivamente nos

séculos XIV e XV, ao aplicarem aos documentos políticos e religiosos de séculos anteriores uma crítica com base na Filologia⁶⁷. Essa crítica filológica, uma das mais famosas no século XV, provou que doações feitas ao Papa Silvestre por Constantino, no século IV, não existiram, e que os documentos que comprovavam as doações eram falsos.

Segundo Guyotjeannin (1993, s/p), com o advento do humanismo, as críticas ficaram mais pertinentes e mais acirradas, e, entre os séculos XVI e XVII, originou-se a chamada guerra diplomática (*bella diplomatica*).

Em 1643, a Igreja Católica, preferindo dedicar-se a uma teologia menos especulativa, publicou sob os auspícios de Jean Bolland, os primeiros volumes das *Acta Sanctorum*⁶⁸, na qual avaliavam os testemunhos relacionados à vida de cada santo, com o objetivo de separar o que era fato do que era lenda.

O segundo volume da *Acta*, de 1645, contou com a introdução do padre jesuíta Daniel Van Papenbroeck, na qual enunciou uma crítica documental para estabelecer a autenticidade de documentos antigos, aplicando-a a alguns documentos merovíngios preservados nos arquivos da Ordem de São Bento. Ao fazê-lo, declarou (erroneamente) que os documentos eram falsos, invalidando assim, a autenticidade dos documentos preservados no mosteiro.

Os beneditinos ficaram indignados com a afirmação de Papenbroeck e decidiram reagir, iniciando-se aí a “guerra diplomática” entre ambas as ordens.

Seis anos depois, em 1681, o monge beneditino Jean Mabillon, que habitava naquele momento a abadia de Saint-Germain-des-Prés, publicou o tratado *De re diplomatica libri VI*, no qual estabeleceu critérios para a crítica textual, respondendo às acusações de Papenbroeck.

Nesse tratado, Mabillon “investiga os critérios internos e externos dos documentos (...) estabelecendo princípios que puderam dar um juízo científico sobre a autenticidade dos documentos” (RABIKASKAS, 2000, s/p.).

Nasce, assim, a Diplomática, conceituada por Mabillon como “o estabelecimento de regras e termos certos e precisos pelos quais os instrumentos autênticos podem ser distinguidos dos falsos, e instrumentos certos e originais dos incertos e suspeitos” (MABILLON, apud MACNEIL, 2000, p.20, tradução nossa).

Mabillon coloca, portanto, os princípios essenciais para a crítica diplomática, com base em um estudo comparativo entre vários documentos, distinguindo os falsos e os suspeitos. O objetivo da crítica diplomática tinha uma ordem prática: estabelecer as regras

⁶⁷ A Filologia é a ciência que estuda uma civilização, cultura, língua, sob uma ótica histórica dos documentos escritos.

⁶⁸ Do latim, “os feitos dos Santos”

para julgar as fontes históricas. Estas fontes eram todos os documentos – “memórias e papéis – guardados nos arquivos” (BAUTIER, 1961, p. 198, tradução nossa).

A partir de Mabillon, o documento manifesta-se em sua forma física e intelectual e as partes podem ser separadas e examinadas isoladamente. Esse método, como ressalta MacNeil (2000, p. 22, tradução nossa), “transformou fatos escritos em fontes históricas, e norteou a crença de que o conhecimento sobre o passado, que não era de direto acesso, podia, apesar de tudo, ser atingido ao serem examinadas as partes do documento”.

O manual de Mabillon é, ainda hoje, considerado um clássico da crítica textual, e foi desenvolvido em seis livros: no primeiro, Mabillon se ocupou do exame dos caracteres internos e externos dos documentos; no segundo, dos meios de validação; o terceiro livro contém alguns estudos de caso; o quarto é uma lista comentada dos lugares reais onde poderiam ser criados os documentos soberanos; os quinto e sexto livros terminam com algumas amostras das escrituras diplomáticas e das publicações de textos.

A Diplomática nasceu, portanto, a partir da publicação de Mabillon, e dos estudos dos diplomas de autoridades soberanas, merovíngias e carolíngias. A não-definição da palavra *diploma* por Mabillon, em seu tratado, deu margem para o entendimento do termo no sentido mais restrito: monumentos autênticos e atos solenes do poder exercido pelos soberanos.

Seus sucessores, certamente o entenderam em sentido estrito, segundo a tradição humanística do século anterior: “os monumentos, os mais autênticos e os atos, os mais solenes do poder exercido pelos soberanos” (NOUVEAU TRAITÉ DE DIPLOMATIQUE, 1750, p. 01, apud Bautier, 1961, p. 198, tradução nossa).

Essa definição restrita, dada pelos sucessores de Mabillon, restringiu a crítica diplomática, durante dois séculos, aos atos e documentos gerados apenas por autoridades soberanas, pelos reis ou pela Igreja, limitando seu uso aos documentos contemporâneos.

Os métodos preconizados por Mabillon estenderam-se por toda a Europa para assegurar a autenticidade dos atos medievais gerados por alguma autoridade soberana, e, nesse sentido, vários tratados e manuais começaram a ser publicados, como uma extensão das ideias de Mabillon. Entre eles, o mais famoso é *Nouveau Traité de Diplomatie*, publicado entre 1750-1765 pelos também beneditinos, René Prosper Tassin e Carlos François Toustain.

Segundo Tognoli (2008, p. 04), a partir daí, os princípios diplomáticos são adotados pelos historiadores como instrumento de análise para documentos medievais enquanto fontes históricas e “ao final do século XIX, sob influência da Filologia e da Escola Científica de Historiografia, a Diplomática emergiu como ciência auxiliar da história e como disciplina autônoma” (MACNEIL, 2000, p. 29, tradução nossa).

A introdução dos estudos diplomáticos em escolas europeias, no final do século XIX, contribuiu para um progresso na formulação dos conceitos e métodos da disciplina, e, a partir daí, novas ideias são incorporadas no campo do objeto da Diplomática.

A restrição aos documentos medievais e estritamente jurídicos, causada pela interpretação limitada do termo *diploma*, perdurou durante dois séculos nas publicações que se seguiram após o tratado de Mabillon.

Durante todo esse tempo, várias foram as interpretações dadas ao termo, que encontrou nos alemães Ficker e Sickel, no século XIX, a definição referente ao termo alemão *Urkunden* – um testemunho escrito, redigido segundo formas determinadas, para servir de prova a um fato de natureza jurídica.

No século seguinte, emergiram outras definições para o objeto de estudo da disciplina, que englobavam, muitas vezes, apenas os documentos de natureza jurídica, ou que, não sendo dessa natureza, poderia causar tal efeito, como foi defendido por Dumas na década de 1930.

Ainda nesse contexto, Heinrich Brunner alia ao campo diplomático a documentação privada, e Cesare Paoli inclui na categoria “todas aquelas escrituras que têm, em um tempo, caráter histórico e jurídico, e estão revestidas de formalidades externas especiais” (PAOLI, 1942 apud GALENDE; GARCIA, 2003, p.12).

Essa falta de critérios para a definição do objeto de estudo da disciplina deu origem ao que os diplomaticistas chamaram de “crise da Diplomática”, período compreendido entre o final do século XIX até meados do XX.

Segundo Tognoli (2008, p. 05) o objeto de investigação nesse período era considerado o nó do problema. Ampliar o objeto de estudo da disciplina era necessário para superar a “velha Diplomática⁶⁹”.

Durante os anos que se seguiram, houve um grande esforço por parte dos diplomaticistas para superar a “crise”, e nesse contexto, Dumas, na década de 30, afirmou que a Diplomática não deveria apenas servir à História medieval. Para o autor, havia uma necessidade de se ter uma Diplomática contemporânea, capaz de analisar também os documentos contemporâneos.

No entanto, segundo Bautier (1961, p. 200, tradução nossa), a recomendação de Dumas viveu um hiato de cinco anos, quando finalmente, encontrou eco nos estudos de Alain de Bouïard e de Georges Tessier na França, e de Heinrich-Otto Meisner na Alemanha,

⁶⁹ Entende-se aqui como “velha Diplomática”, uma disciplina cuja preocupação residia apenas nos documentos históricos, e em sua maioria de caráter jurídico.

que declararam a importância do estudo dos documentos modernos, e da aplicação de uma diplomática contemporânea, capaz de assegurar a autenticidade desses atos.

Nesse contexto, a crise diplomática começa a ser superada na década de 50, quando Tessier publica *La diplomatie*, livro no qual definiu o objeto da disciplina como “a descrição e a explicação da forma dos atos escritos” (TESSIER, 1952, p.13, tradução nossa), apresentando como mais importante o estudo da forma documental. Na publicação, Tessier amplia o estudo da Diplomática em direção aos documentos produzidos em qualquer época, independente da natureza, e do conteúdo jurídico.

Logo, o estudo dos documentos pela Diplomática não estava mais limitado ao campo histórico, e a disciplina começa a deixar de ser vista apenas como uma “ciência auxiliar da História”.

Embora os primeiros estudos em direção a uma nova Diplomática tenham sido elaborados entre as décadas de 30 e 50, foi mais precisamente nos anos 60 que os pressupostos para uma disciplina mais ampla surgiram, a partir dos estudos de Robert-Henri Bautier. Segundo Tognoli (2009, p. 08), o autor pode ser considerado um marco teórico nos estudos da Diplomática e, conseqüentemente da Arquivística, no século XX, uma vez que é o primeiro a colocar, novamente, as duas disciplinas em contato.

Bautier é notadamente conhecido no campo dos estudos diplomáticos pelo texto *Leçon d'ouverture du cours de diplomatie à l'École des Chartes*, no qual – em sua primeira aula como professor na Escola, no dia 20 de outubro de 1962 – explica o surgimento da disciplina e a forma como essa se desenvolveu ao longo dos anos. No texto, o autor redefine o conceito de documento diplomático, colocando a Diplomática em contato com a Arquivística, e representando um ponto de partida para os estudos diplomáticos dos documentos administrativos contemporâneos.

“Robert-Henri Bautier lançou uma vigorosa defesa em favor da abertura da diplomática ao conjunto das fontes arquivísticas e, conseqüentemente, aos documentos administrativos” (GUYOTJEANNIN, 1993 s/p, tradução nossa).

Segundo Pratesi (1973, p.05, tradução nossa), “os pressupostos para uma Diplomática nova, mais ampla, partiram de Bautier”, ao reformular o conceito de documento diplomático – que até então tinha o sentido estrito da palavra alemã *Urkunden*.

Para Bautier, era necessário, primeiramente, que os diplomaticistas identificassem os tipos de documentos gerados em uma administração (*actes instrumentaries*), que compreendiam dois tipos: os atos administrativos (*actes administratifs*) e os papéis administrativos (*papiers administratifs*).

Os primeiros compreendiam os documentos gerados para cumprir uma função jurídica, ou seja, “que regulamentam ou notificam uma decisão, ou ainda, que são fontes de direitos ou de obrigações” (BAUTIER, 1961, p. 201, tradução nossa). Os *papiers administratifs*, compreendiam os documentos gerados na preparação dos atos, destinados a informar à administração do cumprimento de uma função.

Para Bautier, em ambos os casos os documentos podem se tornar fontes de direitos ou de obrigações, tanto para a própria administração como para outras pessoas interessadas. Segundo o autor (1961, p. 201, tradução nossa), é necessário que a administração conserve esses documentos enquanto arquivos, como possíveis fontes de prova.

A compreensão dos atos administrativos enquanto documentos de arquivos e sua identificação como o novo objeto de estudo da disciplina, permite o estabelecimento de uma identidade entre a Diplomática e a Arquivística.

A Diplomática, ao estudar um documento, não deve mais se preocupar com o conteúdo e o aspecto jurídico desse documento. Ela deve se interessar por esses documentos reunidos por uma característica em comum: “*le fait que dans tous les cas il s’agit de documents d’archives*” (BAUTIER, 1961, p. 202, tradução nossa).

Nesse contexto, o autor volta a estabelecer a relação entre os documentos de arquivo e a Diplomática. Relação essa anteriormente enunciada pelos beneditinos, no século XVIII.

Encontrou-se aqui, após um longo parêntese jurídico que a diplomática conheceu em meados do século passado, o ponto de vista tido pelos Beneditinos no século XVIII. Não é mais a noção do ato que define (...) mas aquela de documento de arquivo, de peças de arquivo. Na realidade, essa foi, durante todo o tempo, a ótica não dos diplomaticistas, mas dos historiadores que não deixaram de identificar as “obras literárias” como superiores aos “documentos diplomáticos” (BAUTIER, 1961, p. 201, tradução nossa).

Portanto, observa-se que a identificação entre ambas as disciplinas é feita pelo autor por meio do documento de arquivo. É o documento que irá estabelecer essa conexão entre as duas. “A diplomática e a arquivística são, as duas, ciências dos documentos de arquivo” (BAUTIER, 1961, p. 202, tradução nossa).

Bautier deixa ainda bem claro que, embora ambas se ocupem do mesmo objeto, a Arquivística irá se ocupar do conjunto de documentos, trabalhando em direção à conservação dos fundos, sua classificação, e sua disponibilização para os pesquisadores. A Diplomática, ao contrário, ocupa-se exclusivamente da peça documental, analisando primeiramente sua forma e, em seguida, sua gênese.

Segundo Tognoli (2009, p. 09) o trabalho de Bautier representou a primeira tentativa de expandir uma ciência que estava “limitada” a um período da História, e ao estudo de documentos de natureza exclusivamente jurídica.

Apesar dos avanços obtidos na década de 60, com o estabelecimento de uma identidade entre a Diplomática e a Arquivística a partir do documento de arquivo, a relação entre as duas disciplinas só começou a ser absorvida na década de 80, devido à necessidade de compreender o processo de criação dos documentos no final do século XX e início do XXI. Como destacam Guimarães e Tognoli (2007, p. 159)

[...] foi a partir dos anos 80 do século passado que a Diplomática pôde assumir uma nova dimensão, desvinculando-se do “binômio necessário” que até então desempenhava com a Paleografia e sendo encarada, pelos arquivistas, como uma ferramenta cujo método analítico-comparativo trouxe especial contribuição para o tratamento da documentação gerada na burocracia.

Tomados pelos exemplos e pelos estudos desenvolvidos por Bautier, os arquivistas europeus começam a ver o método diplomático como uma nova ferramenta para o tratamento da documentação gerada nos processos administrativos.

Dessa forma, a Diplomática, que antes se ocupava exclusivamente da espécie documental, agora, como ressalta Bellotto (2004, p. 53) é ampliada na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora.

Essa nova Diplomática, ampliada na direção da gênese documental é chamada de Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística, ou ainda, *Tipologia Documental*⁷⁰, e encontra em Paola Carucci, na Itália, uma de suas precursoras, notadamente ao publicar, em 1987, a obra “*Il documento contemporaneo: Diplomatica e criteri di edizione*”, onde define a Diplomática como uma disciplina que estuda o documento singular, ou a unidade arquivística elementar, documento, analisando, sobretudo, os aspectos formais para definir a natureza dos atos.

A autora tornou-se a precursora teórica dessa nova Diplomática na Itália – que já havia sido enunciada na França por Bautier – ao aplicar o método diplomático aos documentos

⁷⁰ A Diplomática Clássica tem seus estudos voltados para a estrutura formal do documento, ou seja, para a espécie documental, com o objetivo de verificar a autenticidade do documento em termos de estrutura e finalidade do ato jurídico que o gerou, enquanto a Tipologia Documental “volta-se para a lógica orgânica dos conjuntos documentais: a mesma construção diplomática em todos os documentos do mesmo tipo, para que disponha sobre ou cumpra a mesma função(...)“Por isso, a tipologia documental, ao incorporar todo o corpo teórico e metodológico da antiga diplomática, pode ser chamada de diplomática arquivística ou, melhor ainda (se se atentar para o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados, de diplomática contemporânea, como quer Bruno Delmas” (BELLOTTO, 2004, p. 52).

públicos administrativos e ao redefinir o conceito de documento diplomático, incluindo os produzidos por uma organização no curso normal das funções.

A partir dos estudos introduzidos por Carucci, confirmou-se que o objeto de estudo da Diplomática pode ser qualquer documento, independente da natureza, jurídica ou não. Como afirmou Pratesi (1979 apud Carucci, 1987, p. 28, tradução nossa), “hoje se manifesta (...) a tendência de dilatar o conceito de documento”, e essa tendência reconduz a uma ampliação do campo de estudo da Diplomática, que deve englobar agora, os documentos contemporâneos, produzidos no século XXI, em formas e meios diversos.

Ao estudar os documentos contemporâneos, Carucci conclui que os mesmos elementos contidos nos documentos medievais, estão presentes também nos documentos públicos administrativos dos dias de hoje. Segundo a autora (1987, p. 28, tradução nossa) “essa tendência reconduz a uma ampliação do objeto da Diplomática, da análise do documento ao estudo da instituição que o produz ou onde esse se encontra”.

Para Luciana Duranti (s/d p. 02, tradução nossa), o livro de Carucci pode ser considerado a primeira tentativa de aplicar a teoria e o método diplomático aos documentos que existem como parte de conjuntos indivisíveis, fundindo assim, Diplomática e Arquivística.

No entanto, embora o foco recaia sobre o documento contemporâneo, arquivístico e, portanto, diplomático, a abordagem de Carucci focaliza a utilização da Diplomática com fins à ordenação e descrição, em detrimento da compreensão da integridade dos fundos e das funções dos documentos em seus contextos, uma utilização diversa daquela proposta por teóricos pós-modernos como Nesmith⁷¹ e Taylor.

Bruno Delmas, professor de Diplomática Contemporânea da *École des Chartes* em Paris, vai ainda mais além. O autor estabelece uma relação direta da Diplomática com o que ele chama de “informação orgânica”, ou seja, o documento de arquivo, e reforça as bases teóricas e metodológicas de aplicação da Diplomática aos documentos contemporâneos, propostas por Carucci. Segundo o autor (1996, p. 440, tradução nossa)

[...] a noção de informação orgânica está implícita na noção de arquivos e fundos. (...) Hoje parece evidente que o objeto da diplomática contemporânea é a informação orgânica (...). Qualquer informação, já no momento em que é criada ou recebida por um organismo ou indivíduo no curso de sua atividade, por esse ato isolado, é arquivística e compõe o fundo arquivístico de seu autor ou recebedor, com o mesmo *status* dos documentos mais antigos.

⁷¹ “A Diplomática moderna à qual Brooke e Nesmith se referem é aquela que vai além da identificação tradicional dos processos e procedimentos envolvidos na criação das formas documentais” (MACNEIL, 1994, p. 145, tradução nossa).

A partir dos estudos realizados por Bautier, na França, sobre a natureza do documento diplomático e sua identificação com o documento de arquivo e por Carucci na Itália, sobre os elementos contidos em documentos contemporâneos e a aplicabilidade da crítica diplomática a esses documentos, e ainda, sobre a redescoberta da proveniência pelos autores canadenses, um novo estudo surge na América do Norte, a fim de comprovar a importância do estudo das funções e do contexto de produção para a organização do conhecimento arquivístico.

5.2 A Contribuição de Luciana Duranti para os estudos Arquivísticos

Em 1987, Luciana Duranti publica uma série de artigos em seis partes intitulada *Diplomatics: new uses for an old science*, no periódico arquivístico canadense *Archivaria*, na qual, influenciada pelas ideias de Carucci e refletindo seus estudos comparativos entre os documentos medievais e os documentos contemporâneos, a autora propõe novos usos para a disciplina, a partir da aplicação da crítica diplomática aos documentos de qualquer natureza.

A série de artigos de Duranti resultou em uma elaboração preliminar de um discurso híbrido sobre o que poderia ser chamado de Diplomática Arquivística Contemporânea, que integra princípios, conceitos e métodos diplomáticos e arquivísticos. Os artigos inspiraram inúmeras teses, artigos de periódicos, e um seminário internacional focado na aplicabilidade dos conceitos e métodos diplomáticos aos documentos do século XX (MACNEIL, 2000, p. 89, tradução nossa).

Em seu trabalho, Duranti propõe uma reaproximação da Diplomática com a Arquivística, construindo um discurso híbrido entre ambas, e propondo um novo método para a organização dos documentos. Esse novo método é o estudo da Tipologia documental, uma ferramenta segura para que o arquivista chegue à compreensão dos conjuntos documentais.

As fontes usadas para chegar à proveniência de um fundo e obter o conhecimento das funções são confiáveis, porém não suficientes. É necessário conhecer as atividades específicas de cada organismo e isso só é possível a partir das informações reveladas no próprio documento (DURANTI, 1995b, p. 202).

O método de análise proposto por Duranti pode ser aplicado perfeitamente aos documentos contemporâneos e ao estudo do processo de criação desses documentos. Por meio da análise tipológica, o arquivista pode identificar a função do documento e seu contexto de produção, focando sua análise na evidência, a partir de seus elementos formais, independentemente de outras fontes alternativas, como os organogramas e regimentos. A

análise é feita de baixo para cima, a partir da peça documental (*bottom-up diplomatic analysis*), do documento individual.

O método engloba os fatos e atos, os procedimentos que os geraram, as pessoas que trabalharam na criação do documento e a função impregnada nesse documento.

Quando o arquivista examina o documento, com o método diplomático, ele está estudando criticamente o fato e a vontade que o originou, sua relação com o propósito e a consequência, o desenvolvimento de seu processo genético e o caráter de sua forma física e intelectual (DURANTI, 1995b, p. 19).

Desse modo, “a análise do arquivista vai se deslocando desde o contexto documental imediato do material que examina até o amplo contexto funcional, e mais além, ao contexto sócio-cultural, isto é, desde a realidade do documento até a imagem dos criadores de documentos” (DURANTI, 1995b, p. 188).

A Diplomática proporciona a relação entre os criadores de documentos e os arquivistas, estabelecendo uma conexão entre o documento de arquivo e o sistema jurídico no qual foi criado.

Em seu trabalho “a autora retoma, portanto, a concepção de Bautier, de que ambas as disciplinas possuem o mesmo objeto, enfatizando que a Arquivística trabalha com o conjunto de documentos, e a Diplomática com o documento isolado” (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 30).

A estrutura da crítica diplomática proposta por Duranti, reflete uma progressão sistemática do específico para o geral e está dividida em:

- (i) elementos externos (suporte, escrita, linguagem, sinais especiais, selos, anotações);
- (ii) elementos internos (protocolo e subseções, texto e subseções, escatocolo e subseções);
- (iii) pessoas (autor do ato, autor do documento, destinatário do ato, destinatário do documento, escritor, controlador de assinatura, testemunho);
- (iv) qualificação de assinaturas (títulos e capacidade das pessoas envolvidas);
- (v) tipo de ato (simples, contratual, coletivo, múltiplo, complexo ou de procedimento);
- (vi) nome do ato;
- (vii) relação entre documento e procedimento (especificação da fase do procedimento geral sobre o que se refere o documento e, se o documento surge de um “ato de procedimento”, a fase do procedimento correspondente);
- (viii) tipo de documento (nome – carta, escritura; natureza –a público ou privado; ação – dispositivo ou probatório; estado – original, cópia)

(ix) descrição diplomática (contexto – ano, mês, dia, lugar; ação – pessoas, atos; documento – nome da forma, natureza, função, estado, suporte, quantidade); e

(x) comentários conclusivos.

Com a aplicação do método diplomático, o arquivista é capaz de reconstruir todo o contexto de produção de um conjunto documental, a partir de um único documento, uma vez que as fontes utilizadas para reconstruir o percurso do documento, como os organogramas e regimentos, por exemplo, nem sempre serão suficientes.

Logo, os estudos realizados pela autora provam que é perfeitamente possível a aplicação da crítica diplomática aos documentos contemporâneos e, com isso, os arquivistas passam a ver o método diplomático, ou estudo da Tipologia Documental, como uma ferramenta de suma importância para o conhecimento da documentação gerada no século XXI, uma vez que, como afirma Carucci (1987), “a análise das características formais e substanciais dos documentos é indispensável para identificar as séries, para reconduzir documentos singulares aos arquivos de origem, para entender em quais relações se encontram os documentos referentes a um mesmo procedimento conservados em séries distintas”.

Como destacam Barros e Tognoli (2008, p. 11) à medida que as administrações vão ficando mais flexíveis e existe uma horizontalidade nas funções e competências, a estrutura das instituições vai ficando mais fragmentada. Dessa forma, a análise dos documentos como peças documentais que, de alguma maneira, remontam a essa estrutura esfacelada, é um caminho seguro para o desenvolvimento dos métodos arquivísticos.

Constata-se, portanto, que a Diplomática Contemporânea tem um lócus investigativo privilegiado no Canadá, a partir dos estudos de Duranti, que (re)insere, ainda nesse contexto, os estudos de Sir. Hilary Jenkinson, reavivando os conceitos promulgados pelo autor no século passado.

A exposição de Duranti continha um rigor de análise além daquela desenvolvida na abordagem canadense da “*neo-provenance*” e ajudou a espalhar, com seus outros trabalhos e de seus estudantes, uma renovação neo-Jenkinsoniana cujo foco de atenção do arquivista recai no documento, especialmente em suas propriedades como evidência de atos e transações de seu criador (COOK, 1997, p. 36, tradução nossa).

O foco de Duranti no documento enquanto prova de um ato e suas transações, é constantemente discutido entre os teóricos da área, visto que, para a autora, o documento – entendido aqui como *record*, ou registro – nada mais é do que uma prova de uma ação. Duranti (1994b, p. 02) define o documento de arquivo a partir da concepção clássica arquivística, como “qualquer documento criado (produzido ou recebido e reservado para ação

ou referência) por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade como um instrumento ou subproduto de tal atividade”.

Como consequência, a influência do pensamento jenkinsoniano é refletida nas características do documento de arquivo⁷², defendidas pela autora e por sua proposta de uma Diplomática Contemporânea. Aqui, prevalecem as características de imparcialidade, autenticidade, neutralidade, inter-relacionamento e unicidade.

Os documentos de arquivo são considerados imparciais⁷³, uma vez que são “inerentemente verdadeiros, ou como diz o arquivista britânico Hilary Jenkinson ‘livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje’” (DURANTI, 1994b, p. 02). São considerados autênticos, uma vez que foram criados tendo-se em mente a “necessidade de agir por meio deles, e são mantidos com garantias para futuras ações ou para informação (...) os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser conservados” (DURANTI, 1994b, p. 03).

A naturalidade diz respeito ao modo como os documentos são acumulados no curso das atividades. “O fato de os documentos (...) se acumularem de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, os dota de um elemento de coesão espontânea, ainda que estruturada” (BAUTIER, 1961, apud DURANTI, 1994b, p. 03).

Os documentos de arquivo são, ainda, inter-relacionados, já que cada documento mantém uma relação com os outros produzidos dentro do mesmo grupo. Essa característica permite o entendimento do arquivo enquanto um conjunto de documentos que se relacionam entre si, contribuindo para a comprovação de um fato. “Em outras palavras, os documentos arquivísticos estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo” (DURANTI, 1994b, p. 04).

Duranti coloca essa inter-relação como o vínculo arquivístico⁷⁴ (*archival bond*) necessário e intrínseco ao documento de arquivo. Segundo a autora (1997, p. 215), no seio da arquivística encontra-se conceito de vínculo arquivístico, que é a rede de relações que cada documento estabelece com os outros documentos pertencentes ao mesmo grupo.

⁷² Para a autora, o documento de arquivo é o registro (*record*). Dessa forma, em algumas traduções dos textos da autora feitas aqui, ora aparece a palavra registro, ora documento de arquivo.

⁷³ Destaca-se aqui que a característica de imparcial recai sobre o processo de criação do documento, e não sobre seu conteúdo.

⁷⁴ Ver DURANTI, Luciana. Archival Bond. In: Archives and Museum Informatics, vol. 11, nº3-4, 1997, p. 213-218.

A quinta e última característica documental recolocada por Duranti é a unicidade, onde cada documento é único no momento de sua criação e no contexto em que foi produzido, dentro do grupo.

Assim como Terry Cook, Luciana Duranti⁷⁵ também propõe algumas formulações a partir da extensão dos estudos diplomáticos aos documentos contemporâneos, no que diz respeito ao contexto de criação dos documentos, identificando cinco contextos relevantes que devem ser levados em conta na hora da organização do conhecimento arquivístico. São eles:

(1) o contexto jurídico-administrativo – o sistema legal e organizacional ao qual o documento pertence, como indicado em leis e regimentos, etc.;

(2) o contexto de proveniência – quem cria a documento, seu mandato, estrutura e funções, como indicado em organogramas, relatórios anuais, esquemas de classificação

(3) o contexto processual – os processos que levam à criação do documento;

(4) o contexto documental – o fundo arquivístico ao qual o documento pertence e sua estrutura interna, como indicado em esquemas de classificação, inventários, índices, etc.;

(5) o contexto tecnológico – as características dos componentes técnicos do sistema de registro no qual o documento é criado.

Conclui-se, portanto, que a concepção proposta por Duranti e pela Diplomática Contemporânea, no que diz respeito ao estudo dos processos de criação do documento, leva em conta a lógica interna dos conjuntos documentais, “onde o contexto de criação do documento é manifestado na forma documental, e essa, por sua vez, pode ser separada e examinada independente de seu conteúdo” (DURANTI, 1997, p. 215, tradução nossa).

Dessa forma, os conceitos e princípios basilares da Arquivística, tais como o conceito de documento (*record*), o princípio da proveniência, o princípio da ordem original, o conceito de fundo e de Ciência Arquivística, propostos pela abordagem de Duranti, também refletirão uma visão “livre” das influências políticas, sociais e culturais, e, portanto, mais descritiva e positivista do que funcional e pós-moderna.

Logo, para Duranti, a Arquivística “é o conjunto de conhecimentos sobre a natureza e características dos arquivos e do trabalho arquivístico, sistematicamente organizado em teoria, metodologia e prática” (DURANTI, 1995a, p. 01), com princípios e conceitos universalmente válidos, sendo uma ciência neutra e desinteressada.

Nesse contexto, uma vez que seus princípios são “universalmente válidos”, a autora não propõe uma reinterpretação dos mesmos, e muito menos sua reformulação, como o fez

⁷⁵Ver Diplomats. DURANTI, Luciana.; EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather; 2002, apud DURANTI, L, s/d, p. 10.

Terry Cook, baseando-se nos principais manuais arquivísticos para construir suas concepções, tais como o Manual dos Arquivistas Holandeses, o *Manual of Archival Administration* de Jenkinson, *Archivistica* de Casanova, *Archivkunde* de Brenneke e *Modern Archives* de Schellenberg.

A proposta colocada por Duranti e, conseqüentemente, pela Diplomática Arquivística, é justamente a manutenção dos princípios e conceitos arquivísticos promulgados nos primeiros manuais, e a renovação do método e do objeto da Diplomática, para que, a partir dessa, os arquivistas consigam identificar e restabelecer o contexto de criação dos documentos contemporâneos, nos mais diversos meios e suportes, garantindo assim a manutenção da Arquivística no século XXI.

Portanto, destaca-se aqui, o importante papel do estudo da Tipologia Documental, e por consequência da Diplomática, para os novos contextos de produção documental, inclusive sua aplicação aos documentos eletrônicos, pois, com o advento das novas tecnologias de informação, os arquivistas se veem despreparados para tratar da quantidade de documentos gerados pelos novos sistemas. Com isso, os profissionais da informação têm à frente mais um desafio: manter os registros criados em meio eletrônico inalterados, de forma a garantir seu acesso e sua autenticidade e fidedignidade nos sistemas em que foram gerados.

A partir dessas novas questões colocadas, ocorre uma mudança de paradigma na Arquivística, como foi anunciado nos capítulos anteriores, e os arquivistas se dão conta de que a disciplina não é mais capaz de resolver sozinha todos os problemas. É nessa mudança de paradigma que a Diplomática, novamente, irá fornecer uma base teórica e metodológica para a solução das questões apresentadas, e mais uma vez o papel de Luciana Duranti é fundamental.

5.2.1 Luciana Duranti e os documentos eletrônicos: a contribuição do Projeto InterPARES

Como se observou até agora, as novas tecnologias de informação causaram um grande impacto na Arquivística contemporânea e no papel que os arquivistas desempenham nesse novo contexto.

Destaca-se que a “redescoberta da proveniência” pelos canadenses se deu em grande parte pelo desenvolvimento dos sistemas eletrônicos de informação e a enunciação de um

novo paradigma emergente refletiu a necessidade de preservar a identidade das informações arquivísticas em meio eletrônico. Como afirmaram Richard Lytle e David Bearman⁷⁶ (1985, p. 36, tradução nossa),

[...] a recuperação da informação pela proveniência, centrada no estudo da forma e função do documento, e contexto de criação, e re-apresentação para pesquisadores em registros de autoridades, era superior aos métodos de recuperação baseados no assunto e conteúdo, e assim, ofereceu a chave para que os arquivistas desenvolvessem um papel válido na era dos documentos eletrônicos.

A partir dessas considerações, os arquivistas canadenses têm trabalhado também em direção à identificação das características dos documentos gerados em meio eletrônico, e de métodos e critérios para garantir a preservação de sua integridade, autenticidade e confiabilidade.

Nesse sentido, entre 1994 e 1997, Luciana Duranti e Terry Eastwood desenvolveram um projeto intitulado *The preservation of the Integrity of Electronic Records*, comumente conhecido como “projeto UBC” – uma vez que foi desenvolvido na **University of British Columbia**. Seu objetivo era identificar e definir conceitualmente a natureza de um documento eletrônico e as condições necessárias para assegurar sua integridade quando mantido pelo criador em uma fase ativa ou semi-ativa.

Os pesquisadores começaram seu trabalho ao articular o conjunto de premissas gerais relativas à natureza de um documento em um ambiente de preservação moderno (e predominantemente em papel) e as condições necessárias para assegurar sua confiabilidade e autenticidade. Essas premissas foram então interpretadas dentro de uma estrutura de sistemas eletrônicos. Essa interpretação gerou um número de hipóteses expressando os componentes necessários e suficientes para um registro eletrônico completo, confiável e autêntico (MACNEIL, 2000, p. 90, tradução nossa).

De um ponto de vista teórico, esse trabalho resultou em uma pequena revisão nos conceitos, integrando a Arquivística a outras disciplinas, como a Diplomática. Do ponto de vista metodológico, produziu regras para a criação e manutenção de um registro pelo criador em meio eletrônico.

O êxito obtido pelo projeto UBC foi o ponto de partida para o mais completo projeto desenvolvido na área para a preservação dos documentos eletrônicos: o projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*), desenvolvido por Luciana Duranti.

⁷⁶ Ver BEARMAN, David.; LYTLE Richard. The power of principle of provenance. In: Archivaria, vol. 21, (winter) 1985-86, p. 14-27.

Enquanto o objetivo do primeiro era definir critérios para criar, manter e conservar documentos eletrônicos ativos ou semi-ativos, confiáveis e autênticos, o objetivo do projeto InterPARES é desenvolver um conhecimento teórico e metodológico para a preservação a longo prazo dos registros eletrônicos autênticos, criados e mantidos em meio eletrônico. “Esse conhecimento deveria oferecer a base para a formulação de políticas modelo, estratégias e padrões capazes de assegurar a longevidade de tais materiais e a habilidade de seus usuários em confiar em sua autenticidade” (DURANTI; THIBODEAU, 2006, p. 13, tradução nossa).

Durante o Projeto, fez-se necessário o estabelecimento dos conceitos e concepções dos termos registro (*record*), documento (*document*), informação (*information*) e dados (*data*). Tais termos eram necessários para estabelecer o conceito real de documento eletrônico, objeto de estudo do trabalho.

Nesse sentido, o termo *record* refere-se a qualquer documento criado (feito ou recebido e preservado – mantido, salvo – para uma ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade prática como um instrumento ou sub-produto de tal atividade. Logo, a concepção clássica de documento de arquivo. *Document* foi definido como informação registrada; *information*, como mensagem que pretende comunicar por meio do tempo e do espaço; e *data* como o menor pedaço de informação significativa (DURANTI; THIBODEAU, 2006, p. 15, tradução nossa).

Como consequência, definiu-se registro eletrônico (*eletronic record*) como um documento de arquivo preservado e utilizado em forma eletrônica, independentemente da forma original na qual ele foi criado ou recebido.

A concepção do InterPARES 1 era completamente consistente com o princípio arquivístico de que o que o criador trata como um documento no curso de qualquer ação é, de fato, um registro no contexto dessa ação. Está claro também que o que distingue um registro de um documento que não é um registro é a natureza de sua relação com a atividade do criador, e não suas características formais ou conteúdo (DURANTI; THIBODEAU, 2006, p. 15, tradução nossa).

As características do registro foram definidas a partir das teorias da Arquivística e da Diplomática. A primeira foi essencial para entender os documentos enquanto parte de um conjunto, examinando suas relações com os outros documentos, com as pessoas envolvidas em sua criação e com as atividades que os geraram. A Diplomática, por sua vez, contribuiu para fornecer as características necessárias para a composição de um registro.

Nesse sentido, foram identificadas as seguintes características: (1) uma forma fixa, em que o conteúdo possa ser armazenado, permanecendo inalterado; (2) um conteúdo imutável;

(3) ligações com outros documentos que estão dentro ou fora do sistema; (4) um contexto administrativo identificável; (5) um autor, um destinatário e um escritor; e (6) uma ação.

O grupo de pesquisa aceitou como hipótese de trabalho a suposição fundamental da diplomática que, independente das diferenças na natureza, proveniência ou data, de um ponto de vista formal todos os documentos são parecidos o bastante para possibilitar a concepção de uma forma documental típica, ideal, contendo todos os possíveis elementos de um registro (DURANTI; THIBODEAU, 2006, p. 16, tradução nossa).

A partir dessas concepções diplomáticas, o grupo de pesquisa do Projeto pôde identificar os elementos contidos em documentos eletrônicos, constando que eles podiam ser encontrados nos documentos tradicionais. Logo, os elementos formais eram os mesmos. A partir daí, ficou mais fácil criar modelos de documentos eletrônicos que pudessem prover as características buscadas pelo projeto, a saber: autenticidade, fidedignidade e confiabilidade.

A primeira fase do projeto teve início em 1999 e foi finalizada em 2001. Nesse período, os pesquisadores lidaram com registros criados em bases de dados ou por sistemas de gerenciamento de documentos, produzindo exigências e métodos para a criação, manutenção, seleção e preservação dos documentos digitais autênticos, em sua maioria, frutos de atividades administrativas.

Em 2002, teve início a segunda fase do projeto. O objetivo agora era o estudo dos documentos digitalmente produzidos em sistemas interativos⁷⁷, dinâmicos e experimentais como subproduto das atividades artísticas, científicas e governamentais.

O objetivo do InterPARES 2, é assegurar que a porção da memória gravada da sociedade que é digitalmente produzida em sistemas interativo, dinâmico e experimental, e como um subproduto, de atividades artísticas, científica e governamental eletrônica, possa ser criada em uma forma precisa e confiável, e mantida e preservada em uma forma autêntica, em ambos termos, curta e longo duração, para o uso daqueles que o criaram e da sociedade em geral, independentemente da obsolescência tecnológica digital e da fragilidade das mídias (DURANTI; THIBODEAU, 2006, p. 14, tradução nossa).

O projeto de pesquisa também usou conceitos e métodos de outras disciplinas, incluindo, Direito, Ciência da Computação, Engenharia da Computação e Estatística, e contou

⁷⁷ “Aqui, o projeto InterPARES adotou a definição do Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), onde sistemas interativos são aqueles ‘onde cada entrada do usuário causa uma resposta para uma ação do sistema ou a partir dessa ação’. Ex: Propaganda de serviços governamentais on-line e apresentações musicais baseadas em interação homem/máquina, vídeo games comerciais.(...) Os registros dinâmicos são os documentos cujo conteúdo depende dos dados que variam continuamente e que são alocados em várias bases de dados e planilhas. Ex: variam de simples páginas da Web a links para sistemas complexos onde a informação é estocada e atualizada para ser compartilhada via transmissão sem fio por usuários diversos, de várias maneiras.(...) Para os documentos experimentais, o projeto usou a definição de Clifford Lynch, onde “um objeto experimental é aquele cuja essência vai além dos bits que o constituem, e incorpora o comportamento do sistema de interpretação, ou ao menos a interação entre o objeto e o sistema de interpretação. Ex: áudio e imagens em movimento, inseridos em páginas da Web; e sistemas de realidade virtual” (DURANTI; THIBODEAU, 2006, p. 26, tradução nossa).

com um grupo de co-pesquisadores dos setores público e privado de diversos países, entre eles Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Hong Kong, China, Suécia, França, Itália, Portugal, Austrália, Reino Unido e Holanda.

A segunda fase terminou em 2007 e definiu padrões e métodos para a criação e manutenção dos registros autênticos nos ambientes propostos inicialmente.

Em 2007, uma nova fase do projeto começou. Após identificar e definir os métodos e padrões, e o conhecimento necessário para que os profissionais da informação possam gerenciar o enorme fluxo informacional contido nos ambientes interativos, dinâmicos e experimentais, os pesquisadores do projeto irão colocar na prática todo esse conhecimento, trabalhando com arquivos e documentos arquivísticos em organizações de pequeno e médio porte, desenvolvendo programas de treinamento ao redor do mundo. O objetivo dessa terceira fase é dar vazão a todo esse conhecimento gerado nas duas primeiras fases do projeto.

Nesse processo, um conhecimento detalhado será desenvolvido em (1) como a teoria geral e os métodos podem ser implementados em arquivos de pequeno e médio porte e em unidades, para que possam ser tornar práticas efetivas; (2) quais fatores determinam o tipo de implementação apropriada para cada conjunto de registros em cada contexto; e (3) quais habilidades profissionais são requeridas para conduzir tais operações (PROJETO INTERPARES, 2009, tradução nossa).

Para tanto, o projeto contará agora com mais países para a disseminação de seus resultados, entre eles Brasil, África, Colômbia, Malásia, México, Turquia, entre outros.

Em 2009, o Projeto InterPARES completou 10 anos de trabalho, de contribuição teórica e metodológica para a Arquivística, à medida que tem conseguido dar uma resposta para a disciplina sobre as questões que assombraram a área e seus profissionais no início da década de 80, quando uma ruptura paradigmática foi anunciada pelas novas tecnologias de informação e produção documental.

CAPÍTULO 06

**CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS ABORDAGENS APRESENTADAS:
Arquivística Integrada, Arquivística Funcional e Diplomática Arquivística e suas
possíveis interlocuções**

“The narrative archivists have constructed around the concepts (...) is only one among many narratives. And it should be viewed as an open-ended rather than a closed narrative: on that needs continually to be revisited and rewritten as new ways of looking at the world present themselves”.

Heather MacNeil

Nos capítulos anteriores, buscou-se demonstrar as correntes, ou abordagens, dominantes no pensamento arquivístico canadense. Essas abordagens, embora frutos de um contexto social, político e cultural específico, encontram reflexo no pensamento arquivístico mundial.

É interessante destacar: as abordagens não são excludentes, e há um possível diálogo entre elas, podendo, futuramente, integrar uma abordagem nova que aceite, por exemplo, a condição pós-moderna da Arquivística Funcional no concernente à reformulação dos princípios e conceitos básicos da disciplina, a integração dos *records managers* e dos *archivists* em um ciclo documental completo como propõe a Arquivística Integrada, e o estudo do contexto a partir do documento, como propõe a Diplomática Arquivística.

Nesse sentido, esse capítulo busca elucidar essas possíveis interlocuções entre as correntes canadenses, de forma a integrar os elementos positivos de cada uma para a construção de uma Arquivística Contemporânea, capaz de dar conta do novo contexto documental – formado a partir da década de 80 – respondendo às demandas de produção e organização do conhecimento arquivístico.

Para tanto, elaboraram-se dois quadros: o primeiro comparando alguns elementos fundamentais das três abordagens, que foram delimitados ao longo dos capítulos anteriores; o segundo demonstrando as características de uma disciplina contemporânea que poderia – ou não – ser ideal, pautada nos pontos de conexão entre as três abordagens enunciadas no Canadá.

Abordagem	Fundamentação epistemológica	Características da Arquivística	Documento de Arquivo	Objeto de estudo	Representantes
<p>Arquivística Integrada</p> <p>Década de 1980</p> <p>Canadá Francês</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Baseada na Arquivística Francesa (arquivos históricos e princípio da proveniência) e na Gestão de documentos norte-americana - Identificação do objeto de estudo como “informação registrada - Enunciação do novo paradigma no final do século XX. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplina integradora que engloba a criação, tratamento, conservação e utilização de documentos ativos, semi-ativos e históricos - Autônoma - Interdisciplinar 	<ul style="list-style-type: none"> - Aqueles produzidos ou recebidos por uma pessoa ou organismo para as suas necessidades ou o exercício das suas atividades e conservados pelo seu valor de informação geral - Informação orgânica 	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de informações orgânicas (arquivos) 	<p>Carol Couture Jean-Yves Rousseau Jacques Ducharme Michel Duchein Louise Gagnon-Arguin André Bissonnette Muriel Doyle-Frenière André Frenière</p>
<p>Arquivística Funcional</p> <p>Década de 1980</p> <p>Canadá inglês</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Baseada no contexto da Pós-Modernidade e da enunciação do novo paradigma - Redescoberta do Princípio da Proveniência - Reformulação dos princípios basilares da área - Importância da dimensão social do documento – paradigma social dos arquivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplina em constante evolução, mutável, e dinâmica, capaz de se adaptar às novas realidades de produção documental - Interdisciplinar 	<ul style="list-style-type: none"> - Entidade construída e mantida socialmente - Forma de poder e de manipulação - Símbolos construídos - Dado conceitual - Agente ativo e dinâmico na vida dos indivíduos, organizações e sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> - Contexto de produção dos documentos - Análise dos criadores do documento - <i>Process-bound information</i> 	<p>Terry Cook Hugh Taylor Tom Nesmith Laura Millar David Bearman Eric Ketelaar Hans Booms Verne Harris Ciara Trace</p>
<p>Diplomática Arquivística</p> <p>Década de 1980</p> <p>Itália</p> <p>Canadá Inglês</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Baseada na Diplomática Clássica - Manuais de Arquivística dos séculos XIX e XX - Estabelecimento de uma identidade entre documento de arquivo e documento diplomático proposto por Bautier na década de 1960. - Enunciação do novo paradigma no final do século XX. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ciência neutra e desinteressada com princípios e conceitos universalmente válidos, que englobam a natureza, as características dos arquivos e o trabalho arquivístico. - Ciência livre das influências políticas, sociais e culturais. - Interdisciplinar 	<ul style="list-style-type: none"> - A prova de uma ação - Subproduto de uma atividade desenvolvida por uma pessoa física ou jurídica - Imparcial - Neutro - Natural - Inter-relacionado - Autêntico - Único - Inerentemente verdadeiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Documento de arquivo - Relação entre o documento de arquivo e o sistema jurídico no qual foi criado. - Informação orgânica - Forma documental 	<p>Luciana Duranti Heather MacNeil Bruno Delmas Paola Carucci Robert-Henri Bautier</p>

Quadro 1. Quadro Comparativo das abordagens canadenses

Fonte: Elaborado pela autora

Fica claro, a partir da análise do quadro 1, o momento em que a disciplina rompe com suas verdades universais e passa a enfrentar o problema da gestão da informação orgânica em meios eletrônicos.

Anteriormente, distinguiam-se apenas duas correntes no pensamento arquivístico mundial: (i) a Arquivística tradicional, desenvolvida na França e em outros países europeus, cuja preocupação recai, sobretudo nos arquivos históricos; e (ii) a Gestão de documentos, desenvolvida nos Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial, ocupando-se exclusivamente dos documentos correntes.

A década de 80 representa a mudança de pensamento do arquivista no relacionado aos conceitos e princípios sustentadores da disciplina, e sua preocupação com os novos meios de produção de documentos de arquivo permite a emergência de um novo paradigma, e a partir dele, emergem abordagens complementares que possam dar conta desse novo contexto de produção documental, sustentando a disciplina no século XXI.

Embora as três abordagens tenham emergido em contextos diferentes, com bases epistemológicas diversas, o momento de ruptura paradigmática encontra nelas um fator em comum, o que demonstra a força que os novos meios de comunicação e produção de informação exercem sobre a natureza da disciplina nesse novo milênio.

Nesse sentido, faz-se necessário caracterizar a Arquivística como uma disciplina interdisciplinar, elemento observado em todas as abordagens. Sua atuação com a História, a Administração, a Informática e a Diplomática permite uma abrangência muito maior de seu contexto de atuação, além de possibilitar à disciplina mutação e dinamicidade, contribuindo sobremaneira para sua evolução.

Evolução essa, que se faz necessária, uma vez que, caracterizar a Arquivística como uma ciência neutra e desinteressada, com princípios universais, não condiz mais com a realidade pós-moderna na qual a sociedade se encontra.

Aqui entra em discussão a natureza da área. A Arquivística Integrada e a Arquivística Funcional trabalham com o conceito de disciplina (científica), enquanto a Diplomática Arquivística, sofrendo influências do pensamento positivista dos neo-jenkinsonianos, irá tratá-la como uma ciência. No entanto, não cabe aqui delimitar sua natureza – para isso seria necessário uma pesquisa específica – e sim estabelecer os elementos de diálogos entre as abordagens. Logo, identifica-se aqui sua natureza enquanto uma disciplina científica, e não uma ciência.

A integração de prática e teoria que circundam o ciclo vital dos documentos é um dos pilares para o que Lopes (1997, p. 45, tradução nossa) chamou de Internacionalização da

disciplina. A partir desta, há um maior desenvolvimento científico dos estudos, uma aproximação com outras áreas do conhecimento e uma possível aplicação universal⁷⁸ de conceitos e metodologias, sem distinção de país ou cultura.

Essa universalização dota a disciplina de um *status* científico, uma vez que essa é uma característica comum a todas as disciplinas das ciências contemporâneas (LOPES, 1997, p. 49, tradução nossa).

A Arquivística, como outras, deverá sofrer as influências do pensamento pós-moderno no estabelecimento de sua natureza, objeto e objetivo.

Tradicionalmente fundamentada na História e na Diplomática, a Arquivística viu seu trabalho limitado durante um século ao estudo dos documentos permanentes, mantidos em arquivos históricos. Após a Segunda Guerra Mundial, com a enunciação da gestão documental, os documentos ativos e semi-ativos passam a ser considerados objeto de estudo de outra área, dando lugar a uma ruptura no ciclo documental.

O restabelecimento no Canadá, da Arquivística enquanto uma disciplina integrada levou também a uma nova conceituação e caracterização do documento de arquivo, e do objeto de estudo da disciplina.

Quando os teóricos do Québec anunciam o conceito de informação orgânica em substituição ao documento de arquivo, um novo momento de ruptura acontece. Esse momento encontra uma interlocução na Arquivística Funcional e na Diplomática Arquivística, como pode ser observado no quadro.

É interessante destacar que, durante mais de um século de existência enquanto disciplina, a Arquivística ainda não possui uma unidade de critério acerca das características do documento de arquivo. Não que isso seja um fator negativo, pelo contrário, mas é no mínimo curioso observar as diferenças propostas pelas abordagens estudadas nesse trabalho.

Desde o início, os documentos foram criados para servir de prova de um determinado fato, atestando deveres e comprovando direitos, e são identificados como objeto da Arquivística no final do século XIX, quando essa adquire o *status* de disciplina.

As bases para um entendimento dos documentos enquanto fontes históricas e provas de um fato, estão enraizadas no ideal filosófico de verdade, enunciado no século XVII que

⁷⁸ Aqui, o conceito de universal é diferente daquele anteriormente proposto por Bucci, no capítulo 3. No sentido proposto por Lopes, os princípios e conceitos arquivísticos podem ser aplicados por todo mundo (universalmente), independente do contexto social, político e econômico. No sentido proposto por Bucci, universal significa imutável. Nesse caso, ao dizer que a Arquivística não é universal, o autor defende que seus princípios e conceitos não são imutáveis.

encontrou na investigação empírica um meio de estabelecer a verdade por meio de inferências, generalizações e probabilidades.

Esse ideal filosófico de verdade encontra lugar no racionalismo do século XVIII e no positivismo do XIX, este último influenciando decisivamente a constituição da Arquivística enquanto área do saber. Nesse contexto, os padrões histórico e legal dessa época foram absorvidos pela disciplina em sua teoria e metodologia e, segundo MacNeil (2001, p. 39, tradução nossa), “permanecem incorporados no pensamento arquivístico e sustentam nossas suposições atuais sobre o que constitui um documento confiável e autêntico em geral”.

As características “confiável” e “autêntico” estão intimamente ligadas às características “imparcialidade”, “naturalidade” e “neutralidade”, moldadas nos postulados de Jenkinson, e que têm sido utilizadas para definir o conceito de um documento arquivístico ideal no século XXI, documento esse, concebido, redigido e construído em um contexto histórico, social e cultural diferente daquele encontrado nos séculos anteriores.

Nesse sentido, se a sociedade se encontra agora em um contexto pós-modernos, onde as certezas e verdades absolutas deram lugar às rupturas e desconstruções, como poderá continuar afirmando que o documento de arquivo é um mero subproduto de uma atividade, desempenhada por uma pessoa física ou jurídica no decorrer de uma função? E que esse “subproduto” é imparcial, neutro e “nasce” naturalmente?

O pós-moderno busca rupturas, busca eventos em vez de novos mundos, busca o instante revelador depois do qual nada mais foi o mesmo, busca um “quando-tudo-mudou” (...), ou melhor, busca os deslocamentos e mudanças irrevogáveis na *representação* dos objetos e do modo como eles mudam (JAMESON, 2000, p. 13).

O instante revelador, apresentado por Jameson, pode ser identificado na Arquivística como a mudança de paradigma anunciada na área no final dos anos 80. Após a enunciação, a disciplina deve buscar um novo rumo, em direção a essa nova realidade e deve entender que seu objeto, de fato, mudou.

O documento de arquivo passa a ser entendido como uma entidade social e culturalmente construída, na qual estão implicadas as relações de poder, onde mais de uma história pode ser contada. Esse novo “lugar” ocupa uma posição tendenciosa, e não está livre das influências sofridas em seu contexto de criação.

O modelo de “documento ideal” proposto nos estudos dos neo-jenkinsonianos como Luciana Duranti, não pode mais ser absorvido como uma verdade absoluta por uma disciplina contemporânea, que se encontra em uma sociedade pós-moderna, e que vai de encontro às metanarrativas e aos conceitos e métodos propostos nos séculos XIX e XX.

Claro que é necessário estabelecer as características documentais, como autenticidade e fidedignidade; no entanto, o arquivista deve ter em mente que, ao fazê-lo, está implicando suas próprias construções moldadas em um contexto particular.

Para os arquivistas, a teoria pós-moderna nos lembra o que nós já deveríamos saber, que os métodos para avaliar o valor de verdade dos documentos como prova estão fundados em um modo particular de olhar o mundo e em uma concepção particular dos documentos como um tipo de testemunho sobre o mundo. Os critérios que eles estabeleceram para determinar o que conta como verdade são produtos de escolhas históricas, culturais, e políticas e não esgotam todas as maneiras possíveis de olhar para o mundo ou para a relação entre os documentos e o mundo (MACNEIL, 2001, p. 45, tradução nossa).

Em um mundo pós-moderno, os arquivistas devem levar em conta as diversas narrativas que estão compostas em um documento. O que se vê não é a única história contada e sim uma das histórias que estão implicadas no documento. Eles devem ter em mente que estão moldando a herança documental da sociedade e que o documento desempenha um papel ativo e dinâmico nesse contexto.

A interlocução entre as abordagens pode ser observada também no objeto de estudo da Arquivística. É claro que o documento de arquivo continua a ter um papel importante nessas abordagens, pois ele não deixa de ser o instrumento e o registro de uma ação, no entanto, o papel central é dado à informação e ao seu processo de produção.

O contexto de produção dos documentos e a análise dos criadores é o principal foco da abordagem funcional. Estudar quem produz, por que e como produz, e quais as intenções por trás daquele documento produzido são a máxima do pensamento pós-moderno, logo, a máxima da Arquivística Funcional. O contexto por trás do texto. A análise do criador para o documento, e não do documento para o criador, como propõe a Diplomática Arquivística.

Já segundo a abordagem diplomática, todo o contexto e o processo podem ser observados a partir do estudo da forma documental. Nesse sentido, ambas se diferenciam quanto aos meios – a primeira tem sua análise de cima para baixo (contexto-documento), e a segunda tem sua análise de baixo para cima (documento-contexto) – porém, independentemente do caminho escolhido, o arquivista conseguirá chegar ao mesmo lugar: na identificação do contexto de produção dos documentos, e conseguirá proceder a uma organização arquivística baseada em princípios e conceitos válidos.

É interessante observar que, embora todas as abordagens trabalhem com o conceito de informação orgânica, apenas a primeira abordagem (Arquivística Integrada) se vê inserida dentro da Ciência da Informação. Isso demonstra uma carência também dos estudos relativos à informação enquanto objeto da Arquivística.

6.1 Arquivística Contemporânea: uma nova abordagem?

Baseando-se nesses elementos comuns, que permitem uma interlocução entre as abordagens, elaborou-se um quadro do que seriam as características ideais para uma abordagem contemporânea, que poderia dar conta do novo contexto de produção dos documentos contemporâneos.

Abordagem	Definição	Fundamentação epistemológica	Características do documento de arquivo	Objeto de estudo	Processo de OCA
Arquivística Contemporânea	Uma disciplina dinâmica e interdisciplinar, responsável pela natureza do trabalho arquivístico, que engloba a criação, manutenção, tratamento e disseminação da informação orgânica em ambientes tradicionais e digitais	<ul style="list-style-type: none"> - Enunciação de um novo paradigma, a partir da década de 1980. - Arquivística Integrada (abrange todo o ciclo documental – dos documentos ativos aos históricos) - Arquivística Funcional (pós-modernidade como tendência dominante) - Diplomática Arquivística (método diplomático) 	<ul style="list-style-type: none"> - Produzido em função de uma atividade desempenhada por uma pessoa ou instituição - Equivalente à informação orgânica - Entidade construída e mantida socialmente - Agente ativo na formação da memória do indivíduo e da sociedade - Forma de manipulação e poder 	Processo e contexto de criação dos conjuntos de informações orgânicas	Documento-contexto <i>Bottom-up diplomatics analysis</i>

Quadro 2. Características da Arquivística Contemporânea

Fonte: Elaborado pela autora

Essa “nova” abordagem, apresentada aqui, reúne os principais elementos das abordagens canadenses estudadas nesse trabalho. Sua fundamentação epistemológica estaria pautada, então, na Arquivística Integrada, na Arquivística Funcional e na Diplomática Arquivística, além de ter surgido a partir da enunciação do novo paradigma na década de 1980.

A Arquivística Contemporânea é, pois, definida como uma disciplina capaz de modificar-se para atender às novas demandas de produção documental, trabalhando com todo o ciclo documental, dos documentos correntes aos permanentes, não importando o ambiente em que é criado.

O documento de arquivo continua a ser aquele produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica no decorrer de uma função específica, mas a disciplina tem consciência, agora, de que ele é justamente um produto construído, de forma a garantir as relações de poder entre os que dominam e os que são dominados. Nesse sentido, as características propostas por Jenkinson caem por terra, e o arquivista passa a ver o documento como um agente importante na construção da identidade de um país, de um povo, de uma sociedade, o que não significa excluir seu valor de prova, valor primário, defendido por Duranti e Schellenberg.

O objeto de estudo passa a ser o contexto e o processo de criação das informações, aqui entendidas como orgânicas. É necessário estabelecer as razões que estão por trás da criação dos registros, qual a relação dos criadores com o documento, e assim, quais as intenções por trás da ação de registrar a informação.

Para tanto, o estudo a partir do documento é mais seguro para o arquivista. Poder estabelecer quem produz, por que e para que, por meio do estudo da forma documental é a grande contribuição da Diplomática para os estudos arquivísticos atuais. A partir do exame das partes, o arquivista consegue chegar ao exame do todo, do contexto, do processo, para, então, determinar as relações existentes entre um e outro.

Nesse sentido, é necessária também uma mudança com relação à postura do arquivista, que deve entender seu papel nesse novo contexto que requer que o profissional deixe de agir como um simples guardião da verdade absoluta.

Os arquivistas devem, agora, participar ativamente do processo de criação do documento, estando presente desde o nascimento, garantindo, assim, uma otimização e racionalização da produção documental, e um maior entendimento do contexto de produção desses documentos, assim como sua função e papel para a instituição produtora.

Baseando-se nessa concepção, Eric Ketelaar cunhou o termo *archivalization*, onde

[...] o arquivista, operando do começo ao fim no sistema de *recordkeeping*, deve garantir a responsabilidade, evidência e o significado do documento a ser criado e mantido – o arquivista molda a herança arquivística. Isso deve parecer uma heresia àqueles que ainda acreditam que o arquivista é um recebedor de arquivos, neutro, desinteressado e imparcial. (KATELAAR, 2000, p.330, tradução nossa).

Aqui, são colocados em discussão os termos defendidos por Jenkinson, de que um arquivista é um simples recebedor de documentos, que deve trabalhar de uma maneira desinteressada e imparcial.

Repensar seu papel na instituição. Pensar o arquivista enquanto um profissional da informação, e não um guardador de documentos. É preciso que o arquivista tenha em mente seu papel de gestor, criador, manipulador e custodiador da informação.

Na sociedade contemporânea, o arquivista tem papel ativo na vida dos documentos, na construção da memória institucional, adquirindo, avaliando, selecionando, descrevendo, indexando.

Fica claro que a distinção entre *records* e *archives* teve profundas influências na delimitação do trabalho arquivístico. A separação dos documentos em correntes e permanentes ocasionou uma cisão entre os arquivistas e gestores de documentos, impedindo uma visão mais holística do trabalho arquivístico, como colocado por Taylor.

Eu gostaria de sugerir de que na realidade não há uma cisão entre o documento “corrente” e o “arquivístico” e que isso é uma ficção do método histórico. Há uma necessidade do governo e do público de recuperação efetiva e de um treinamento arquivístico que reconheça esse continuum e que poderia oferecer especialistas em informação de calibre apropriado para trabalhar em ambos (...). Essa ação tiraria o profissional desse “desvio histórico” e o colocaria de volta aos níveis administrativos de record-keeping (TAYLOR, 1984, p. 34, tradução nossa).

No entanto, com a retomada dos estudos sobre o princípio da proveniência, os arquivistas começam a ter em mente seu papel na criação dos documentos, e o contexto de produção passa a ter mais importância do que o conteúdo documentado, em tarefas como a avaliação.

As funções desempenhadas hoje pelos arquivistas devem ser aquelas relacionadas às atividades de gestão documental, ou seja, ele deve planejar, orientar e acompanhar todo o processo documental e informativo. A participação deve ser efetiva. Desde o nascimento do documento, como colocou Katelaar, até seu recolhimento ou descarte.

Os arquivistas devem reintegrar o subjetivo (a mente, o processo, a função) ao objetivo (a matéria, o produto registrado, o sistema de informação) em suas construções teóricas. Eles devem abandonar a antiga ciência, cujo foco é o registro, para uma nova ciência baseada no processo, onde a dependência contextual do todo é mais importante do que a autonomia das partes, e onde a ciência está situada em seu contexto histórico e ideológico (COOK, 2001, p. 16, tradução nossa).

Para Cook, os arquivistas devem repensar seu papel na sociedade da informação, revendo ideias, estratégias e metodologias. Não é mais possível, utilizar as regras e os princípios anunciados nos primeiros manuais de arquivo, uma vez que, como foi dito anteriormente, esses princípios ressaltam ideias e fatos passados, de outra época, onde o positivismo dominava o pensar científico.

Na sociedade pós-moderna, o papel da Arquivística vai além de preservar documentos, frutos de atividades administrativas, como se fossem resíduos. Seu papel deve ser levar os arquivos às pessoas, e encorajá-las a usar os documentos.

Os arquivistas devem aceitar seu papel dentro do processo histórico de criação dos documentos. Eles devem entender que o documento é a memória da sociedade, que deve ser amplamente compartilhada. “Os arquivistas servem à sociedade, não ao Estado” (COOK, 2001, p. 19, tradução nossa).

6.2 Reflexões acerca do estudo apresentado

As práticas arquivísticas podem ser encontradas desde os primórdios da escrita. Desde que o homem encontrou meios para registrar suas ações, tornou-se necessária, também, a criação de técnicas para organizar as informações contidas nos registros.

Contudo, somente no século XIX a Arquivística encontrará sua dimensão científica, a partir da publicação de manuais que irão garantir a ela o *status* de disciplina científica, até então desconhecido.

Durante os séculos seguintes, a Arquivística se fortalece entre as demais disciplinas e passa a enfrentar, como qualquer outra, mudanças e rupturas teóricas e metodológicas. Entre elas, destaca-se a publicação do primeiro manual de Arquivística, o Manual de Arranjo e Descrição dos Arquivistas Holandeses; a explosão documental do pós-guerra e, com isso, formulação do conceito de gestão documental; e as novas tecnologias de informação, que

requerem da disciplina uma readaptação ao século XXI e uma releitura e reinterpretação de seus princípios e conceitos, além da aproximação com outras disciplinas.

Nesse contexto, a realidade arquivística canadense vai de encontro às crescentes dificuldades encontradas pelos arquivistas nos últimos anos, e por essa razão, seu solo é terra fértil de pesquisa, desenvolvendo conhecimento teórico e metodológico para a organização e preservação do conhecimento arquivístico.

Quando Taylor enuncia uma mudança de paradigma da área, no final da década de 80, ele redefine a pesquisa e a prática na Arquivística que até então se desenvolviam. A partir de seus estudos, os arquivistas, em especial os canadenses, passam a ver a proveniência como um princípio muito mais revelador do que antes se imaginava.

Essa revelação eleva o princípio ao status de dinâmico, virtual. Sua dinamicidade permite aos arquivistas compreender o contexto no qual o documento é criado, quem o criou e quais processos fizeram parte dessa criação. Agora, não se trata apenas de agrupar os documentos provenientes de uma mesma entidade ou pessoa produtora.

As novas formas de produção documental e as tecnologias de informação permitem uma produção dinâmica, virtual, interativa e experimental de registros, sem precedentes. Os arquivistas passam a fazer parte dessa produção e devem trabalhar nessa direção, criando metodologias e padrões que assegurem a efetividade de seu trabalho. A antiga visão de Jenkinson não condiz mais com a realidade atual, uma vez que o arquivista não pode mais ser visto como um simples guardião dos documentos, imparcial e neutro.

Nesse sentido, é necessária a emergência de abordagens que possam dar conta da nova realidade. A Arquivística Integrada vem reunir em uma só disciplina o que foi separado na década de 50: o ciclo vital dos documentos, compreendendo as fases ativa, semi-ativa e histórica, e contribuindo para a visão integrada da disciplina, para que essa possa se fortalecer no campo das ciências da documentação.

Essa visão integrada encontra reflexo nos estudos dos autores quebequenses, mas pode também ser observada no Brasil. A Arquivística brasileira, embora baseada na realidade europeia – na qual o valor probatório e histórico dos documentos é muito mais forte –, tem trabalhando em direção à gestão documental como um elemento fundamental na formação dos arquivistas brasileiros. Essa influência pode ser observada a partir dos estudos de Luís Carlos Lopes, um dos primeiros autores a tratar da Arquivística Integrada no Brasil, trazendo para cá os resultados de suas pesquisas realizadas no Québec, na década de 90.

No entanto, não é apenas a abordagem integrada que influencia os estudos arquivísticos brasileiros. A realidade brasileira também encontra na Diplomática

Contemporânea um elemento fundamental para a organização do conhecimento arquivístico: o estudo da Tipologia Documental. Desde a década de 90, autores como Heloísa Liberalli Bellotto, Ana Maria de Almeida Camargo e José Augusto Guimarães têm construído, baseados na Diplomática Arquivística, referenciais teóricos e metodológicos para a área.

Outros autores que encontram reflexo nos estudos aplicados da Diplomática Arquivística são: Ana Célia Rodrigues (2008), André Porto Ancona Lopez (1999) e Márcia Cristina de Carvalho Pazin (2005), que utilizam a Tipologia Documental como ferramenta para a organização de documentos arquivísticos; Rosely Cury Rondinelli (2005) e Mário Furlaneto Neto (2008), que se apoiam nos resultados do projeto InterPARES para garantir a autenticidade e fidedignidade dos documentos gerados eletronicamente; e Rodrigo Rabello da Silva (2009) que utiliza os princípios e métodos diplomáticos para a construção de referenciais teórico-metodológicos no campo da Ciência da Informação.

Logo, conclui-se que o Brasil é um dos países que têm seus estudos baseados nas abordagens canadenses, o que enfatiza a importância epistemológica do Canadá na construção de uma disciplina internacional, como bem destacou Lopes (1997).

A influência exercida pela Arquivística Funcional no pensamento brasileiro ainda não está muito clara, pois o pensamento arquivístico europeu ainda predomina muito, principalmente com relação ao objeto da disciplina, e ao conceito e característica do documento de arquivo.

Porém, é fácil perceber a influência da abordagem nos países do Novo Mundo, como a Austrália e Nova Zelândia, onde o conceito de pós-custodial representa o novo papel social dos arquivos. Os conceitos e ideias dos arquivistas pós-modernos, principalmente de Terry Cook, encontram reflexo nesses países, uma vez que, assim como o Canadá, a Austrália e Nova Zelândia buscam em seus documentos um valor social, capaz de fomentar e moldar a herança cultural do país.

Logo, este trabalho procurou evidenciar como o pensamento arquivístico canadense tem desempenhado um papel brilhante na construção de uma Arquivística Contemporânea, enunciando rupturas paradigmáticas na área, como fez Hugh Taylor, reintegrando a disciplina e seu ciclo documental, como tem feito a Arquivística Integrada, reinterpretando princípios e conceitos e criando novas abordagens para as funções arquivísticas, como tem feito Terry Cook e a Arquivística Funcional, e desenvolvendo conhecimento teórico e metodológico para a criação e manutenção de documentos gerados eletronicamente em ambientes interativos, dinâmicos e experimentais, além de reintegrar métodos de antigas ciências para a construção de uma nova disciplina, como tem feito Luciana Duranti.

Com base no estudo das abordagens apresentadas nesse trabalho, destaca-se que a Arquivística Integrada e a Diplomática Contemporânea, não apresentam, em nenhum momento, uma ruptura dos princípios e conceitos propostos desde o nascimento da Arquivística enquanto disciplina, pelo contrário. Essas abordagens contribuem para uma continuação e renovação da disciplina, incorporando, porém, novos elementos que possam garantir a ela uma sustentação no século XXI. Ao contrário, a Arquivística Funcional busca, por meio de rupturas, enriquecer e integrar a disciplina na realidade documental atual.

É importante destacar ainda que, embora apresentem meios distintos, todas as abordagens buscam o mesmo fim: “garantir a organização do conhecimento arquivístico e a sustentação da disciplina em um momento de rupturas paradigmáticas e inovações tecnológicas” (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2010, p. 411).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO dos Arquivistas Holandeses. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

ASSOCIATION of American Records Managers and Administrator. Lenexa: Association of American records manager and administrator, 2009. Disponível em: <www.arma.org>. Acesso em: 29 ago 2009.

ASSOCIATION of Canadian Archivists. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 2009. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria>>. Acesso em: 13 jul 2009.

BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Tipologia Documental e a Formação Discursiva. In: *Anais do I Fórum Internacional de Arquivologia*. João Pessoa, 2008.

BAUTIER, Robert-Henri. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à L'Ecole des chartes. In: *Bibliothèque de l'Ecole des Chartes*, 1961, p.194-225. Disponível em: <<http://scrineum.unipv.it/biblioteca/biblioteca-bautier.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2007.

BEARMAN, David A; LYTTLE, Richard A. The power of the principle of provenance. *Archivaria*, vol. 21, (winter), 1985, p. 14-27.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Archivística, arquivos y documentos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BISSONNETTE, André; DOYLE-FRENIÈRE Murielle; FRENIÈRE, André. Vers une nouvelle conception de l'archivistique. *Archives*, vol. 6, n° 1, 1974, p. 15-19.

BRENNEKE, Adolf. *Archivística: contributo alla teoria ed ella storia archivistica europea*. Testo redatto ed entegrato da Wolfgang Lessch. Traduzione italiana di Renato Perrilla. 1968.

CARDINAL, Louis et al. *Les instruments de recherche pour les archives*. Montréal: La Pocatière, 1987.

CARUCCI, Paola. *Il documento contemporaneo: Diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. 2^a Ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *Manual de Archivística*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, vol. 1, n. 1, 2001a, p 3-24.

_____. Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: Postmodernism and Practices of Archives. *Archivaria*, vol. 51 (spring), 2001b, p. 14-35.

_____. Macroappraisal in Theory and Practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000. *Archival Science*, vol. 5, 2005, p. 101-161.

_____. Mind over matter: towards a new theory of archival appraisal. In: CRAIG, Barbara (ed). *The Archival Imagination: Essays in Honor of Hugh A. Taylor*. Ottawa, 1992, pp. 38-70.

_____. The Tyranny of the Medium: a comment on “total archives”. *Archivaria*, n° 9, 1979-1980 (winter), p. 141-149.

_____. What is Past is Prologue: a History of Archival Ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, 1997 (Spring), p. 18-63.

_____; SCHWARTZ, Joan M. Archives, Records, and Power: From (Postmodern) Theory to (Archival) Performance *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, n. 2, 2002, p. 171-185.

COUTURE, Carol (Org.) *La normalisation en archivistique: un pas de plus dans l'évolution d'une discipline*. Mélanges Jacques Ducharme. Montréal : Documentor, 1992.

_____. *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Sainte -Foy (Québec): Presses de l'Université du Québec, 1999.

_____. Taking Stock: the evolution of Archival Science in Québec. *Archivaria*, n° 59,(spring), 2005, p. 27-39.

_____; DUCHARME, Jacques; ROUSSEAU, Jean-Yves. L'archivistique a-t-elle trouvé son identité? *Argus*, vol 17, n° 02. 1988, p. 51-60.

_____; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Les archives aux XX siècle*. Une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche. Montréal: Université de Montréal, 1982.

_____; DUCHARME, Daniel. Research in archival science: a status report. *Archivaria*, n° 59 (spring), 2005, p. 41-67.

DELMAS, Bruno. Manifesto for a contemporary diplomatics: from institutional documents to organic information. *American Archivist*, vol. 59 (fall), 1996, p. 438-452.

DELSALLE, Paul. *Une histoire de l' Archivistique*. Sainte -Foy (Québec): Presses de l'Université du Québec, 1998.

DERRIDA, Jacques. *Archive Fever: a freudian impression*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

DUCHARME, Jacques; ROUSSEAU, Jean-Yves. L'interdépendence des archives et de la gestion des documents: une approche globale de l'archivistique. *Archives*, vol. 12, n° 1, 1980, p. 5-28.

DUCHEIN, Michel. Theoretical Principles and Practical Problemas of Respect des fonds in Archival Science. *Archivaria*, n° 16 (summer), 1983, p. 64-82.

DURANTI, Luciana. *Ciencia Archivistica*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba, 1995a.

_____. *Diplomatica: usos nuevos para una antigua ciencia*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba, 1995b.

_____. *Diplomatics*. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nataliabtognoli@yahoo.com.br>, em 26 nov. 2007.

_____. *Diplomatics of electronic records*. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nataliabtognoli@yahoo.com.br> , em 26 nov. 2005.

_____. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1994b.

_____. The Archival Bond. *Archives and Museum Informatics*. v. 11, 1997, p. 213-218.

_____. The concept of appraisal and Archival Theory. *American Archivist*. v. 57, p. 328-334, 1994a.

_____; THIBODEAU, Kenneth. The Concept of Record in Interactive, Experiential and Dynamic Environments: the View of InterPARES. *Archival Science* vol. 06, n. 01, 2006, p. 13-68

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FURLANETO NETO, Mário. *O assunto do e-mail como indício de fraude: contribuições da organização da informação para a prevenção criminal*. 2008. 280f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

GADOURY, Lorraine; NAHUET, Robert. Towards an understanding of the archival discipline in Québec. *Archivaria*, nº 59, spring, 2005, p. 03-13.

GAGNON-ARGUIN, Louise. *L'archivistique, ses acteurs, son histoire depuis 1960*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1994.

GAGNON-ARGUIN, Louise. *Typologie des documents des organisations: de la création à la conservation*. Sainte-Foy, Québec : Presses de l'Université du Québec, 1998.

GALENDE DIÁZ, Juan Carlos; GARCIA RUIPÉREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. *Revista General de Información y Documentación*, v.13, n.2, p.7-35, 2003. Disponível em: <www.ucm.es/BUCM/revistas/byd/11321873/articulos/RGID0303220007.pdf> Acesso em: 01 set. 2005.

GOUVERNEMENT DU CANADA. *Loi sur l'accès aux documents des organismes publics et sur la protection des renseignements personnels, L.R.Q.*, cap. A-2.1, 2008.

_____. *Loi sur les archives, L.R.Q.*, cap. A-21. 1, 2007.

_____. *Loi sur les biens culturels, L.R.Q.*, cap. B-4, 2006.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Construção e desenvolvimento da Diplomática Arquivística: elementos para uma reflexão epistemológica. In: RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; ARAÚJO, João Cândido Graça (Org.). *Paleografia e Diplomática: 30 anos no Curso de Arquivologia – UFSM*. Facos, 2007, p.159-173.

GUYOTJEANNIN, Olivier. *Diplomatique Medievale*. França: Brepols, 1993.

HARRIS, Verne. Something is happening here and you don't know what it is: Jacques Derrida unplugged. *Journal of the Society of Archivists*, vol. 26, nº 1, (april), 2005, p. 131-142.

HÉON, Gilles. The Archives Nationales du Québec: memory of a nation. *Archivaria*, nº 59, spring, 2005, p. 69-81.

HEREDIA, Antonia Herrera. *Archivística General: teoría y práctica*. 5ªed. ampliada. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

INTERPARES Project. Vancouver: Inter pares Projetc, 2009. Disponível em <www.interpares.org>. Acesso em: 03 de nov de 2009.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

JENKINSON, Hilary Sir. *A manual of Archive Administration*. Oxford: Oxford University Press, 1922.

KETELAAR, Eric. Archival theory and the Dutch Manual. *Archivaria*. vol. 41, (spring) 1996, p. 31-40 .

_____. Archivistic research saving the profession. *American Archivist*. vol. 63, n.02 (fall), 2000, p. 322-340.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*. Tese (Doutorado). – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LOPES, Luís Carlos. Vers une archivistique internationale à l'ère de l'information. *Archives*, vol. 29, n° 2, 1997-1998, p. 45-64.

MACNEIL, Heather. Archival Studies in the Canadian Grain: The search for a Canadian Archival Tradition. *Archivaria*, n° 37, 1994, p. 134-149.

MACNEIL, Heather. *Trusting Records: Legal, Historical and Diplomatic Perspectives*. Canadá: Kluwer Academic Publishers, 2000.

MACNEIL, Heather. Trusting Records in a Postmodern world. *Archivaria*, vol. 51, (spring) 2001, p. 46-47.

MILLAR, Laura. Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in English Canada. *Archivaria*, n° 46, 1998, p. 103-146.

MILLAR, Laura. The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance: Archival Context in Space and Time. *Archivaria*, vol. 53, 2002, p. 01-15.

NESMITH, Tom. Archives from de bottom up. *Archivaria*, n° 14, (Summer), 1982, p. 05-26.

NESMITH, Tom (org). *Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance*. Association of Canadian Archivists: The Scarecrow Press, Inc., 1993.

NESMITH, Tom. Seeing Archives: Postmodernism and the changing intellectual place of archives. *The American Archivist*. vol. 65 (Spring-Summer), 2002, p. 24-42.

PAZIN, Márcia. *Arquivos de empresas: tipologia documental*. São Paulo: Associação de arquivistas de São Paulo, 2005

PRATESI, Alessandro. Diplomatica in crisi? *Miscelanea in memoria di Giorgio Cencetti*. Torino, 1973. Disponível em <<http://dohc.unipv.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>> Acesso em: 01 set. 2005.

RABELLO, Rodrigo. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*. 2009. 331f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

RABIKASKAS, Paulius . *Diplomática general*. Tradutor: P. Manuel Anguiano Villegas. Roma: [s.n.], 2000.

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. Tese (Doutorado). – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. *Archivística y Archivos: soportes, edificio y organización*. 3ª Ed. ampliada. Carmona: S&C Ediciones, 1997.

RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento Arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. 1ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA, Armando Malheiro da; et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SOCIETY of American Archivists. Chicago: Society of American Archivists, 2009. Disponível em < www.archivists.org > Acesso em: 13 jul 2009.

STAPLETON, Richard. Jenkinson and Schellenberg: a comparison. *Archivaria*, nº 17, 1983, p. 75-85.

TAYLOR, Hugh A. Information Ecology and the Archives of the 1980's. *Archivaria*. vol. 18 (summer), 1984, p. 25-37.

TAYLOR, Hugh A. Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift? *Archivaria*, vol. 25 (Winter), 1987-88, p. 12-28.

TESSIER, Georges. *La Diplomatie*. Paris: PUF, 1952.

THE CANADIAN ENCYCLOPEDIA. *National Development in the Arts, Letters and Sciences, Royal Commission*. Disponível em <http://www.thecanadianencyclopedia.com/index.cfm?PgNm=TCE&Params=A1ARTA00056> 16. Acesso em: 23 de nov 2009.

THOMASSEN, Theo. The development of archival science and its European dimension. In: *Seminar for Anna Christina Ulfsparre*. Stockholm, Swedish National Archives, Feb. 1999.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A contribuição da Diplomática Contemporânea para a organização do conhecimento arquivístico: o papel dos marcos teóricos nesse contexto. In: *Anais do VIII Congresso de Arquivologia do Mercosul*, Montevideu, 2009.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A Diplomática Arquivística Contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti. In: *Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia*. Rio de Janeiro, 2008.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Diplomática Contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de inovação a partir das idéias de Luciana Duranti. In: ROMERO, N.L. (Ed). (ORG). *Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento*. 1ªed. Valência: Universidad Politécnica de Valencia, 2009, v.1, p. 38-47.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Postmodern Archival Science and Contemporary Diplomats: new approaches for archival knowledge organization. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Ed)(ORG). *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization*. 1ª ed. Würzburg: Ergon Verlag, 2010, p. 405-411.

TRACE, Ciara. What is recorded is never simply 'what happened': record keeping in modern organizational culture. *Archival Science International Journal on Recorded Information*, vol. 2, 2002, p. 137-159.

TSCHAN, Reto. A comparison of Jenkinson and Schellenberg on Appraisal. *The American Archivist*, vol. 65 (fall/winter), 2002, p. 176-195.

TURNER, James M. *Images en mouvement : stockage, repérage, indexation*. Sainte-Foy (Québec): Les Presses de l'Université du Québec, 1998.